

**MAURICIO ROBERTO LEMES SOARES**

**"CHÃO DO APA": CONTOS E MEMÓRIAS DA FRONTEIRA NA  
OBRA DO ESCRITOR BRÍGIDO IBANHES**

DOURADOS – 2013

**MAURICIO ROBERTO LEMES SOARES**

**"CHÃO DO APA": CONTOS E MEMÓRIAS DA FRONTEIRA NA  
OBRA DO ESCRITOR BRÍGIDO IBANHES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Eudes Fernando Leite**.

DOURADOS – 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

981.71 S676c	Soares, Mauricio Roberto Lemes. "Chão do Apa": contos e memórias da fronteira na obra do escritor Brígido Ibanhes / Mauricio Roberto Lemes Soares. – Dourados, MS : UFGD, 2013. f. 92  Orientador Prof. Dr. Eudes Fernando Leite Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.  1. História Regional. 2. Fronteira. 3. Literatura e Brígido Ibanhes. I. Título.
-----------------	--

**MAURICIO ROBERTO LEMES SOARES**

**"CHÃO DO APA": CONTOS E MEMÓRIAS DA FRONTEIRA NA  
OBRA DO ESCRITOR BRÍGIDO IBANHES**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada em** \_\_\_\_\_ **de** \_\_\_\_\_ **de** \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador:

Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Losandro Antonio Tedeschi (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

3ª Examinadora:

Alexandra Santos Pinheiro (Dr<sup>a</sup>., UFGD) \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho às testemunhas diárias de meu  
labor acadêmico: Larissa e Bernardo.  
Vocês são meu “chão” neste mundo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, professor Eudes Fernando Leite. Pessoa que desde o início acreditou ser possível a realização deste trabalho. Sua grande paciência e suas críticas extremamente pontuais foram o motivo de eu ter conseguido chegar até aqui. O meu sonho é aprender a metaforizar tantas expressões e explicações difíceis, de forma tão fácil como você, Eudes, consegue – e esse reconhecimento não é só meu, é universal. Recordar-se do “Dicionário de expressões do professor Eudes” que nossa turma queria fazer? Eu anotei várias. Mais uma vez obrigado, meu grande amigo.

Aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação, professora Alexandra Santos Pinheiro e professor Losandro Antonio Tedeschi. Obrigado pelas correções e sugestões em tempo. Graças a vocês pude reavaliar muitas questões importantes para que o presente trabalho fosse terminado.

Ao meu amigo judeu, Tiago Wolfgang Dopke, o maior incentivador para que eu ingressasse no programa de Pós-Graduação em História.

A todos os meus colegas de curso pelo auxílio sempre em hora oportuna. Desculpem-me pelas vezes que a tal “hora oportuna” foi após as 22h e 30min.

À minha família: obrigado pela fé!

Ao meu filhote Bernardo Martins Soares pela preferência ao *Tablet*, liberando assim o *Notebook* para que eu pudesse escrever essa dissertação – e isso apenas com um ano e seis meses de idade.

E por fim, à Larissa, minha amada esposa, que com sua super-hiper-mega paciência me suportou durante a execução desse trabalho. Te amo!!!

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estabelecer um diálogo interdisciplinar entre história e literatura. Tomam-se como matéria de análise as obras *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* e *Silvino Jacques: o últimos dos bandoleiros*, de autoria do sul-matogrossense Brígido Ibanhes. Tais obras são importantes fontes para o estudo da história do atual Mato Grosso do Sul. Em especial *Chão do Apa* posto que narra aspectos importantes do referido Estado e apresenta fatos relevantes acerca da vida do próprio escritor: é uma autobiografia. Nesse sentido, acredita-se que a vida do literato pode ser um caminho importante para desvendar o que existe entre o pensar a escrita e o publicar; pode ser um caminho para se verificar de que maneira e com quais intenções um livro pronto e acabado chega até o leitor. A partir de expressões como “país chamado fronteira” e “chão do Apa” – termos cunhados por Ibanhes – pretende-se ampliar o leque de possibilidades de absorção da história regional e da fronteira do atual Mato Grosso do Sul. Serão abordadas questões pertinentes sobre os Estudos Culturais e a História Cultural. A aproximação entre a disciplina histórica e a literária acontece devido ao aumento da demanda por pesquisas surgidas a partir do aparecimento de novos paradigmas analíticos envolvendo as duas áreas.

**Palavras-chave:** História Regional. Fronteira. Literatura e Brígido Ibanhes.

## ABSTRACT

This work aims to establish an interdisciplinary dialogue between history and literature. The literary pieces taken for the analysis are “*Chão do Apa: contos e memórias da fronteira*” and “*Silvino Jacques: o ultimo dos bandoleiros*”, both from the writer Brígido Ibanhes, from Mato Grosso do Sul. These works are important sources for the history study of the modern Mato Grosso do Sul; especially *Chão do Apa*, since it narrates important aspects of this State and presents facts about the life of the writer himself: it is an autobiography. In this sense, it is believed that the life of the literate can be an important way to discover what exists between writing’s thinking and publishing; it can be a way to verify how and with what intentions a ready book reaches the reader. From expressions like “*país chamado fronteira*” (country called frontier) and “*chão do Apa*” (Apa’s floor) – terms coined by Ibanhes – it is aimed to broaden the range of absorption possibilities of regional and border history of Mato Grosso do Sul. Relevant issues will be addressed about Cultural Studies and Cultural History. The approach between the historical and literary disciplines happens because of increased demand for research arising from the emergence of new analytical paradigms involving the two areas.

**KEYWORDS:** Regional History. Frontier. Literature and Brígido Ibanhes.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	
História, literatura e o escritor Brígido Ibanhes .....	12
1.1 Literatura como fonte histórica .....	12
1.2 O escritor, a obra, e suas possibilidades.....	20
CAPÍTULO 2	
Um país qual “livro pelo meio aberto” às margens do Apa .....	30
2.1 O <i>Chão do Apa</i> e o lugar da Memória.....	30
2.2 Bela Vista, Mato Grosso do Sul .....	32
2.3 <i>Chão do Apa, Silvino Jacques</i> e a fronteira.....	35
2.4 <i>Chão do Apa</i> , capítulo por capítulo.....	41
CAPÍTULO 3	
Da fronteira do Brasil com o Paraguai: pelos caminhos da literatura .....	60
3.1 As visões do escritor.....	60
3.2 Um histórico sobre fronteiras .....	66
3.3 O que existe “por baixo” do rio.....	69
3.4 Meu Mato Grosso do Sul.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES.....	88

## INTRODUÇÃO

A disciplina histórica oferece ao pesquisador uma infinidade de temas a serem trabalhados. Sempre com o intuito de enriquecer as compreensões do mundo, o uso da subjetividade nesse campo de pesquisa passou a permitir que se pensem os documentos considerados oficiais ou a famosa história política como os únicos fios norteadores de trajetória do ser-humano sobre a face da Terra.

Essa forma subjetiva, entretanto, não deve ser entendida de maneira livre, solta ou mesmo descompromissada. É necessário que exista sempre o rigor histórico: o fim buscado, almejado e focado. Sendo assim, o comprometimento disciplinar, assumido antes mesmo do início de um estudo, é que vai transferir a credibilidade e a responsabilidade da pesquisa para o texto histórico.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento escreve que o resultado de um bom trabalho histórico consiste na forma de tratamento que o pesquisador precisa ter na árdua tarefa de solucionar a problemática escolhida. Segundo ela, o historiador “reúne os dados, seleciona, estabelece conexões e cruzamento entre eles, elabora uma trama, apresenta soluções para decifrar a intriga montada [...], com vistas a oferecer uma versão o mais possível aproximada do real acontecido”. Portanto, para ela, o resultado final do trabalho histórico será a “verossimilhança, não a veracidade” (PESAVENTO, 2006, p. 4).

Essa ressalva é muito importante devido ao fato de que resgatar o passado não é possível. O que passou já passou, não volta mais. O contentamento do labor historiográfico consistirá em obter versões plausíveis do que poderia ter acontecido: é nesse emaranhado de possibilidades que o diálogo interdisciplinar entre história e literatura irá se apoiar.

Esta pesquisa de Mestrado em História, iniciada no primeiro semestre de 2011, tem por objetivo estabelecer essa conversa entre campos de pesquisas diferentes: história e literatura.

Nesse sentido, para os objetivos do presente trabalho foram escolhidas duas obras do escritor sul-mato-grossense Brígido Ibanhes. A escolha desse escritor acontece porque em suas produções o universo regionalista do Mato Grosso do Sul sempre está presente, principalmente nas obras *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira* e *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*. O destaque recai sobre a primeira obra na medida em que ela

apresenta narrativas instigantes sobre o Estado e fatos importantes acerca da vida do literato, como, por exemplo, suas concepções sobre a fronteira.

Os esforços despendidos para essa pesquisa visam a compreender o como o escritor Brígido Ibanhes ajuda a pensar a história de Mato Grosso do Sul e o como seus escritos podem ser utilizados para cumprir tal objetivo.

Por conta da natureza do tema, que exige cuidado hercúleo para que disciplinas diferentes não se misturem e conseqüentemente se descaracterizem, torna-se necessário levantar uma discussão com vistas a entender corretamente de que modo aproximar, numa pesquisa, as duas áreas. De que forma a história se vale do uso da literatura para que a construção de um conhecimento histórico tenha alicerces sólidos? De que forma os textos literários introduzem uma “consciência histórica” nos seus leitores, situando-os em um espaço-tempo?

Desse modo, a problematização se dá em razão de alguns pontos importantes encontrados tanto nas obras de Brígido Ibanhes quanto nas entrevistas realizadas com ele.

No livro *Chão do Apa*, desde o título às narrativas, o escritor propõe diversos entendimentos do conceito de fronteira; em *Silvino Jacques* procura mostrar de modo explícito a formação dos grandes latifúndios devido à violência no antigo Estado de Mato Grosso, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Talvez seja esse um dos únicos textos literários que aponta para tal fato.

Nas entrevistas, verifica-se a possibilidade de se entender quem é a pessoa por trás da pena do escritor: suas influências; o que o levou a escrever; qual o real interesse com seus textos; como ele constrói ficticiamente o real vivido; como explica o processo de colonização do Estado; os espaços fronteiros; sua formação de identidade e como classifica sua literatura perante o cenário nacional.

Enfim, pretende-se demonstrar que é possível, partindo de textos literários, elaborar uma problemática cujo resultado seja fortalecer os estudos históricos.

No capítulo 1, *História, literatura e o escritor Brígido Ibanhes*, almeja-se introduzir concepções históricas e literárias para uma maior compreensão de suas potencialidades dentro do texto histórico. Procura-se verificar quais são as grandes discussões e quem são os principais debatedores da História Cultural que dá início a uma nova forma de fazer história partindo das mais variadas fontes. Apresenta-se uma biografia do escritor Brígido Ibanhes e uma síntese das obras produzidas por ele até o momento.

No capítulo 2, *Um país qual “livro aberto pelo meio” às margens do Apa*, a ideia central gira em torno do Rio Apa e a suposta “linha divisória” entre Brasil e Paraguai. Um histórico do município de Bela Vista, do lado brasileiro, é apresentado com a intenção de se contextualizar para o leitor o ambiente em que o escritor viveu. As obras *Silvino Jacques* e *Chão do Apa* são confrontadas com alguns trabalhos acadêmicos existentes com direito a uma análise capítulo por capítulo para *Chão do Apa*. Também são analisados os posicionamentos do escritor em relação à sua concepção de fronteira.

No terceiro e último capítulo, *“Na fronteira do Brasil com o Paraguai pelos caminhos da literatura”*, busca-se um aprofundamento em torno da perspectiva que Ibanhes tem como escritor acerca do Mato Grosso do Sul. É uma análise de suas falas estritamente relacionadas ao estado. Há também comentários sobre sua literatura regionalista e sobre o como ele veio a ter o “dom da escrita”. Ainda nesse capítulo, visualiza-se um histórico acerca do estudo das fronteiras.

# CAPÍTULO 1

## **História, literatura e o escritor Brígido Ibanhes**

Neste capítulo, pretende-se abordar questões pertinentes à relação história e literatura em um trabalho de cunho essencialmente histórico. Procura-se mostrar como acontece a aproximação entre essas duas áreas sem que haja prejuízo epistemológico para cada uma delas. As contribuições e os cuidados no trato com essa ótica de pesquisa, iniciada na primeira metade do século XX, mostram como é possível escrever trabalhos históricos com recursos oriundos de outras disciplinas.

Nesse sentido, torna-se fundamental trazer informações acerca do escritor belavistense Brígido Ibanhes. É importante para o trabalho conhecer a vida desse autor, posto que grande parte de sua obra literária ajuda a pensar historicamente o atual estado do Mato Grosso do Sul.

### **1.1 Literatura como fonte histórica**

A linha de separação torna-se muito tênue quando em uma discussão historiográfica as semelhanças e as diferenças entre a escrita histórica e a poética<sup>1</sup> são apresentadas. Tal fato aponta para um debate instigante e que está longe de um final, ou pelo menos, de um consenso. De certa forma, o que existe atualmente é a escolha de uma linha orientadora que embasa os pesquisadores que optam por essa vereda. Críticos literários e historiadores se debruçam há muito tempo para que a compreensão sobre esse tema possa ser enriquecedora e esclarecedora.

No que diz respeito ao uso da literatura pela história, constata-se que há autores que trazem definições consideradas basilares para o início de uma reflexão. Porém, é necessário para aqueles que pesquisam esse tema um aguçamento de visão sobre fonte histórica. A

---

<sup>1</sup> A definição de poética, na sua versão mais clássica e complexa, encontra guarida na obra *Arte Poética* de Aristóteles, cujo significado seria “imitação”. Poética como a arte de imitar a vida em suas nuances: no canto, na dança, na interpretação, etc. Nessa citação, porém, ela é utilizada apenas como um ramo da literatura, da teoria literária, cuja finalidade seria em si o estudo do impacto das obras literárias. Cf. ARISTÓTELES. *Arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

historiadora Carla Bassanezi Pinsky é objetiva em escrever que existem “abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas” (PINSKY, 2009, p. 7) para a utilização da literatura nos estudos históricos. Corrobora com Pinsky as palavras do historiador Antonio Celso Ferreira:

os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (FERREIRA, 2009, p. 61).

O texto literário não é usado pelos pesquisadores/historiadores para a comprovação de algo, mas ele dá indicativos de como uma sociedade, por exemplo, foi pensada em determinado tempo e espaço.

O foco, nesse ponto, concentra-se nas atitudes dos homens e das mulheres. Essa interpretação de Antonio Celso Ferreira encontra fundamento nas palavras do historiador Marc Bloch, autor que consolida as ações humanas no tempo como fator para o desenvolvimento de trabalhos históricos. Em sua obra *Apologia da História*, Marc Bloch, um dos fundadores da Escola dos *Annales*<sup>2</sup>, escreve que não haveria história sem a intervenção, sem a presença dos homens. Para ele, história é a “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55). Esse novo conceito histórico, introduzido por Bloch, muda significativamente os estudos da disciplina histórica. Ele permite uma maior abordagem de temas, valorizando o papel na história do ser-humano, diferentemente de conceitos anteriores.

A importância em encontrar respostas em um texto literário está posta: foi a mão do homem – do homem que vive e viveu em sociedade – que o produziu. O historiador Sidney Chalhoub demonstra que a literatura “busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade” e salienta que a realidade da obra literária pode ser almejada “sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da ‘matéria’ social que representa e sobre a qual interfere” (CHALHOUB, 2003, p. 92).

Desse modo, o material literário deve ser tratado com muito cuidado. A aporia em evitar que ele seja confundido ou mostrado como verdade nos trabalhos sempre permeará a pesquisa histórica. Por isso é importante que se saiba distinguir os dois campos. Há alguns

---

<sup>2</sup> De acordo com Prieto, “la Escuela de los Annales se formó a partir de la fundación en 1929 de la revista *Annales d’Histoire Economique et Social* [...] que tuvo su arranque en el período de entreguerras” (PRIETO, 1995, p. 29-30). Seus fundadores foram Marc Bloch e Lucien Febvre, ambos historiadores franceses. Eles foram responsáveis por trazer à superfície historiográfica uma nova abordagem em que o estudo da história deixa de ser centrado nas linhagens tradicionais: positivismo e materialismo histórico.

anos atrás<sup>3</sup> essa diferença era compreendida da seguinte forma: história como verdade e literatura como ficção. Porém, os diversos estudos que vêm sendo desenvolvidos até o momento – e são muitas escolas teóricas que aprofundam esse assunto – demonstram que essa discussão é muito mais complexa do que se imaginava. Para isso, Roger Chartier traz uma contribuição importante:

entre história e ficção, a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é um “discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é (CHARTIER, 2009, p. 24).

A fundamentação encontrada em Chartier, de pronto, elucida esparsos pontos nebulosos que o pesquisador pode ter num primeiro momento: os estranhamentos do terreno onde se pisa. Entretanto, ele indica também como se deve tratar, ou pelo menos, enxergar uma e outra área.

Há uma citação numa entrevista feita com Brígido Ibanhes – o escritor estudado nesse trabalho – que pode ser utilizada para ilustrar como literatura e história devem ser tratadas. Questionado por um jornalista sobre a veracidade de sua obra, Ibanhes responde: “[...] todos os fatos são reais, testemunhados e até consagrados através de documentos. É verdade que, em alguns momentos, tive que postar, em alguns trechos, pitadas de poesia, pois o momento era adequado a fortes emoções” (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

O esforço em encontrar documentos e testemunhos para comprovar aquilo que se escreve como “verdade” não impossibilitou o escritor de ir atrás, também, de soluções que o auxiliassem na elaboração de sua narrativa. Para um literato a preocupação primeira não está em buscar a “realidade” dos fatos, mesmo que ele assim almeje.

A procura consiste em entreter, atuar na imaginação do leitor de maneira que ele vivencie, “entre” naquela narrativa. E é por meio da pena hábil do escritor que um texto literário terá uma avaliação satisfatória.

O crítico literário Luiz Costa Lima traz em sua obra *História, Ficção, Literatura* uma citação do século XVII, escrita pelo pensador político Thomas Hobbes, que corrobora com o assunto:

Em uma boa História, o Julgamento deve ser eminente; porque a qualidade (goodness) consiste no Método, na Verdade e na Escolha das ações que

---

<sup>3</sup> Período anterior ao surgimento da Escola dos *Annales*, na primeira metade do século XX.

sejam mais proveitosas em serem conhecidas. A Fantasia não tem lugar, mas tão-só adornar o estilo (HOBBS, 1651 apud LIMA, 2006, p. 35).

Lima comenta ainda o que pensava da exposição de Hobbes: “No pensador político, a história esboçava a recuperação da aporia grega, i.e., a sua preocupação primeira com a verdade” (LIMA, 2006, p. 35).

Afinal, o que diferencia história da literatura? Na história é o aproximar-se da verdade? Na literatura o encantamento ao leitor apenas? Até que ponto o que é literário é irreal? O que na história é descartável?

Há um conceito conhecido como “clareza”, elaborado por John L. Moles, e explicitado por Luiz Costa Lima em sua obra que responde a algumas dessas perguntas. Lima exemplifica tal conceito citando Tucídides:

Quanto aos fatos de guerra, considere-me meu dever relatá-los, não como apurados através de algum informante casual nem como me parecia provável, mas somente após investigar cada detalhe como o maior rigor possível, seja no caso dos eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles dos quais obtive informações de terceiros (TUCÍDIDES, I, p. 22 apud LIMA, 2006, p. 39).

Segundo Lima, essa concepção procura dar ênfase aos esforços dos historiadores na busca pela “inscrição da verdade”. Ainda escreve que a afirmação da “clareza” resulta na “determinação aporética da escrita da história: esta assevera que houve o que acolhe textualmente. [...] é o realce dos ‘feitos’” (LIMA, 2006, p. 39).

Quanto mais se procura saber sobre determinado assunto, sobre todas as possibilidades que gravitam em seu entorno, a absorção daquilo que se entende como busca pela verdade torna-se mais palpável. A vontade de tentar descobrir o que aconteceu, mesmo sabendo que seja impossível compreender os fatos em sua plenitude, é a bússola que orienta o historiador. A exaustividade no trabalho para dar notoriedade sobre o passado demonstra o bom uso da disciplina histórica por quem a estuda.

Sendo assim, convém que se conheçam mais alguns limites acerca da disciplina histórica e da literária. A crítica literária Ria Lemaire escreve o seguinte:

História e Literatura reconfiguram o passado. Trata-se, no caso da história, de uma reconfiguração “autorizada”, circunscrita pelos dados fornecidos pelo passado (as fontes), pela preocupação da investigação sobre documentos, pelos critérios e exigências científicas do método. A literatura, ao contrário, permite que o imaginário levante voo mais livre e amplamente,

que ele fuja, numa certa medida, aos condicionamentos impostos pela exigência da verificação pelas fontes (LEMAIRE, 2000, p. 11).

Ainda segundo Lemaire, as duas áreas propõem um maior aprofundamento de suas utilizações, ou seja, elas

buscam estimular comportamentos e formas de pensamentos desejados, propondo modelos e pondo em ação estratégias discursivas tais como a persuasão, a sedução, a verossimilhança, a credibilidade e autoridade das palavras. Sendo assim, história e literatura, ao oferecerem modelos de comportamento, participam do processo histórico, político e social da definição das identidades nacionais e individuais, seguindo trilhas ao mesmo tempo divergentes e paralelas (LEMAIRE, 2000, p. 12).

Nessa mesma linha, o crítico literário Antonio Candido apresenta três aspectos importantes que auxiliam na captação intelectual da literatura e que são importantes para serem utilizados pelo historiador na aproximação com a literatura:

(1) ela é uma construção de objetos autônomos com estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente (CANDIDO, 1995, p. 176).

Segundo Candido (1995), as pessoas tendem a se apropriar dos textos literários em concordância com o terceiro aspecto, como se recebessem algum aprendizado, conhecimento e/ou instrução. Se a intenção numa obra é narrar “a realidade dos fatos”, o leitor descuidado, pode percebê-la simplória e fazer generalizações imerecidas. Seria como ler um romance sobre a vida de Nietzsche e achar que seu conteúdo proporciona uma imensa autoridade sobre o assunto. Antonio Candido sugere que para alcançar uma abstração aceitável da literatura é necessário considerar os outros dois aspectos, onde o primeiro, segundo ele, se mostra melhor: “toda obra literária é uma espécie de objeto, de objeto construído; é grande o poder humanizador desta construção, *enquanto construção*” (CANDIDO, 1995, p. 177). O crítico faz questão de expor de forma mais clara e objetiva a mecânica construtiva e humanizadora por detrás dos trabalhos literários:

De fato, quando elaboram uma estrutura, o poeta ou o narrador nos propõem um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada. Se fosse possível abstrair o sentido e pensar nas palavras como tijolos de uma construção, eu diria que esses tijolos representam um modo de organizar a matéria, e que enquanto organização eles exercem papel ordenador sobre a nossa mente. Quer percebamos claramente ou não, o caráter de coisa organizada da obra literária torna-se um fator que nos deixa mais capazes de

ordenar a nossa própria mente e sentimentos; e em consequência, mais capazes de organizar a visão que temos do mundo (CANDIDO, 1995, p. 177).

O papel ordenador do escritor opera no terreno subjetivo. Direta ou indiretamente, é à sua maneira que o “mundo” é organizado. Nesse sentido, conhecer o perfil de quem escreve fará toda a diferença no momento de uma pesquisa seja ela literária ou histórica.

Convém lembrar o segundo aspecto elencado por Candido. Nele, a literatura também é entendida como “uma visão do mundo dos indivíduos e grupos”. Há então, por meio do texto, a oportunidade de o escritor se expressar ao expor claramente suas ideias. O crítico faz questão de penetrar nessa questão:

Há na literatura níveis de conhecimento intencional, isto é, planejados pelo autor e conscientemente assimilados pelo receptor. Estes níveis são os que chamam imediatamente a atenção e é neles que o autor injeta as suas intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão etc. [...] Disso resulta uma literatura empenhada, que parte de posições éticas, políticas, religiosas ou simplesmente humanísticas. São casos em que o autor tem convicções e deseja exprimi-las (CANDIDO, 1995, p. 180-181).

Pela perspectiva histórica um escritor nunca é inocente, ou seja, sempre há uma intencionalidade por trás daquilo que foi produzido via texto, mesmo que ele não tenha essa pretensão. Sendo assim, a questão primordial não está em questionar essa referencialidade, por mais que a literatura demonstre que é isso que ela tenta alcançar.

Nesse ponto é conveniente analisar um conceito da teoria literária: a autorreferencialidade do texto, um termo que versa sobre a literatura e a realidade. O grande debate que se realiza entre os críticos literários é acerca da existência ou não de autonomia do texto literário em relação ao real. Há grupos que defendem que a referência do texto é o próprio texto e outros que tomam partido de que a referência é externa ao texto (COMPAGNON, 2010).

Sem aprofundar muito nesse tema, sobre o qual existem escolas teóricas só para a discussão dessa problemática, na disciplina histórica o que está em jogo é a representação e o papel que ela exerce sobre o real vivido. Roger Chartier esclarece que a visão autorreferencial é questionável, o que acalenta a angústia do historiador:

contra a representação, elaborada pela própria literatura, segundo a qual o texto existe em si, separado de toda materialidade, é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor. Daí a distinção indispensável entre dois

conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão (CHARTIER 2002, p. 71).

De fato, de uma forma ou de outra, os textos sempre estarão condicionados a influências externas, mesmo que fujam do campo estritamente teórico.

Assim sendo, na história as “estratégias de escrita” podem suscitar um debate instigante e muito revelador. A teoria proposta pelo historiador Hayden White vai discutir justamente essas questões.

O conceito do trabalho histórico, construído a partir de suas ideias, encontra muita resistência por parte de vários pesquisadores. Apesar de sua teoria não ser tão “nova” – seus trabalhos mais importantes datam da segunda metade século XX<sup>4</sup> –, é muito utilizada e debatida nos dias atuais por trazer diversas problemáticas que estão no centro do debate epistemológico entre as disciplinas de história e literatura. Suas ideias são severamente analisadas justamente por irem de encontro a métodos e teorias que, até então, tinham suas definições bem estruturadas, ou seja, grosso modo, história lidava com a verdade e literatura com a ficção. White vai problematizar essas duas disciplinas até o ponto em que a divisão entre ambas seja feita por uma linha extremamente tênue. Porém, existem historiadores que afirmam que ele já cruzou esse limite. É o caso de Peter Burke: “[White] cometeu traição, quebrou um tabu e violou a fronteira sagrada entre história e ficção” (BURKE apud Ferreira 1996, p. 32).

Convém lembrar que essas ponderações ácidas sobre a teoria whiteana auxiliam na compreensão do impacto de uma “simbiose” disciplinar na qual história e literatura são os “organismos”. Essa aproximação “exagerada” foi suficiente para que surgissem especulações, a partir de afirmações atribuídas a Hayden White, de que teoria literária e histórica seriam iguais. Sob um ponto de vista menos aguçado, seria a mesma coisa que afirmar que verdade e ficção se fundiram; entretanto, o que de fato tem acontecido é uma má interpretação dos “preceitos” de White. Uma perscrutação superficial de suas ideias.

No texto *Trópicos do Discurso* pode-se compreender sua teoria e verificar se ela pode ou não contribuir epistemologicamente para o trabalho histórico. A partir de quatro *tropos* ou *trópicos*, que basicamente são as figuras de linguagem metáfora, metonímia, sinédoque e ironia, o historiador conseguiria o que White chama de “efeito da explicação”. Para que isso fosse possível, o trabalho do pesquisador deveria se enquadrar em alguns modos

---

<sup>4</sup> Obras mais conhecidas de Hyden White no Brasil: *Meta-História* (1973) e *Trópicos do Discurso* (1978).

propostos por White: modo de urdir o enredo – romance, comédia, tragédia e sátira –; modo de explicação – idiográfico, organicista, mecanicista e contextualista –; modo de implicação ideológica – anarquista, conservador, radical e liberal (WHITE, 2001).

Após analisar várias obras de escritores do século XIX, ele concluiu que elas seguiam as características contidas no seu modelo conceitual. Ou seja, ao escrever um texto histórico ou elaborar o enredo, o historiador acabaria utilizando ferramentas pertencentes ao campo artístico; estratégias usadas para embalar o texto literário também serviriam para o histórico.

Segundo o historiador Jacques Le Goff, a teoria de Hayden White sobre “a escolha das estratégias de explicação histórica é mais de ordem moral e estética do que epistemológica; [...] a obra do historiador é uma forma de atividade simultaneamente poética, científica e filosófica” (LE GOFF, 2003, p. 37).

Nesse sentido, White empresta elementos teóricos, geralmente utilizados em textos ficcionais, para a pesquisa histórica. Sobre a metáfora ele afirma o seguinte:

A metáfora não imagina a coisa que ela procura caracterizar; ela fornece diretrizes que facultam encontrar o conjunto de imagens que se pretende associar àquela coisa. Funciona como um símbolo, e não como um signo: vale dizer, ela não nos fornece uma descrição ou um ícone da coisa que representa, porém nos diz que imagens procurar em nossa experiência culturalmente codificada a fim de determinar de que modo nos devemos sentir em relação à coisa representada (WHITE, 2001, p. 108).

Segundo Hayden White, essa compreensão é empregada numa escrita histórica. Ao tecer seu texto e procurar dar sentido ao passado, o historiador se vale de elementos metafóricos comumente compartilhados pela sociedade. A interpretação daqueles que leem a estória<sup>5</sup> acontecerá por meio do conhecimento que possuem das representações empregadas na escrita. O historiador, então, constitui “um conjunto de eventos com vistas a criar com eles uma estória compreensível; o historiador impõe a esses eventos o significado simbólico de uma estrutura de enredo compreensível” (WHITE, 2001, p. 108).

A teoria de Hayden White deixa claro que existem outros caminhos – e nem sempre tão “ortodoxos” – que podem ser trilhados na construção de um trabalho histórico: “não importa se o mundo é concebido como real ou apenas imaginado; a maneira de dar-lhe sentido é a mesma” (WHITE, 2001, p. 52).

---

<sup>5</sup> A utilização aqui da palavra “estória” e não “história” segue uma lógica apresentada por Hayden White de que a escrita da história respeita regras ficcionais, comumente utilizadas nas estórias.

Registre-se que a teoria do crítico literário Roland Barthes vai se aproximar à de White. Quando a discussão gravita em torno da expressão “dar sentido” ao trabalho histórico ele enfatiza:

en el discurso histórico [...], el proceso de significación intenta siempre “llenar” de sentido la História: el historiador recopila menos hechos que significantes y los relaciona, es decir, los organiza con el fin establecer un sentido positivo e llenar así el vacío de la pura serie (BARTHES, 2009, p. 205).

Ainda, segundo Barthes:

el discurso histórico es esencialmente elaboración ideológica, o, para ser más precisos, imaginario, si entendemos por imaginario el lenguaje gracias al cual el enunciante de un discurso (entidad puramente lingüística) “rellena” el sujeto de la enunciación (entidad psicológica o ideológica) (BARTHES, 2009, p. 205).

Nesse sentido, percebe-se que à subjetividade é facultado um valor importante na escrita. Valor que pode comprometer a pesquisa se o devido cuidado, para evitar interferência em seu foco, não for tomado.

Portanto, a subjetividade vai pertencer às muitas considerações que devem ser tomadas para o uso da literatura como fonte histórica: conhecer muito bem as definições apresentadas pelos historiadores assim como pelos críticos literários e escritores facilita o desenvolvimento da pesquisa; a importância em desvendar a mente dos literatos para captar suas experiências intelectivas, intencionalidades, cosmovisões e ideologias fará toda diferença no momento da escrita de um trabalho; diferenciar os dois campos também é relevante para fomentar credibilidade à respectiva disciplina; ousar o novo: explorar seu limite epistemológico com a intenção de adentrar em terrenos perigosos pelas veredas seguras.

É bom que o conhecimento adquirido seja “palpável”, pois somente com um domínio responsável sobre essas questões interdisciplinares o pesquisador – seja ele historiador, seja ele crítico literário – vai poder produzir um trabalho de responsabilidade.

## **1.2 O escritor, a obra, e suas possibilidades**

O escritor Guimarães Rosa não imaginaria que à sua passagem pela pequena cidade de *Bella Vista Norte*, no Paraguai, na década de 1940, seria atribuída certa dose de

responsabilidade pelo “dom” literário que uma criança, ainda no ventre materno, teria. O tempo passou. A criança nasceu, cresceu e tornou-se conhecida pelo nome de Brígido Ibanhes. Hoje, já é um senhor, dono de laboriosos cabelos brancos e adora relatar o fato que considera ser um dos responsáveis por sua eterna paixão pelas letras<sup>6</sup>:

naquela época em [19]47 [...] eu nasci em outubro [...] final de julho pra começo de agosto, a menos de duas quadras da nossa casa no Paraguai chegou o escritor Guimarães Rosa [...] faltavam dois meses para eu nascer né, [...] ele levou o talento dele e deixou [...] em algum lugar por lá [...] eu consegui pegar o restinho de certo<sup>7</sup> (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Para Ibanhes, nada acontece por obra do acaso. Como católico<sup>8</sup>, acredita que sempre há um motivo sobrenatural por detrás das coisas. Ele se considera um agraciado por Deus. É um traço marcante seu. Se hoje ele é um escritor, é porque assim foi traçado, determinado:

eu sou um pouco religioso né. Então é, eu não acredito muito no acaso. Acho que Deus tem realmente um propósito, tem, guia nossos passos, guia, sabe, existe uma coisa, isso são coisas que pertencem só a Deus, realmente é difícil a gente entender né (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Essa religiosidade do escritor começa a ser moldada em sua vida ainda quando criança. Estuda seus primeiros anos no Colégio Santo Afonso – uma instituição mantida pelas irmãs vicentinas – na cidade de *Bella Vista Norte* (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011). Por volta dos nove anos de idade, ele recebe um convite dos padres redentoristas – missionários estadunidenses que trabalhavam por lá – para morar e estudar no seminário deles em Ponta Grossa, estado do Paraná, e lá fica até os quinze anos (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Nesse lugar, ele recebe grande parte de sua instrução religiosa, bem como dá os primeiros passos no caminho da erudição: “lá no seminário eu fiquei é... convivendo numa disciplina que era de rezar, estudar, né” (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011). E por ser de condição simples, diferente das outras crianças de classe abastada, ele via a oportunidade concedida pelos padres de sua cidade como uma chance para uma educação de melhor qualidade:

---

<sup>6</sup> Optou-se por utilizar no texto os trechos da entrevista sem correções.

<sup>7</sup> O escritor Guimarães Rosa, nesse período, trabalhava a serviço do governo brasileiro como Diplomata e visitou a região de fronteira entre Brasil e Paraguai devido a seu trabalho. Em sua obra póstuma *Ave, Palavra* de 1970 – basicamente uma coletânea de relatos e diários de suas viagens – ele menciona sua passagem pelas cidades de Bela Vista e *Bella Vista Norte*, ocasião na qual as caracteriza de uma maneira singular: “Da Vila Militar, contemplamos as duas Belas-Vistas – como livro pelo meio aberto – lisas, onduladas de ligeiro. Oblíqua, corre para dentro do Paraguai uma crista azulada, no fundo” (ROSA, João Guimarães. *Ave, Palavra*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1970, p. 22).

<sup>8</sup> Será abordada a religião do escritor nas páginas seguintes.

as famílias ricas antigamente mandavam os seus filhos para estudarem em faculdades em São Paulo, Minas, Campinas né, filhos de fazendeiro, mas como nós éramos pessoas muito pobres, às vezes até os próprios padres facilitavam assim pra pessoa ir estudar no seminário, pra ter uma formação melhor, né, às vezes nem tanto para seguir a carreira de padre né, mas para ter uma instrução melhor (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

E nesse ambiente monástico Ibanhes passa a ter contato com as primeiras obras literárias: “eu passei por uma biblioteca que eles [os padres] tinham ali de clássicos nacionais e internacionais” (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010); “essa biblioteca foi o ponto de partida pra mim, que eu já tinha [...] você já nasce com aquela, com aquele interesse, né, eu acho que cada um traz já a sua vocação, né, então o meu foi realmente me interessar pela literatura, pelos livros” (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Assim ele começa a se dedicar à vocação da escrita. Durante um concurso de poesia promovido pelo seminário, o jovem Ibanhes se inscreve e participa com uma poesia chamada *A noite cigana*, sua primeira produção. Ele vence o concurso:

pra mim foi uma consagração, porque no meio de tantas pessoas que falavam português, né, [...] tinha gente de tudo que é lugar, né, até do Paraguai tinha estudantes lá, do seminário, né, eram quatrocentos e poucos, quatrocentos e poucos alunos... eu consegui tirar o primeiro lugar com essa poesia, foi um poema que eu fiz... e eu lembro que eu ganhei como prêmio uma caneta *Parker*, que era o supra-sumo da época (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Findado esse período, o autor muda-se para São Paulo. Mas a oportunidade de trabalhar e continuar com os estudos na capital paulistana é adiada por conta do serviço militar: “não era obrigado, mas por família, quem nasceu nessa fronteira<sup>9</sup> considera muito o exército brasileiro, então filho homem tem que passar pelo exército. Sabe de uma coisa assim que era cultural...” (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Após cumprir com suas obrigações militares, Brígido retorna à cidade de São Paulo; contudo, em razão de um acidente com seu pai, volta para a cidade natal para assumir o “comércio da família”. Durante esse período, é aprovado em concurso público e passa a trabalhar na prefeitura de Bela Vista – do lado brasileiro<sup>10</sup>. Algum tempo depois, é aprovado em concurso do Banco do Brasil onde vai permanecer durante grande parte de sua vida. Em serviço pelo banco, conhece vários estados e cidades brasileiras. É nesse momento que ele praticamente inicia sua vida de literato.

---

<sup>9</sup> A fronteira Brasil e Paraguai onde nasceu, e cuja linha demarcatória dos dois países se dava pelo atual Rio Apa.

<sup>10</sup> Ainda criança Ibanhes muda-se com a família para a cidade brasileira.

Após reunir e organizar vasto material escreve sua primeira obra: *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*<sup>11</sup>:

todo aquele acervo que eu vinha juntando com o tempo, ao longo de quase 14 anos de trabalho, pesquisando, ouvindo, identificando aquelas testemunhas primárias da história do Silvino Jacques. Aquelas pessoas que realmente conviveram, viveram aquela história, sabe? Não as pessoas que ouviram falar, as pessoas que fizeram parte, né, dos acontecimentos. Eu identifiquei essas pessoas, fiz as entrevistas, tudo, é, consegui ter acesso [...] aos documentos confidenciais que o exército tinha (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Além do caráter religioso que acompanha a escrita de Ibanhes, esse trabalho inicial vai revelar também outras duas veredas pelas quais ele caminha: o ativismo social e a vida fronteiriça. Esse tripé característico forma, assim, o perfil do escritor.

O livro *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* trata da trajetória de um sujeito, afilhado do Presidente Getúlio Vargas, que, fugido do Rio Grande do Sul, vem habitar em meados dos anos 30 o antigo Sul de Mato Grosso. Essa obra, por meio do relato das desventuras de Silvino Jacques<sup>12</sup> – um bandoleiro que fazia dinheiro de forma ilícita<sup>13</sup> – aborda questões importantes sobre o surgimento das grandes fazendas no estado mato-grossense.

Outros fatos importantes tais como a Revolução Constitucionalista de 1932, peculiaridades fronteiriças criam o pano de fundo do livro – o de maior vendagem e também o mais polêmico<sup>14</sup>, posto que gerou na região que hoje constituiu o atual estado de Mato Grosso do Sul um desconforto imenso entre os familiares das pessoas mencionadas na obra<sup>15</sup>.

Em relação a isso, Brígido Ibanhes faz, na introdução do trabalho, a seguinte ressalva: “em nenhum momento a intenção foi ferir a memória de quem quer que seja”. Informa que se propôs a “narrar a realidade dos fatos que com o tempo foram se transformando em lenda, ultrapassando os limites da compreensão racional da própria história” (IBANHES, 2007, p. 14). Nesse sentido, seu trabalho aparece como “portador da

---

<sup>11</sup> IBANHES, Brígido. *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*. 5ª ed. Dourados, MS: Dinâmica, 2007.

<sup>12</sup> São encontradas outras variações de seu nome: Sylvino Jacques ou Selvino Jacques. Adota-se para esse trabalho o nome utilizado pelo escritor Brígido Ibanhes.

<sup>13</sup> Segundo consta na obra de Brígido Ibanhes, Silvino Jacques exercia o trabalho de matar, à mando de fazendeiros que o contratasse, os desafetos desses. Era um matador de aluguel na região do antigo Mato Grosso.

<sup>14</sup> A comercialização desse livro foi proibida pela justiça do estado do Mato Grosso do Sul. Só voltou a ser liberada seis anos depois, após uma vitória judicial do escritor no ano de 1992.

<sup>15</sup> Na obra de Ibanhes são citadas várias pessoas, principalmente donos de terras e gados: famílias tradicionais do estado, e que, segundo consta na obra, conseguiram suas propriedades e bens de maneira nada “republicana”.

verdade” sobre os acontecimentos passados, por isso, a exaltação dos ofendidos com seus escritos.

Convém nesse ponto, fazer uma retomada da discussão acerca da literatura como fonte histórica devido ao desconforto que tem gerado aos pesquisadores essa intencionalidade sinalizada por Ibanhes. É importante que fique claro que a atração existente entre história e literatura não outorga a chancela para que Ibanhes, por exemplo, se considere o porta-voz dos fatos tal como aconteceram, uma vez que o novo olhar epistemológico enfoca para a questão de que historiador e literato não conseguirão resgatar a realidade dos acontecimentos passados, na medida em que não existem fatos, mas a interpretação dos fatos: uma representação. O historiador Roger Chartier traz precisa definição sobre esse conceito:

a representação manifesta uma ausência, o que supõe uma clara distinção entre o que representa e o que é representado [...], a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “uma imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo” tal como é. [Uma] imagem presente de um objeto ausente (CHARTIER, 2002, p. 74).

Historiograficamente deve-se, então, desqualificar o livro de Ibanhes? De maneira nenhuma. Antes, outros fatores – como a própria representação –, além dos buscados pelo escritor, precisam ser considerados. Não cabe ao historiador analisar uma obra literária e afirmar se ela faz ou não história, mas localizar dentro do texto elementos que, devidamente problematizados, são fundamentais para os estudos históricos.

Na obra *Silvino Jacques*, por exemplo, torna-se plausível a apreensão de aspectos relevantes da história do atual Mato Grosso do Sul:

Desde a época da Guerra do Paraguai existia uma indisfarçável rivalidade e hostilidade entre paraguaios e gaúchos. As duas raças, povos de costumes e tradições enraizados na vivência do índio guarani, com raras exceções conseguiam viver em harmonia. O sulista pende para a prosa e o chimarrão e o paraguaio para o chiste e o tererê, e aí o diabo mete a colher e a discórdia está formada entre os dois temperamentos agressivos. Tanto essa desavença era fato, que ela seria a causa preponderante das ações de Silvino Jacques como quadrilheiro (IBANHES, 2007, p. 79).

Nesse trecho podem-se elencar alguns estereótipos que corroboram com a afirmação mencionada: (1) a presença de sul-rio-grandenses e paraguaios na região há tempos; (2) a presença indígena marcante; (3) a cultura praticada (bebidas e arte); (4) o perfil “impetuoso” e “violento” de habitantes.

Esse último elemento, principalmente, durante muito tempo estigmatizou o atual estado do Mato Grosso do Sul. O historiador Osvaldo Zorzato relata que as primeiras pessoas que decidiram criar uma identidade própria para o estado tiveram de “reagir às imagens negativas que externamente eram divulgadas sobre o Mato Grosso” (ZORZATO, 2000, p. 421). Ainda, segundo Lylia Galleti, o estado era considerado por muitos como “atrasado, incivilizado e selvagem, dotado de uma gente sanguinária, vingativa, preguiçosa e ignorante” (GALLETI, 1995, p. 58 apud ZORZATO, 2000, p. 421).

Nesse sentido, o texto de Ibanhes reflete, ainda que com todas as ferramentas literárias, as situações vividas pelos antigos habitantes do atual Mato Grosso do Sul. No próximo capítulo, esse tema será tratado com mais detalhes no aprofundamento da análise da obra *Silvino Jacques*.

Na sequência, convém visitar a obra do escritor considerada, entre todas, a de maior teor religioso e místico: *A morada do arco-íris: em Volta Grande o maior tesouro das Américas*<sup>16</sup>.

Nesse livro, o autor relata uma aventura vivida por ele na região Oeste do estado de Santa Catarina em meados da década dos anos 1980<sup>17</sup>. A história tem início com a ciência do escritor acerca do descobrimento de determinado pergaminho jesuítico, cujo texto continha um roteiro para a localização de um tesouro na América do Sul<sup>18</sup>. Seguindo as instruções do documento, Ibanhes e alguns auxiliares – sua equipe –aventuram-se atrás dessa preciosidade. A narrativa da obra é recheada por situações enigmáticas. Desde o início o autor prepara o leitor:

Não estranhe o leitor as colocações e fatos que possam parecer inusitadas, mas que perante a complexidade da vida e do universo não passam de amostras grátis. Em breve perceberemos que os efeitos especiais e os personagens dos filmes de ficção não passam de imitações do poder que controla o cosmos. E a esse poder de forças, de matéria, de seres, de ordem, de ética e de espiritualidade os fiéis chamam de Deus [...] Dê-me a mão, caro leitor, e com o coração e a mente abertos, sem preconceitos nem

---

<sup>16</sup> IBANHES, Brígido. *A morada do arco-íris: em Volta Grande o maior tesouro das Américas*. 2ª ed. Dourados: B. Ibanhes, 2006.

<sup>17</sup> Apesar de essa aventura de Ibanhes iniciar-se na década de 1980, ela continuou também nas décadas subsequentes, sendo até os dias atuais motivo de questionamentos por parte de instituições principalmente.

<sup>18</sup> Este é o texto traduzido: “Na margem do rio Góio-Em,/ no Cerro do Gato Preto,/ existe uma sanga seca,/ por nome de Sanga Sargaço./ Na cabeceira da Sanga Sargaço/ existe uma lagoazinha,/ seguindo a sanga seca./ Adiante da lagoazinha,/ a cinquenta e quatro passos/ à mão esquerda da lagoazinha,/ quarenta marcos de pedra-ferro/ fincados no chão puro./ Debaxo dos quarenta marcos/ existe meio metro de tabatinga,/ socado com mão de pilão de pedra./ Debaxo do meio metro de tabatinga,/ uma lousa da estatura de um homem./ A três estaturas e meia de um homem,/ encontrarás uma tina,/ da altura de um homem,/ cheia de barras de ouro e/ cravada em brilhantes.” (IBANHES, 2006, p. 11-12).

sobressaltos pelo que digo, vamos conhecer um pouco o processo de evolução do ser-humano e descobrir o tesouro de Volta Grande, que se encontra, como diz a lenda, onde mora o arco-íris (IBANHES, 2006, p. 5).

Cumprir registrar que o tesouro encontrado por Ibanhes na verdade não consistiu em ouro, prata ou pedras preciosas, mas em um conjunto de achados e acontecimentos inusitados, como ele mesmo escreveu. No referido livro encontram-se fotografias tiradas por Ibanhes em que se podem visualizar escavações e objetos encontrados. Entre as descobertas, algumas estruturas de pedras “organizadas inteligentemente” o que provocou grande excitação entre os aventureiros. Tais estruturas são de origem, segundo Ibanhes, Inca ou alienígena. A repercussão desse achado perdura até os dias atuais<sup>19</sup>.

No convite que o escritor faz aos seus leitores, o cunho místico fica evidente. Ao longo da obra dá-se ênfase a essa questão: desde sinais nos céus, aparições de vultos, sons estranhos até uma quase abdução do próprio escritor. E qual a ligação religiosa com tais fatos? É importante salientar que todos esses acontecimentos são colocados pelo literato como originários de uma autoridade superior suprema e organizadora do universo, menciona por ele como Deus.

A *morada do arco-íris*, de certa maneira, pode ser entendida como uma tentativa angustiante do escritor em materializar em forma de texto suas inquietações religioso/místicas, frutos de sua origem. Ao chamar a atenção para temas tão controversos, Ibanhes deseja que o leitor pense em suas próprias convicções e crenças.

A obra proporciona contornos mais definidos ao perfil literário de Ibanhes. É o desvelamento do autor. É o despojar de pré-conceitos externos e o tomar de posição frente ao interesse literário e histórico. A ação de investigar e dar sentido às suas descobertas está repleta de movimento histórico. A sua atuação é histórica, uma tentativa de criar e dar sentido ao mundo onde vive, por meio de explicações sobre algo. É a chave para o entendimento das gerações futuras acerca de como seus ascendentes pensavam e modificavam sua época.

Nesse livro, Ibanhes relata, ainda, algumas passagens de sua vida que culminaram por esculpir sua militância política – tema do próximo livro abordado: *Ética na política: entre o sonho e a realidade*<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Sobre a repercussão dos achados de Ibanhes e sua equipe há uma matéria recente, feita por uma mídia catarinense, onde pesquisadores discutem a respeito dos objetos encontrados. Disponível em: <[http://www.tudosobrexanxere.com.br/index.php/desc\\_blogs/materia\\_deu\\_o\\_que\\_falar\\_vestigio\\_inca\\_no\\_oeste\\_catarinense/](http://www.tudosobrexanxere.com.br/index.php/desc_blogs/materia_deu_o_que_falar_vestigio_inca_no_oeste_catarinense/)>. Acesso em: 11 abr. 2012.

<sup>20</sup> IBANHES, Brígido. *Ética na política: entre o sonho e a realidade*. Dourados, MS: B. Ibanhes, 2001.

O trabalho se divide basicamente em duas seções: a história da militância do escritor e; e a formação do METRA – Movimento de Moralização e Ética no Trato da Coisa Pública. Muitos dos relatos estão também na obra *Morada do arco-íris*; entretanto, ganham mais detalhes nessa nova narrativa.

Na primeira seção, o literato conta com detalhes as várias circunstâncias vivenciadas por ele, nas quais o elemento “corrupção” esteve presente. A sua constante indignação contra os “maus” administradores, principalmente do poder público, forjaram no escritor o ser militante no qual ele se transformou.

O desejo de lutar pelas pessoas que não tinham a quem recorrer, a vontade de contribuir como cidadão por um mundo melhor e o combate à corrupção fizeram com que o literato se tornasse um vagante pelo Brasil. Em razão disso, no seu trabalho – como funcionário concursado do Banco do Brasil – era constantemente transferido de cidade, em cada uma delas sempre procurava meios para militar em prol de seus ideais. Alguns desses ideais lhe custaram caro: o quase sequestro de seu filho (IBANHES, 2001, p. 54-55); as ameaças de morte (IBANHES, 2001, p. 14-17); a censura (IBANHES, 2001, p. 18-23); a perseguição.

Na segunda seção de *Ética na política*, Brígido narra sobre como concebeu a ideia do Movimento de Moralização e Ética no Trato da Coisa Pública – METRA –, um movimento que, segundo o escritor, no momento em que foi concebido era o único no país: “pelo que se tem conhecimento, o Metra foi o primeiro movimento social, em território brasileiro, fundado especialmente para combater a corrupção” (IBANHES, 2001, p. 77). Foi fundado na cidade de Dourados-MS no ano de 1991.

As ações empreendidas pelo Metra, todas na tentativa de moralizar a forma de fazer política, angariou muitas pessoas<sup>21</sup>. Uma das ações produzidas pelo movimento foi a “Banquinha da Moralidade”. Era uma banca montada pelo escritor em frente a uma lanchonete da cidade onde ele vendia camisetas para arrecadar dinheiro para o movimento e distribuía panfletos sobre suas atividades (IBANHES, 2001, p. 80-83).

O livro seguinte de Ibanhes (2007) é um romance, nomeado *Martí: sem a luz do teu olhar*. Segundo o escritor, ele foi pensado assim:

Eu tinha uma ideia na cabeça de fazer um romance, um sonho que eu tinha de escrever um romance, [...] mas que fosse assim um romance é, que

---

<sup>21</sup> No final do livro, Ibanhes divulga o nome de todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a consolidação de seu movimento.

abordasse questões sociais, que não fosse um romance apenas água e açúcar como normalmente a gente vê, né, romance americano, né? É aquela coisa assim só de amor, de relacionamento, eu queria alguma coisa a mais, bem mais profunda. Aí me debrucei sobre as questões das periferias, dos conflitos sociais, raciais, uma série de coisas que a gente vive, né, religiosos também, né, e juntei tudo, montei um roteiro (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Nessa obra, o escritor aborda um tema bastante complexo: o transtorno bipolar. A concepção do trabalho, para ser mais objetivo, dá-se após um atentado sofrido por ele e sua esposa em 14 de maio de 2006. Nesse dia, um desconhecido joga em sua casa um Coquetel *Molotov*. Tanto o escritor quanto sua mulher ficaram feridos com graves queimaduras pelo corpo, além de terem parte da casa incendiada.

Sobre a origem do atentado, pode-se inferir que teria sido ele praticado por pessoas insatisfeitas com o posicionamento político do escritor em algumas causas públicas. Depois desse fato, sua esposa passa por tratamento médico em razão de um transtorno bipolar aguçado. Na busca por obter informações sobre esse mal, Ibanhes percebe que ele se caracteriza por ser uma “doença” que castiga grande parte da população; por isso, resolve escrever sobre o assunto.

O romance é ambientado na cidade de Dourados e seus personagens, embora representem, em sua maior parte, pessoas reais<sup>22</sup> tem seus nomes substituídos. O esclarecimento inicial do livro aparece por meio de uma explicação ambígua, obscura: “Os personagens e situações desta obra são reais apenas no universo da ficção” (IBANHES, 2007, p. 8). Essa seria uma estratégia do escritor para “dizer” e “não dizer” ao mesmo tempo? Sublinhe-se que nesse trabalho o escritor imprime, por meio dos recursos literários, o seu protesto pelo atentado sofrido e sua indignação por outras mazelas sociais. Na capa da obra, aparece a foto de sua companheira: “eu quis homenagear minha esposa que é a moça da capa” (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Ao tomar como exemplo o romance *Martí*, como analisá-lo sob o conceito do conceito de autorreferencialidade<sup>23</sup>? Do ponto de vista da literatura, a aceção fica a critério do pesquisador. É ele quem deve decidir a forma de abordar o texto.

Àqueles que leem essa obra e compartilham da mesma proximidade social, ou seja, vivem no mesmo ambiente, fica evidente o manifesto do literato. É um “romance-protesto”. As possibilidades proporcionadas pela linguagem são utilizadas ao máximo para que sua

---

<sup>22</sup> Aos que vivem na cidade há um tempo razoável é possível a fazer a ligação entre os personagens da obra com as pessoas reais.

<sup>23</sup> Cf. COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

denúncia encontre guarida junto aos leitores. Daí a tentativa de sensibilização do escritor para emocionar o receptor da mensagem e acertar o alvo idealizado.

A obra *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira*<sup>24</sup> – até o momento a última publicação de Brígido Ibanhes – completa o perfil literário do escritor. A única característica que ainda não havia sido aprofundada era a sua trajetória fronteiriça, que, embora lembrada em outras obras, recebe exclusividade nesse trabalho. Outro fator que se distingue nessa produção está relacionado às narrativas das fases da vida de Ibanhes até agora não expostas: infância, adolescência, juventude e início da fase adulta.

---

<sup>24</sup> IBANHES, Brígido. *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira*. Dourados, MS: B. Ibanhes, 2010.

## CAPÍTULO 2

### Um país qual “livro pelo meio aberto” às margens do Apa

Neste capítulo, almeja-se analisar a obra *Chão do Apa*: contos e memórias da fronteira. Para subsidiar a análise, outro trabalho do escritor – *Silvino Jacques*: o último dos bandoleiros – também será explorado. Motiva-se essa apreciação devido à necessidade de se compreender um pouco mais sobre a formação da memória do literato. Será que seus textos realmente refletem a história do Mato Grosso do Sul? Até que ponto a história o ajudou na elaboração, na construção de seu perfil literário?

Outras questões fundamentais também abordadas nessa parte vão fazer referência à visão que Ibanhes tem sobre a fronteira, ou seja, como ele a interpreta e como ele deseja que seus leitores a entendam.

Pretende-se, ainda, a elaboração de pequeno histórico do município de Bela Vista no Mato Grosso do Sul, a cidade que o literato passou grande parte de sua vida.

#### 2.1 O *Chão do Apa* e o lugar da Memória

Analisar *Chão do Apa*: contos e memórias da fronteira sem antes abordar *Silvino Jacques*: o último dos bandoleiros – o último e o primeiro livro respectivamente de Brígido Ibanhes – pode mascarar, ou minimizar pontos de compreensão acerca da memória do escritor, bem como simplificar a importância da obra literária para os estudos históricos nesse trabalho.

Nesse sentido, o que se busca está alicerçado à apreensão da memória de Ibanhes que, em parte, é formatada pela própria história da formação do atual Mato Grosso do Sul, tema tratado na obra *Silvino Jacques*. Nessa obra, em suas idas e vindas, o literato contempla na narrativa fragmentos da história de sua família. Constantemente há, no texto, menção a antepassados que estiveram presentes em eventos marcantes, o que contribui tanto para explicar o funcionamento do antigo Mato Grosso, quanto para mostrar a gênese da trajetória histórica do escritor.

Parece ser uma busca por traduzir, por meio da obra literária, história e memória.

Nesse interregno, porém, o escritor já havia rascunhado algo autobiográfico em um pequeno livro chamado *Che Ru: o pequeno brasiguai*<sup>25</sup>, publicado logo após *Silvino Jacques*:

eu já tinha escrito, o "Che rú", que era mais ou menos nessa linha também do "Chão do Apa", mas não de uma maneira tão, mais assim é, detalhada, mais direcionada realmente à questão da fronteira, e usando a minha família, usando a minha experiência pessoal, pra poder é, dialogar com o leitor, pra poder explicar né, o que que realmente a gente sente na fronteira, como que é a vida lá (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Se a vida de Ibanhes fosse comparada à sua trajetória literária, *Chão do Apa* estaria relacionado às suas origens. Após longo e exaustivo caminho percorrido, depois de uma “vida de lutas”, de “cumprir seu papel na sociedade” e chegar à velhice, torna-se necessário separar um tempo para algumas perguntas: Quem realmente eu sou? Quais são as minhas origens? No que me tornei?

Essas perguntas – possivelmente feitas por Ibanhes – tentam ser respondidas por meio do referido livro o qual visualiza retomada de um projeto que sempre acompanhou o literato durante sua vida: encontrar o seu “lugar no mundo”. E esse “lugar” passa obrigatoriamente pela compreensão da vida na fronteira. Tendo em vista que Ibanhes “respira” os ares da fronteira, sua identidade torna-se fronteiriça e ele se vê como tal. Desse modo, uma resposta que preencheria todas as lacunas, deve passar indubitavelmente pelo “ser fronteiriço”:

então... é, isso começou é... exatamente naquela busca desesperada quase que eu tinha, de buscar minha identidade, né... Que eu me sentia um mestiço, um fronteiriço, tinha hora que eu me sentia realmente como brasileiro, de repente quando eu ia pro Paraguai eu tava em casa, quer dizer, tudo isso era muito embaralhado assim na minha... na minha juventude, né [...] depois eu percebi também que o fato de ter nascido na fronteira, falava fronteiriço, né, mais antigamente falava mestiço, isso também criava um distanciamento, né, é tava... eu não sentia assim de pejorativo uma discriminação não, não sentia isso, mas era como se existisse uma distância realmente, né. E nessa busca de, de trabalhar isso melhor, é... sempre as ideias me vêm assim mais ou menos na madrugada, às vezes acordo e fico pensando, né, as vezes, tem a rede aqui, né, coloco a rede e fico aqui na madrugada aqui, né, quando é calor muito calor, e veio me veio a ideia de trabalhar um livro (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

---

<sup>25</sup> IBANHES, Brígido. *Che Ru: o pequeno brasiguai*. 1989. Essa obra encontra-se esgotada e até o momento não há previsão do lançamento de uma nova edição pelo escritor.

O literato rebusca em sua memória as velhas experiências vivenciadas em seu torrão natal. Vai tentar expurgar sua “crise” de identidade por meio da literatura. O sociólogo Michael Pollak escreve que “há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 204). Nesse sentido pode-se acreditar que a memória é seletiva; que ela guarda aquilo que o seu possuidor, no caso das memórias individuais, deseja que seja “armazenada”. Para Pollak, identidade é uma

imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204).

Foi necessário, segundo Ibanhes, estar no momento atual de sua vida, pois só assim ele teria a maturidade suficiente para encarar seus problemas de frente, para ter coragem de assumir o ser fronteiriço sempre em constante luta dentro de si:

na verdade isso [o livro] começou por uma tentativa de eu tentar expressar melhor esse conflito que eu vivi, que hoje pra mim é, tudo está muito claro. Hoje já, é lógico, isso, o conflito eu vivi na minha mocidade né. Quando me tornei adulto comecei a escrever, comecei a tirar isso pra fora, hoje não, [...] é há muito tempo, as coisas ficaram mais claras, mais definidas né. Então hoje quando surge alguma dúvida eu já sei onde aquela dúvida, eu encaixo aquela dúvida, e ali clareia também aí você é, sabe, cada um já tem um lugarzinho pra ser colocado (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Observa-se que a memória que Ibanhes tem acerca de sua vida lindeira é importante no sentido de propiciar a compreensão da concepção que a disciplina histórica tem em torno da fronteira. As formas que os seres humanos dão sentido e exprimem suas vidas no trato social vão dar indicativos da influência ou não de determinações externas que pesam sobre as pessoas e os lugares de suas vivências.

## **2.2 Bela Vista, Mato Grosso do Sul**

Conhecer um pouco do “lugar de vivência” do literato é fundamental para uma maior apreensão de seus escritos. Um breve relato histórico sobre a região de Bela Vista torna-se imprescindível. A cidade de Bela Vista está localizada na região Sudoeste do estado de Mato

Grosso do Sul. Faz fronteira com o Paraguai através da cidade de *Bella Vista Norte*, departamento de Amambay, o rio Apa é o limite entre elas.

O início da povoação ali data do ano de 1801 quando o Capitão do exército espanhol *Juan Caballero* cruza o Rio Apa e funda, em terras brasileiras, o Forte São José: “o tratado de Santo Ildefonso, assinado em 01 de outubro de 1777, reconheceu os direitos do Brasil sobre essa região, restabelecendo como linha de limite o Rio Corrente, atual Rio Apa”<sup>26</sup>. Segundo o memorialista Nunes Leite, no ano seguinte à invasão de *Caballero* “as forças brasileiras do Presídio de Miranda, [...], reforçadas pelos índios Guaicurus, atacam o forte e o arrasam, aprisionando a guarnição” (LEITE, 2007, p. 10). Ainda segundo Leite (2007), na primeira metade do século XIX algumas famílias brasileiras, a mando do governo, iniciam a ocupação daqueles espaços, porém sob forte pressão dos paraguaios. O deslocamento definitivo de pessoas para lá começou, efetivamente, após a Guerra, já sob os novos traçados fronteiriços<sup>27</sup>.

Bela Vista é uma das cidades mais antigas do Mato Grosso do Sul: oficialmente sua origem remonta ao dia 20 de julho de 1918. Contudo, alguns estudiosos afirmam que essa data é incoerente, que não bate com as resoluções e leis de criação<sup>28</sup>. É o caso de Nunes Leite, autor da obra *Bela Vista: uma viagem ao passado*<sup>29</sup>, que ao encontrar divergências relativas ao aniversário do Município, debruça-se a pesquisar e a escrever uma história sobre o assunto: “esse fato levou-me a ser curioso e procurar as origens de Bela Vista, e, pelo caminho, fui encontrando tantos fatos desconhecidos [...], e outros que contradiziam a história contada.” (LEITE, 2007). Na mesma obra, Leite aponta que a Câmara Municipal belavistense, no quadriênio 1947/1951<sup>30</sup>, cometeu três erros ao instituir “20 de Julho de 1918” como “nascimento” da cidade: (1) O município não foi oficializado no dia 20 de Julho, mas sim a Comarca de Bela Vista e no ano de 1910, não em 1918; (2) Em 1918, Bela Vista foi elevada à categoria de cidade, mas no dia 16 de Julho e não no dia 20; (3) O município, efetivamente, foi criado no dia 3 de outubro de 1908.

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/belavista.pdf>> Acesso em 09 fev. 2012.

<sup>27</sup> Tratado de Limites de 1872. Esse tratado foi o que definiu a atual divisa entre Brasil e Paraguai.

<sup>28</sup> São quatro ao todo, uma resolução e três leis: (a) Resolução nº 255, de 10 de Abril de 1900, cria a Paróquia [Distrito] de Bela Vista; (b) Lei nº 502, de 3 de outubro de 1908, cria o município de Bela Vista; (c) Lei nº 549, de 20 de Julho de 1910, cria a Comarca de Bela Vista e; (d) Lei nº 772, de 16 de Julho de 1918, eleva a vila a categoria de cidade.

<sup>29</sup> LEITE, Sidney Nunes. *Bela Vista: uma viagem ao passado*. 3ª. Ed., Campo Grande: Associação dos novos escritores do MS, 2007. Até o momento essa é a única obra que propõe, a partir da documentação oficial, relatar a história do município de Bela Vista.

<sup>30</sup> Foi um projeto de lei proposto pelos vereadores Walter Escobar Nunes, Félix Gabínio da Costa Machado e Deocleciano de Vasconcelos (LEITE, 2007).

Nunes Leite ainda ressalta que houve, na década dos anos 1950, uma tentativa de correção, mas ela foi descartada por ser “20 de Julho” o aniversário do prefeito naquele momento (LEITE, 2007). Assim, caso se escolha a data de “criação do município” como a de seu aniversário – o que geralmente se faz – conclui-se que Bela Vista é uma cidade centenária.

O espaço geográfico onde se encontra a cidade foi no passado palco de episódios históricos relevantes. Foi por lá que durante a Guerra do Paraguai – ou Guerra da Tríplice Aliança – aconteceu a batalha do “*Ñandepá*”<sup>31</sup> e a “Retirada da Laguna”, fatos extremamente significativos para a história das nações vizinhas.

O episódio da Retirada da Laguna tem importância efetiva para a cidade de Bela Vista. Durante a Guerra do Paraguai, soldados brasileiros, sob comando do então coronel Moraes Camisão, cruzaram o rio Apa para alcançar a fazenda Laguna no Paraguai – onde deveria haver alimentos para sustentação da tropa – e prosseguiram com a missão de chegar a *Concepción*. Entretanto, os soldados brasileiros, além de não encontrarem mantimentos suficientes, foram atacados pela tropa paraguaia, o que ocasionou uma retirada iminente de volta ao território brasileiro (DORATIOTO, 2002). Esse tráfego de tropas aconteceu justamente na região onde se situa Bela Vista.

É curioso notar, ainda, que a cidade de Bela Vista vai “nascer” a partir de uma região chamada “Nunca-te-vi” que atualmente é um distrito daquela cidade. É um local muito peculiar e tem traços fronteiriços<sup>32</sup> marcantes.

Segundo o escritor Sydney Nunes Leite, logo após a demarcação da fronteira Brasil/Paraguai – ainda no séc. XIX – essa região foi uma fazenda que “[...] sofreu uma verdadeira invasão, bem aos moldes das atuais ocupações de terra, e os invasores, ali levantaram seus ranchos e plantaram suas lavouras” (LEITE, 2007, p. 2). Por intermédio da *resolução nº 501 de 03 de outubro de 1908*<sup>33</sup>, a fazenda foi desapropriada e seus ocupantes, denominados de “povoação Nuncatevi”, foram estabelecidos no recém-criado município de Bela Vista. Para Leite, essa resolução foi “a primeira reforma agrária do país” (LEITE, 2007, p. 2). Constata-se que a história desse Distrito está imbricada à história de Bela Vista.

---

<sup>31</sup> Junção das palavras do idioma *guarani* *Ñande* (nós) e *Pá* (terminar): “nós terminamos”. Expressão provavelmente cunhada pelos soldados paraguaios ao acreditarem que tinham expulsado os combatentes brasileiros após uma das batalhas da “Retirada da Laguna” (PEREIRA, A. Arruda, 1925).

<sup>32</sup> Utilização do idioma português, castelhano e guarani no cotidiano; festividades, causos, histórias, entre outras coisas. Cf. Ibanhes, Brígido. *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira*.

<sup>33</sup> LEITE, Sidney Nunes. *Bela Vista: uma viagem ao passado*. 3ª. Ed., Campo Grande: Associação dos novos escritores do MS, 2007.

### 2.3 Chão do Apa, Silvino Jacques e a fronteira

À época do nascimento de Brígido Ibanhes, nos anos de 1940, na região que correspondia ao antigo estado de Mato Grosso ainda ocorriam fatos que foram responsáveis por essa região ter recebido, nos quatros cantos do Brasil, a alcunha de terra onde apenas a lei 44 era respeitada, ou seja, a “lei com calibre 44”<sup>34</sup>. Esse pedaço de terra era conhecido pela violência vivida cotidianamente pelo seu povo. Um lugar onde o medo pairava nos ares e onde quem carregava mais o estigma era a fronteira.

O historiador Valmir Batista Corrêa define assim esse traço peculiar:

A história de Mato Grosso e Mato Grosso do sul, nas primeiras décadas do período republicano (1889-1943), foi na realidade a história de um *povo armado*. Sua principal característica constituiu-se no uso extremo da violência que acabou por se confundir como o próprio modo de vida mato-grossense. Essa violência, que atingiu profundas dimensões na política regional após a queda do regime monárquico, não significou o surgimento de uma situação historicamente inédita, mas seguramente resultou do próprio processo de ocupação e desenvolvimento da região desde o período colonial (CORRÊA, 1995, p. 25).

O historiador aprofunda a questão, explicando a gênese dessa fereza no estado, ao externar as raízes históricas:

Os fundamentos do sistema colonial na região de Mato Grosso fizeram-se presentes através de rígidos mecanismos de controle da exploração aurífera e da implantação de guarnições de fronteira, cujos objetivos exclusivos eram a proteção dos centros mineradores, o anteparo à penetração castelhana e a defesa das correrias indígenas. “Estruturada de acordo com os interesses metropolitanos e dentro da mais rígida política colonialista [...], as formas de controle sobre a população e exploração mineira reverteram em relações de violência dentro da problemática Metrópole-Colônia e/ou exploradores-explorados” (...) Entretanto, a extensa e flutuante fronteira de Mato Grosso permaneceu isolada e em situação de quase total abandono, a despeito dos objetivos e intenções expansionistas metropolitanas. Dessa forma, a instabilidade e o clima de insegurança decorrentes das precárias condições dessa faixa fronteira acabaram por deixar marcas profundas nos hábitos e

---

<sup>34</sup> PEREIRA, Armando de Arruda. *No sul de Matto Grosso (conferência)*. 21.05.1928, p. 26.

características do *modus-vivendi* dos núcleos de povoamento e guarnições dessa região<sup>35</sup> (CORRÊA, 1995, p. 26).

Cabe pontuar que, na introdução à obra *Silvino Jacques*, o escritor Ibanhes refere-se à história dos povos<sup>36</sup> “escrita com o sangue resultado da violência” (IBANHES, 2007, p. 9).

Essa afirmação corrobora com a ideia de Corrêa no sentido de que este se aprofunda em relatar o surgimento do perfil violento no estado, enquanto aquele se concentra em, por meio das desventuras de um personagem, também demonstrar um pouco sobre violência devidamente localizada no espaço-tempo.

*Silvino Jacques*, ainda em sua parte introdutória, elucida um pouco mais sobre a violência dos povos:

Violentos foram sempre os períodos chamados heroicos da colonização, em qualquer terra, seja hoje a região mais pacífica e civilizada. Os primeiros habitantes geralmente conquistadores disputavam o poder, a riqueza ou o mando quase sempre escravizando, oprimindo, assassinando. Ação e reação transformaram a terra, muitas vezes, em campos de batalha, onde os grandes e fortes, pelo terror e pelo medo, dominaram e impuseram leis e os demais se submeteram para poder sobreviver. (...) Nas sociedades primitivas a lei e a ordem foram ditadas; e somente muito tempo depois, graças à reação e aos sacrifícios de um grupo de privilegiados, elas tomaram a forma do Direito. E não raro, para isso, estes tiveram, também, que recorrer à violência. Assim, a lei e a ordem são frutos do tempo e da razão, mas também necessitaram da força e até da violência para serem impostas (IBANHES, 2007, p. 9).

Há que sublinhar que é praticamente impossível nascer e passar tanto tempo numa região e não ser influenciado por ela, sobretudo, se tal região localiza-se na linha de fronteira – como foi o caso do escritor Brígido Ibanhes – onde o encontro de culturas adentra os lares e passa a fazer parte do dia-a-dia das pessoas.

Nessa perspectiva, o conceito de região é importante para os estudos históricos. Isso não quer dizer conhecer a região para entender o que aconteceu entre seus limites somente, mas compreender a própria história desses limites. Toda “construção” de uma determinada região é perpassada por disputas – políticas, sociais ou geográficas.

---

<sup>35</sup> Cf. CORRÊA, Lucia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980.

<sup>36</sup> A história da formação da população mundial.

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. salienta que muitos pesquisadores, ao produzirem história regional, podem pecar por esquecer alguns conceitos importantes sobre o estudo da região. Segundo ele, o problema pode surgir quando

a região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria per si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região. A história da região seria o que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites. A história regional seria aquela que aconteceria no interior das fronteiras regionais, não a história dos acontecimentos que produziram essas dadas fronteiras regionais (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 55).

Já, para Pierre Bourdieu, o discurso regionalista pode ser uma representação que possui caráter performativo ao visar “impor como legítima uma nova definição de fronteira e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada” (BOURDIEU, 1989, p. 116). Popularmente, os limites geopolíticos servem para identificar geograficamente onde acabam as leis de um país e começam as de outro.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento tem a percepção de que as fronteiras são simbólicas:

As fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Nesse sentido, são produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo (PESAVENTO, 2002, p. 35).

Vale lembrar que outras características das regiões fronteiriças são as relativas às miscigenações de culturas e raças; constituições históricas que dificultam a aplicação das leis que regem a soberania dos países limítrofes. Apesar de existir uma divisão institucionalizada, é salutar lembrar que toda formação de região é um fato discutível. Sua vigência sempre será passível de controvérsias. É como um “cobertor curto”: cobre os pés e descobre a cabeça ou cobre a cabeça e descobre os pés. A definição de uma região atenderá um segmento e excluirá o outro, e sobre isso Albuquerque Jr. chama a atenção:

as regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de

afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional. Falar de região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora: implica em jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 60).

É importante notar que uma região não se constitui apenas pelo seu recorte político. Ela também é reconhecida por meio dos costumes e vivências das pessoas e comunidades que a definem. Por aqueles que constroem significados que abstratamente, dia-a-dia, cruzam os limites e podem ou não serem comungados além da linha fronteiriça. O povo constitui a região por meio da “ação” e “reação” da trajetória histórica, alheia à vontade de leis homogeneizantes. O historiador Jacques Leenhardt pontua que

É preciso notar que, quando os Estados, Reinos ou Províncias tratam de *contratar*, quer dizer, de fixar as fronteiras por tratados mais que pelas armas, não intervêm em um território virgem. Práticas ancestrais foram já estabelecidas entre as populações que se tocam, constituíram-se *modus vivendi* que integram uma definição prática, senão geográfica, da fronteira, que pode então diferir significativamente daquela dos topógrafos (LEENHARDT, 2002, p. 28).

Ainda, segundo Leenhardt, os interesses dos Estados, elaboradores das linhas fronteiriças

não coincidem necessariamente com aqueles das comunidades; eles não são produto de um cotidiano imemorial cristalizado nas práticas culturais, mas de novos projetos geopolíticos abertos, cuja lógica responde aos objetivos estratégicos dos Estados [...] os modos de vida e cultura se constroem ou sobrevivem apesar dos recortes que os atravessam, e constituem, à sua maneira, um espaço diferente daquele que tentam definir os Estados [...] (LEENHARDT, 2002, p. 29).

Uma região fronteiriça pode fugir do esperado, do almejado, do planejado. O discurso regionalista, portanto, deve cuidar dessas e de outras questões mais categóricas:

os historiadores deveriam estar atentos para as dominações, para as relações de poder, para as alianças e dissensões, para as vitórias e as derrotas, para as lutas e conflitos que levaram à instituição de um dado recorte regional, que definiram suas fronteiras, que inventaram sua paisagem, que definiram o seu

habitante, que nomearam, escolheram e instituíram o que seriam as suas manifestações culturais tradicionais, seus costumes e hábitos vistos como típicos, como autênticos, como originais, como singulares e específicos (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 64).

Nesse sentido, o historiador Valmir Corrêa (2000), na obra *História e violência em Mato Grosso: 1817-1840*, retrocede até a antiga capitania de Mato Grosso para fundamentar ainda mais sua ótica acerca do surgimento das relações de violência no estado. Segundo ele, são três as razões para isso: “a violência relacionada à natureza, a violência fruto do conflito com o indígena e a violência decorrente da necessidade de defesa da região fronteiriça” (CORRÊA, 2000, p. 18). Para os objetivos desse trabalho, o esforço em esmiuçar a teoria de Corrêa se dará na última razão elencada.

Segundo Corrêa, “a posição estratégica de Mato Grosso tornou-se área divisora e anteparo às aspirações espanholas [...]. Assim, tanto a Coroa portuguesa quanto o governo imperial brasileiro posicionaram-se defensivamente contra a presença castelhana nessa região fronteiriça” (CORRÊA, 2000, p. 25-26).

Na obra *Silvino Jacques*, essa lógica de ocupar para proteger o avanço estrangeiro em terras brasileiras incentiva a fuga do bandoleiro, personagem de Ibanhes, do sul do Brasil para terras mato-grossenses. Conforme relatado pelo jornalista Pacífico Berni Fiorenza<sup>37</sup>: “[...] aqui na região missioneira, principalmente São Luiz Gonzaga, ouvia-se falar da necessidade de povoar Mato Grosso comprando terras baratíssimas e assim contendo a invasão paraguaia de modo pacífico” (IBANHES, 2007, p. 30).

Apesar de os períodos temporais entre as duas citações serem diferentes, percebe-se que sempre existiu efetiva vontade de manter nas regiões fronteiriças pessoas para fixarem os limites de seus países<sup>38</sup>. Tanto é assim que a reclamação dos países limítrofes eram costumeiramente ouvidas: “Se os brasileiros estão sempre a invadir as terras da Bolívia, por outro lado os descendentes de espanhóis chegam a reclamar até a própria cidade de Mato Grosso, antiga Vila Bela e primeira sede da capitania” (CASTELNAU, 1949, p. 333 apud CORRÊA, 2000, p. 26).

Acrescente-se que o surgimento e o estabelecimento das cidades fronteiriças também são marcados por uma aura romântica, angelical. É assim que a pena de Ibanhes registra o

---

<sup>37</sup> Não se tem nenhuma informação mais precisa sobre esse jornalista citado por Ibanhes em sua obra. Em pesquisa verificou-se que ele é oriundo do estado do Rio Grande do Sul e escreve para o “Jornal da Comunidade Regional de Santo Ângelo”.

<sup>38</sup> A extensa fronteira da antiga capitania de Mato Grosso também era feita com a região da atual Bolívia.

compartilhamento do solo à beira do rio Apa<sup>39</sup> em *Silvino Jacques*. Seria isso uma tentativa positiva de lembrar que o transcorrer dos anos pode ser usado para apagar erros ou mal-entendidos do passado? Veja-se o trecho a seguir:

às margens do Apa estão assentadas as cidades de *Bella Vista*, no Paraguai, e *Bela Vista*, no Brasil. Duas cidades gêmeas e amigas, nascidas do mesmo amor e encanto pelo rio feiticeiro; diz-se que quem bebe da sua água sempre volta. Relata Visconde de Taunay<sup>40</sup> que o Coronel Camisão, ao chegar as suas proximidades, mandou que lhe trouxessem água do Apa para beber. Talvez por isso que acabou voltando depois de adentrar um trecho em território paraguaio (IBANHES, 2007, p. 32).

Sobre esse aspecto, Corrêa (2000) comenta a “existência de um intercâmbio comercial” nessa região justamente com o intuito de tentar promover a paz, o que “não impediu que as relações fossem marcadas por um clima de rivalidade exacerbada e de violência” (CORRÊA, 2000, p. 27).

Em relação à obra de Ibanhes, é importante observar que, antes mesmo que o leitor de *Silvino Jacques* comece a acreditar no paraíso terrestre da fronteira descrito pelo autor, ele recebe uma advertência: “Mas nem tudo era paz no cerrado<sup>41</sup>. Era o tempo das brigas de famílias por questão de terras, dos quateiros, [...] onde o revólver quarenta e quatro berrava mais alto, só perdendo para o estrondo do mosquetão...” (IBANHES, 2007, p. 33).

É nesse ambiente truculento que a família de Brígido Ibanhes viveu. É nesse tempo-espaço de seus ancestrais – marcado por situações complicadas, seja no século XIX, com a guerra do Paraguai; seja no cotidiano do antigo Mato Grosso, com o império da “lei do 44” – que o escritor vai buscar, em suas lembranças e nas adquiridas de seus antepassados, os fundamentos para a constituição de sua biografia, de sua identidade. Desse modo, a memória do “ser fronteiriço” Ibanhes vem à tona por meio da narrativa literária.

Sob esse aspecto, cabe lembrar o historiador Benedict Anderson, quando afirma que a narrativa das memórias é um recurso utilizado pelo seu autor para lembrar fatos que se perdem no tempo e que geralmente precisam de recursos físicos para o acesso:

Quantos milhares de dias transcorridos entre a primeira infância e o começo da idade adulta desaparecem para além de qualquer evocação direta! Como é estranho precisar da ajuda de alguém para saber que aquele bebê nu na fotografia amarelada, esparramado, todo feliz no tapete ou na caminha, é

---

<sup>39</sup> Rio que divide os países Brasil e Paraguai na região Sudoeste do atual estado do Mato Grosso do Sul.

<sup>40</sup> TAUNAY, Alfredo D'Escragolle. *A retirada da Laguna – episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ediouro.

<sup>41</sup> Característica da vegetação na região do atual Mato Grosso do Sul.

ocê! A fotografia, belo fruto da reprodução mecânica, é apenas o mais definitivo exemplar dentre um enorme acúmulo moderno de evidências documentais (certidões de nascimento, diários, fichas de anotações, cartas, registros médicos e similares) que registra uma certa continuidade aparente e, ao mesmo tempo, enfatiza a sua perda de memória. Desse estranhamento deriva um conceito de pessoa, de identidade (sim, você e aquele bebezinho são idênticos), a qual não pode ser ‘lembrada’, precisa ser narrada (ANDERSON, 2008, p. 278).

As narrativas de Ibanhes em *Chão do Apa* estão orientadas, ao que parece, no sentido apresentado por Anderson, e não menos estão aquelas encontradas em *Silvino Jacques*, ainda que o foco central das obras seja, num primeiro momento, diferente. Os vários personagens dos textos – pessoas reais da vida do escritor – revelam ali os caminhos percorridos pelos antepassados do literato: histórias de lutas; participações em eventos importantes do estado e da época da capitania. Revelam também como as duas vertentes da família se conheceram e em que condições; o como foram influenciados pelo clima de violência da época; o como conviviam com o ambiente fronteiriço.

A narrativa de Ibanhes demonstra a tentativa de encontrar um fio norteador que visa a preencher espaços vazios de sua memória. Tal narrativa é construída por meio de informações obtidas por relatos de familiares, cartas, fotos, entre outros documentos.

Segundo Beneditc Anderson,

essas narrativas, tal como os romances [...], são situadas no tempo vazio e homogêneo. É por isso que tantas autobiografias começam narrando circunstâncias referentes aos pais e avós, em relação aos quais o autobiógrafo só pode dispor de evidências textuais circunstanciais (ANDERSON, 2008, p. 278).

A seguir serão apresentados, de forma sintetizada, todos os capítulos da obra *Chão do Apa*. Há que esclarecer que, em certo momento, citações da obra *Silvino Jacques* também estarão presentes.

## **2.4 *Chão do Apa*, capítulo por capítulo**

Como *Chão do Apa* é uma obra autobiográfica, é importante conhecer o texto de sua abertura em que o autor exprime as intenções da produção:

Quero semear letras no chão onde nasci, sob a enramada de estrelas. Chão, em que, como menino buli nos seus segredos e até hoje, quando os cabelos prateados denunciam o tempo passado, ainda sinto cócegas nas mãos de vontade de escrever as coisas e estórias deste chão sagrado do Apa (IBANHES, 2010, p. 4).

Os três primeiros capítulos – os quais podem ser definidos como a primeira parte da obra – são reservados para narrarem a história da família; o como se deu o encontro “inicial” dos ascendentes. O encontro, por exemplo, acontece em meio às batalhas da Guerra do Paraguai. Ele é visualizado por meio de relatos heroicos, extremamente poéticos, que buscam levar o leitor aos entevos da própria guerra, a respirar os mesmos ares, a sentir as mesmas dores dos ancestrais do autor.

Essas narrativas também mostram que o acaso numa guerra pode resultar em morte para alguns ou em surgimento de uma família para outros. Ibanhes menciona esse fato: “a origem da minha família começa com a Guerra do Paraguai, até onde eu pude chegar, né, e não através de livros, de documentos, não, através da tradição da história oral, da tradição oral.” (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Para escrever essa obra, Ibanhes se apropriou do conceito tradicional de memória, ou seja, ele se valeu de informações que dizem respeito ao que ele ouviu, leu ou viu.

Segundo o historiador Jacques Le Goff, cientificamente, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419).

Cumprido destacar que, para que o escritor consiga o efeito desejado acerca de si, ou da história da própria família, ele vai utilizar o conceito de memória como algo que deva permanecer às gerações posteriores: a escrita como documento/monumento.

Embora, esse tipo de memória considere questões mais abrangentes, geralmente utilizadas em relação à memória coletiva, ao nacionalismo instituído, o literato converte sua peculiaridade em forma de narrativa para registrar sua gênese: “outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita [...]. Mas importa salientar que todo documento tem em si um caráter de monumento [...]” (LE GOFF, 2003, p. 428).

Ainda, acerca da escrita como monumento/documento, Jacques Le Goff cita o cientista social e antropólogo Jack Goody para trazer algumas contribuições:

neste tipo de documento, a escrita tem duas funções principais: “uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro”; a outra, “ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual”, permite “reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (GOODY, 1977, p. 78 apud LE GOFF, 2003, p. 429).

Munido desse recurso, o literato Ibanhes vai organizar sua árvore genealógica a partir de um ponto definido a seu critério. É uma questão de escolha. É a “natureza do mito” de Lévi-Strauss (2004), por meio dela ele tenta organizar seu mundo – as relações sociais de sua família. Procura dar um sentido a sua existência: entender como se tornou o que é.

Ressalte-se que Ibanhes trata nessa primeira parte de uma problemática que se arrasta até os dias atuais: a contenda histórica gerada pela Guerra do Paraguai. E ele se posiciona claramente, por meio de seus escritos, ao lado dos paraguaios.

Como bem registrado anteriormente, o autor se intitula como “um fronteiriço” (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011). O fato de ter nascido numa região limítrofe o ajudou a ter interesse para escrever sobre o tema. Essa constituição do “ser fronteiriço” pode ser verificada na própria fala do literato por conta da peculiaridade de seu nascimento. Ibanhes é cidadão brasileiro: seu registro de nascimento foi feito no Brasil. No entanto, ele nasceu em solo paraguaio. Segundo ele, naquela época, o registro em solo brasileiro era um direito concedido às famílias brasileiras que se exilaram no Paraguai<sup>42</sup>:

eu fui registrado como nascido no Brasil, porque famílias que estavam naquela situação de apenas exilados, aquela época era assim, eram consideradas como famílias em território brasileiro [...] sou filho de brasileiro, por isso que eu fui registrado no Brasil, eu sou considerado brasileiro, apesar de ter nascido no Paraguai, e me criado lá [...] meu pai é da região de Caracol, antiga Porteiras (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Ibanhes vai “transitar”, então, por esses dois países durante boa parte de sua vida. Passa a viver no Brasil e no Paraguai, vai sendo moldado pelas duas culturas. Sua existência, de um modo geral, perpassará por essa singularidade: à da vida na fronteira<sup>43</sup>, conforme ele mesmo relata:

então na verdade eu tenho essa... essa... essa experiência, inusitada até, desde meu nascimento, já vinha, vamos dizer assim, me colocando numa

---

<sup>42</sup> Alguns ancestrais de Ibanhes fugiram para o Paraguai por conta das perseguições empreendidas pelo bandoleiro Silvino Jacques (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

<sup>43</sup> Nessa parte do texto, utiliza-se o conceito de “fronteira” definido a partir de uma linha imaginária, geralmente instituída por acordos geopolíticos, com a intenção de separar duas localidades (países, estados, regiões, etc).

situação, é, singular, para que eu pudesse entender realmente essa fronteira. Que... nascido lá, me crio tudo lá, a infância, né, é... a hora que eu estou carregado daquela cultura do Paraguai, de repente eu passo para o Brasil, absorvo novamente a cultura brasileira. Isso pra mim foi muito importante [...] (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Essa característica de Ibanhes é fundamental para se compreender algumas questões de sua narrativa principalmente as que surgem na obra *Chão do Apa*.

No primeiro capítulo, intitulado *Quando os canhões emudecem*, o literato narra as desventuras da personagem Josefa Sanchez, sua bisavó materna, nos últimos dias da Guerra do Paraguai. Ela era “sargenta residenta [...]. Tinha sob suas ordens sete mulheres, entre velhas e crianças desnutridas. Ela comandava aquele pequeno grupo esquelético de esfarrapadas”. Fora casada com o tenente paraguaio “Germán Sanchez, sobrinho do idoso Vice-Presidente Francisco Sanchez Corvalán” que “no curto espaço de tempo que estiveram casados [ele morreu na Guerra], ela não lhe gerou filho” (SANCHEZ, 2010, p. 8).

Esse relato corresponde com a origem da família materna de Ibanhes. O escritor, ao descrever as obrigações de sua bisavó, contextualiza um ambiente conflituoso, apontando os motivos que, segundo ele, teriam ocasionado a Guerra do Paraguai:

A guerra sangrenta, hedionda, sem piedade, sem compaixão, sem convenção. Por questões de fronteira no sul do Mato Grosso, para barrar a suposta supremacia do Paraguai na América do Sul, e principalmente no interesse político e financeiro da Inglaterra. [...] Os inimigos [do Paraguai] não vão sossegar enquanto não entregarem ao Senado brasileiro, em bandeja de prata, a cabeça do ditador paraguaio que ousou fomentar o crescimento do país sem as amarras dos países mais poderosos do mundo (IBANHES, 2010, p. 7).

O escritor aponta as razões do conflito como consequência das aspirações desenvolvimentistas do Paraguai onde o “Senado brasileiro” deseja o fim desse progresso. Em outro momento, após a formação da Tríplice Aliança<sup>44</sup>, torna-se predestinada a derrocada do Paraguai: “sob o compromisso de um documento nefasto, assinado na calada da noite, denominada de a Tríplice Aliança, declararam o extermínio de um povo” (IBANHES, 2010, p. 7). O escritor enfatiza a destruição do Paraguai também pelo Brasil – um dos países aliados. A chance de os paraguaios serem parte de uma nação promissora fora exterminada. Nesse momento, Ibanhes reproduz as queixas históricas da nação paraguaia.

---

<sup>44</sup> Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai na Guerra do Paraguai.

Ele também dá ênfase à ousadia e ao heroísmo do Paraguai quando dá a entender que só restava o amor à pátria como “arma” contra os “exterminadores do povo”:

a comitiva carrega, como numa procissão, o estandarte com a bandeira tricolor: o vermelho do sangue derramado pela pátria, o branco da pureza de um povo indômito e o azul infinito que lhes garante a glória de Deus

(...)

os feridos, nos atropelos, morriam aos poucos [...]. Morriam sob as bênçãos da extrema-unção, com um sorriso compungido nos lábios ressecados, satisfeitos por entregarem suas vidas pela pátria amada

(...)

o que sobrou das tropas do comandante paraguaio, *Solano Lopez*, não passa de uma maltrapilha caravana destruída pelas intempéries e pelos obuses canhões inimigos. A comitiva se arrasta apenas sob o vigor do patriotismo (IBANHES, 2010, p. 5-7).

No segundo capítulo, o *Toque de silêncio*, verifica-se que o Brasil, “representante-mor” dos aliados, sob as ordens do Conde *D’eu*<sup>45</sup>, aparece nos escritos como uma figura fria, cruel e sanguinária:

a estratégia do exército aliado foi a de formar um grande círculo ao redor do agrupamento paraguaio. Ao toque do clarim, de atacar, a cavalaria se precipita rasgando o chão, e a golpes de espada degola crianças e mulheres que se agarram, no desespero da morte, nas pernas dos cavaleiros.

(...)

ao meio da refrega, o Conde *D’eu*, percebendo o embuste da resistência, ordenou que incendiassem a mata onde se refugiavam e se protegiam o ‘exército’ guarani. O fogo se alastrou rapidamente [...], e no meio do crepitar das línguas de fogo ouviam-se os gritos de dor e agonia, e se viam corpos envoltos em chamas correndo ao léu para logo tombarem transformados em tochas humanas (IBANHES, 2010, p. 11-12).

Nesse ponto, o escritor se utiliza dos recursos da linguagem literária para outorgar a culpa ao Brasil pelas mazelas sofridas pelos paraguaios em razão da Guerra.

Logo após o incêndio da mata ordenado por Conde *D’eu* – no episódio conhecido historicamente como batalha de Acosta-Ñu<sup>46</sup>, ocorrido durante a Guerra do Paraguai – Ibanhes vai relatar com detalhes como sua família paterna surgiu.

Segundo ele, seus bisavós foram salvos por um médico inglês chamado Dr. Smith que vasculhava essa região assim que as chamas se apagavam: “o cheiro forte, fétido, da carne

---

<sup>45</sup> Esse comandante era genro do então imperador brasileiro Dom Pedro II.

<sup>46</sup> Batalha das crianças.

queimada causa tonturas ao Dr. John Smith, um médico inglês a serviço dos aliados, designado para retirar os sobreviventes daquele holocausto” (IBANHES, 2010, p. 12).

Nesse ambiente extremamente hostil, onde seria quase impossível encontrar alguém vivo, o escritor cita o seguinte: “uma sementeira ficara escondida, preservada” (IBANHES, 2010, p. 12). Essa era a semente de sua família, de seus ancestrais que conseguiram ser salvos. Em meio à sua ronda, o Dr. Smith vê “um braço infantil agarrado ao redor de uma bananeira, depois um par de olhos assustados, e mais outro par. Ele afasta a folha seca caída da bananeira, e com surpresa descobre ali duas crianças apavoradas, um casalzinho de índios guaranis”. Para Ibanhes, “aquelas duas crianças milagrosamente são as únicas sobreviventes da brutal carnificina” (IBANHES, 2010, p. 14).

E assim fica a árvore genealógica paterna do escritor:

Na pia de batismo, o menino recebeu o nome de Bernardo Ibanhes, e a menina, Belém de Ibanhes. Foram criados na Estância *Casa Blanca*, de propriedade do Dr. Smith, em *Concepción* (PY). Como não eram consanguíneos, se casaram e tiveram filhos, entre estes, um de nome Narciso. Este estudou em colégio de padres em *Asunción*, e, por conta de mascate, acabou se casando com dona Modesta Fleitas, e passou a residir na antiga Porteiras, hoje Caracol, onde tocou um açougue nos idos da década de 30 do século passado. O casal teve muitos filhos; entre eles, o Aniceto (IBANHES, 2010, p. 14-15).

Aniceto é pai de Brígido Ibanhes. Na obra *Silvino Jacques* ele também é mencionado. Sua família, agora no século XX, vai participar de momentos históricos importantes do antigo Mato Grosso: seu pai, por exemplo, conheceu o bandoleiro Silvino Jacques:

Aniceto Ibanhes [...], tinha uns quinze anos de idade. Andava muito pelas fazendas e sítios da região de Porteiras, recrutando e comprando boi gordo para o pai, que era açougueiro na vila. [...] puxava frete com as carretas do pai, de Murtinho para os bolicheiros da vila. Numa de suas andanças cruzou com aquele estranho cavaleiro [Silvino Jacques], de chapéu grande de pano, que carregava na garupa do cavalo o tripé da máquina de tirar fotos e por cima, bem amarrada, a capa plástica impermeável. Amíude se cruzavam nas carreiras, nas picadas, nas nascentes dos córregos, onde todo mundo dava de beber e descansar aos cavalos. Silvino andava trabalhando nas fazendas [...], fazendo várias diligências, e às vezes mascateava. Entupia o fordeco [automóvel] de tecidos e bugigangas trazidas de Murtinho pelo Aniceto e saía negociando pela campanha (IBANHES, 2007, p. 38-39).

No capítulo três, *O Paraguai está morto*, o escritor sela de vez o destino da nação guarani por meio da alusão à morte de Solano Lopez na guerra. Dá também continuidade aos

relatos sobre as dificuldades enfrentadas por sua bisavó materna para sobreviver no ambiente caótico da guerra e dar início à sua família. Segundo o literato, ela esteve muito próxima de Solano Lopez nos dias que antecederam sua morte – a do Presidente.

Ibanhes relata, ainda, que sua bisavó lutou bravamente, ao ponto de matar um soldado brasileiro para proteger uma amiga que havia sido violentada:

[Josefa Sanchez] empunha firme a arma na posição de marche-marche, e num golpe certo empurra a lâmina lúzia da baioneta um pouco abaixo do cóccix do negro [soldado brasileiro]. O urro de dor se confunde com os estrondos do entrevero em outras partes da mata. Ao se virar, largando a vítima desnuda, a baioneta se solta do fuzil. O beijo lhe treme de dor, raiva e impotência, tenta o bote, mas as forças o abandonam. Estende os braços e com os dedos crispados como serpentes, tenta alcançar o vulto da mulher, que aos poucos vai se desvanecendo aos seus olhos, e, por fim, como um saco vazio tomba e estrebucha sobre as folhas secas e caraguatás (IBANHES, 2010, p. 18).

Josefa Sanchez teve por filha Petrona Sanchez, avó materna do escritor. Essa foi casada com Mateo Cristaldo e tiveram vários filhos, entre eles Bernabé Cristaldo, tio de Ibanhes, cuja amizade com o Silvino Jacques, o famoso bandoleiro, é narrada na obra *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*. Veja-se o trecho a seguir:

Bernabé Cristaldo, alma de artista e cabeça de guerreiro, era músico, tocador de vários instrumentos: violão, acordeão, *bandoleón*<sup>47</sup> e violino. Era também um inveterado seresteiro. Silvino [Jacques] e Bernabé se juntavam e tocavam em bochinchos<sup>48</sup> ou faziam românticas serenatas para as *kuñataín*<sup>49</sup> (IBANHES, 2007, p. 38-39).

E assim o escritor encerra a primeira parte de *Chão do Apa*. São histórias acerca de sua origem e acerca de como seus ancestrais estiveram presente em acontecimentos históricos ocorridos em região pertencente hoje ao estado de Mato Grosso do Sul.

Nos quarto e quinto capítulos – que podem ser rotulados de segunda parte da obra –, Ibanhes vai apresentar a fronteira: num primeiro momento o lado paraguaio; e, em seguida o brasileiro.

---

<sup>47</sup> Contrabaixo.

<sup>48</sup> Bailes improvisados realizados, geralmente, por bandoleiros. Cf. CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: UFMS, 1995.

<sup>49</sup> Moça solteira, senhorita.

Em *Che retã – minha terra*<sup>50</sup> há um relato “fantástico” de sua infância em *Bella Vista Norte* no Paraguai. A cidade é desenhada por meio de belos traços, com tons de perfeição, onde a harmonia e a pureza imperam.

Com isso o autor mostra as qualidades de seu “paraíso terreno”; as casas com seus “macilhos de capim, apregados com barro vermelho e sobrepostos uns aos outros, formam uma fresca cobertura contra o calor”, a escadaria da igreja que se “estendia morro abaixo como um tapete de boas-vindas a todos”; os padres missionários norte-americanos, “inteligentes e trabalhadores, eram verdadeiros representantes de Deus e do povo”. Nas ruas de sua urbe, “largas e cobertas por grama, pastavam vacas, cavalos e ovelhas, com a mesma pachorra da vida da campanha”, onde as “tortas” de esterco que apareciam por ali “serviam de adubos nas hortas; com outras, a gurizada fazia festa...” (IBANHES, 2010, p. 22).

O tereré (também chamado de tererê) deixa, nesse contexto, de ser uma prática pejorativa da ociosidade alheia para se transformar num “momento sagrado de confraternização. Hora de reordenar as atividades do dia; de se analisar sonhos e dos desabafos”, ou seja, quase uma prática terapêutica. Lá não existia vergonha. No rio Apa “tomava-se banho pelado mesmo, sem nenhum constrangimento [...] o sujeito então, balangando suas virilidades, corria em direção à água, soltando gritos de animação” (IBANHES, 2010, p. 24).

As festas religiosas e populares faziam parte da rotina da população, que encarava com muita seriedade e disposição os ritos: “vinha gente do interior da campanha, de muito longe, vinham uns a pé, outros a cavalo, carregando suas matulas e sua fé” e “seguiram, rezando e cantando, a procissão”. Não faltava “o grande amor à pátria, [da] orgulhosa nação guarani”, demonstrado por meio dos desfiles no dia da Pátria; onde carregava no peito “o pedaço de fita com as cores, vermelha, branca e azul, da bandeira”. No período do natal, todos se reuniam na igreja da cidade para acompanhar a Missa do Galo, que culminava num “momento de grande confraternização e de intenso namoro e paquera das mocinhas”, ou seja, a relação entre as pessoas em constante vigília pela sociedade (IBANHES, 2010, p. 25).

Essa narrativa idílica contrasta-se com a referente à Bela Vista brasileira apresentada no capítulo *Teonguê – o cadáver*. Ao cruzar a fronteira, há uma mudança abrupta de realidade: troca-se a narrativa “celestial” pela dos assuntos “terrenos”. A harmonia e a pureza mencionadas anteriormente não “atravessam” a divisa, não “adentram” o cotidiano brasileiro:

---

<sup>50</sup> O escritor utiliza nesse livro várias palavras em língua *guarani*, à semelhança do que fez em outros trabalhos. Nesse parágrafo, citam-se trechos da obra *Chão do Apa* encontrados entre as páginas 21 e 26.

na margem brasileira, perto do rio, localizava-se um bairro pobre, com vários cabarés e casas de prostitutas. [...] Poucas casas esparsas, mas muita violência. As polcas paraguaias tocavam o dia todo nas eletrolas, acompanhadas pelos gritos histéricos das raparigas, que, sentadas no colo dos fregueses, passavam o dia tomando cerveja, vermute ou quinado, com as alças do porta-seios arriadas, em desleixo. [...] Assim era o Baixadão, a baixada da boemia. O pessoal dizia, pode baixar que elas dão... Baixadão (IBANHES, 2010, p. 27).

Essa vida devassa fazia parte do dia-a-dia brasileiro. No conto sobre o boiadeiro Luiz, narrada pelo escritor, é possível perceber isso: ele “sempre gastava boa parte do que ganhava nos negócios com as raparigas” (IBANHES, 2010, p. 28).

Ibanhes não afirma, contudo, que a prostituição era um trabalho exclusivamente brasileiro. Ele menciona que as paraguaias também exerciam essa função – mas no Brasil – e eram consideradas superiores às brasileiras. Segundo o escritor, o boiadeiro Luiz preferia “principalmente a paraguaias, que no imaginário erótico-sexual do povo eram as melhores” (IBANHES, 2010, p. 28).

O Brasil é apresentado na obra com traços antagônicos ao Paraguai: por meio de pobreza; de violência; de promiscuidade.

Outra questão pertinente a ser elencada refere-se às fazes de vida do autor e a influencia em sua escritura. Quando o escritor, “inocentemente”, narra as maravilhas de sua cidade natal no Paraguai, ele narra a partir do olhar de sua infância. Nesse sentido, pode-se inferir que suas recordações são puras, sem malícias, sem maldades. Seus relatos refletem essa fase. Contudo, ao tratar do Brasil – estando o autor mais velho e conseqüentemente, com uma visão de mundo mais realista – constrói uma narrativa mais forte. Avançando nessa peculiaridade, pode-se questionar: o cruzar da fronteira seria a saída da meninice e a entrada para a fase adulta?

Nesse sentido, indaga-se como determinado olhar de uma pessoa pode fazer com que dois lados de uma região possam ser tão diferentes? Essa é uma das formas de compreensão possível, segundo o historiador Jacques Leenhardt, posto que “o espaço da fronteira [...] traz em si uma terceira dimensão, um plano de descompasso que permite apreender o território a partir de um ponto de vista tanto externo como interno” (LEENHARDT, 2002, p. 30). Um é o espaço vivido por alguém, o interno, e outro é o que se ouve falar por outrem, o externo.

A historiadora Sandra Pesavento ainda escreve que a “fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento” (PESAVENTO, 2002, p. 36). Portanto, a fronteira funcionaria como uma forma, também, de se diferenciar para ser

reconhecido. As memórias de Ibanhes, quando extraídas de sua experiência lideira, funcionam justamente assim: é dessa feita que ele pretende se afirmar como “ser fronteiriço”. A historiadora ainda complementa: “o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença” (PESAVENTO, 2002, p. 36).

Assim, ao supervalorizar o Paraguai em relação à nação brasileira, Ibanhes reverbera sua filiação paraguaia que fez com que ele provavelmente tenha crescido ouvindo que o “inimigo” da nação guarani vive ao lado; que a pátria responsável pela “miséria” de seu país deve ser sempre rebaixada. É assim que se diferenciam para se significarem em relação ao “outro”. Vejamos Pesavento mais uma vez: “é por esse viés de compreensão da fronteira que se confrontam as percepções da alteridade e da identidade, ou que se contrapõem as construções imaginárias de referência, definindo-se os ‘outros’ com relação a ‘nós’ e vice-versa” (PESAVENTO, 2002, p. 36).

Os capítulos que formam a terceira parte da obra sob análise são dedicados pelo escritor a contar suas histórias vivenciadas na região de fronteira: as lendas, os causos, os perigos da vida na fronteira, a mistura do linguajar, os pontos comuns, os diferentes, enfim, uma infinidade de histórias elaboradas por Ibanhes com a finalidade de remeter o leitor ao seu universo cultural.

O capítulo seis, *Guyrá-hû – o chupin*, traz informações em torno da variedade de pássaros que habitam a região do Apa: nomes, sons característicos. Ibanhes menciona que “quando os pássaros silenciavam era prenúncio de forte tormenta, ou augúrio de alguma tragédia entre os homens” (IBANHES, 2010, p. 35). É tradicional e aceitável que o silêncio dessas aves revele uma provável chuva que se aproxima, porém a superstição local incorpora outros elementos que, via tradição oral, vão sendo passados aos descendentes. O chupin, do título, foi um passarinho adotado pelo literato que acabou sendo devorado pelo seu gato. Ibanhes chorou muito essa perda, e em suas memórias esse fato é considerado o seu primeiro luto, a grande perda de sua vida até aquele momento.

No capítulo sete, intitulado *Jasy Jaterê Acahatã – travessuras do saci pererê*, o escritor apresenta a lenda do Saci Pererê e indicações sobre o como ela era comum aos países vizinhos. O literato menciona o caso de um colega seu que sumiu e seus pais ficaram preocupados achando que, por conta de suas travessuras, ele tinha sido levado pelo Saci. Ibanhes afirma no conto que, após o aparecimento de seu colega, alguns anos mais tarde “ele

apresentou na adolescência problemas mentais, que, mais tarde, o levaram a óbito” (IBANHES, 2010, p. 43).

Um fato a ser destacado nessa lenda é o de que ela apresenta diferenças em relação à brasileira: o *Jasy Jaterê* (Saci) possui duas pernas, cabelos loiros e olhos azuis. Contudo, é possível encontrar algumas semelhanças: além de ser um ser travesso, ele possui a “pele amorenada” (IBANHES, 2010, p. 39).

O capítulo oito, *Colo'ô – partido colorado* mostra o envolvimento do pai do escritor, Seu Aniceto, com a política. Por conta de um posicionamento contrário a outro partido ele levou uma surra e quase faleceu. Ibanhes, na época criança, presenciou a cena do pai gravemente ferido, e prometeu que caso seu pai morresse “quando crescesse, além de vingar sua morte, ia lutar contra qualquer tipo de prepotência” (IBANHES, 2010, p. 46). Percebe-se nesse relato interesse incipiente do literato em lutar contra as injustiças. Seria o início de sua vida militante? Conta Ibanhes que, alguns dias antes do acontecido seu pai havia pecado por não se confessar ao padre de sua paróquia. Segundo o escritor, algum ruim cairia sobre ele: “Blasfemou, fato terrível ia lhe acontecer” (IBANHES, 2010, p. 45).

Esses três últimos capítulos, de uma forma ou de outra, complementam-se por meio do seguinte foco: o sobrenatural. Seja pelos avisos sobrenaturais dos pássaros, seja pela lenda do Saci, seja pelas consequências da desobediência a um dogma religioso.

Nesse ponto é fundamental anotar o seguinte: a religião é um sinal importante da identidade fronteiriça. O próprio escritor já se autodeclarou “ser fronteiriço”, e nesses contos sobre a religiosidade existem indicações de como isso funciona na ótica de Ibanhes. A apropriação dos causos e lendas nessa região demonstra que atualmente existe tanta miscigenação que se torna quase impossível conhecer suas origens. Sabe-se que eles estão incluídos no cotidiano tanto do índio guarani, quanto da população paraguaia, assim como da brasileira. Existem algumas diferenças, é evidente, porém não se pode deixar de mostrar o como essas sociedades partilham convicções semelhantes. Essa é uma das particularidades lindeiras.

O escritor e jornalista Aldyr Garcia Schlee, quando escreve acerca da identidade das regiões sul-americanas, faz a seguinte reflexão:

Somos culturalmente sincréticos, o que equivale a dizer que hoje já não somos nem uns – os originários; nem os outros – os conquistadores. Mas que somos uns/outros, nós, *nosotros*, nós outros, marcados por nossa diferença, na qual se radica nossa especificidade. [...] A construção de nossa identidade está, pois, intimamente relacionada com a possibilidade de

integração. Ela nos remete a uma complexa relação entre classes, etnias e nações, um terreno mal explorado, de necessária e urgente elucidação, não só como demanda teórica como empírica; não só como tarefa intelectual como política (SCHLEE, 2002, p. 62).

O capítulo nove, nomeado *A árvore da enforcada – ojejuvyacué yvyramáta*, conta sobre o início da transição da família de Ibanhes para o Brasil. Seu pai abre um comércio no Brasil, porém continua morando no Paraguai. A característica mais peculiar desse capítulo está na forma encantadora como o literato vai descrevendo seu novo lar. Apesar de ser uma descrição curta, o “paraíso terrestre”, mencionado alguns capítulos atrás ganha as suas letras novamente:

O quintal era grande, tinha mandiocal, bananal, um pomar com goiabeiras, laranjeiras e até pessegueiro. Na horta batata doce, cenoura alface e couve. Ao lado da casa, um jardim com roseiras e crótons, próximo a um pé de flamboyant, em cuja sombra eu forrageava os cavalos (IBANHES, 2010, p. 48).

Aquele Brasil estereotipado negativamente ganha agora uma nova roupagem, uma “bela” visão. Nesse sentido, o literato pinta com “belos pincéis” o lugar onde passa a conviver. O lado brasileiro não é mais estrangeiro ao autor, ainda que de forma corriqueira vai fazer parte de seu cotidiano, mesmo que não quisesse teria que se adaptar à nova vida. Só lhe restava elencar as características que lhe trouxessem boas recordações.

No capítulo dez, *Bolachas voadoras – gallêta ovevêa*, é narra-se uma situação típica de lugares fronteiriços: a passagem de mercadorias. O pai de Ibanhes vendia no Brasil as bolachas (*gallêtas*) que eram produzidas no lado paraguaio. Pelo que se nota no texto, os brasileiros adoravam essa iguaria; entretanto, era necessário que alguém as trouxesse do Paraguai. O escritor passa a ser a pessoa responsável por atravessar as referidas bolachas pela fronteira e isso não constituía crime.

Registre-se que o estranho, o diferente, o dificultoso sempre atraíram as pessoas desses locais. A vida nas divisas é mais suscetível a condutas diferenciadas quando comparada à dos interiores. Isso se explica pelo fato de que a divisão formal não corta obrigatoriamente as relações comerciais – e nem culturais. A aquisição pela população fronteiriça de mercadorias alheia é muito comum nas regiões limítrofes, mesmo que sejam meras *gallêtas*. Entretanto, quando os produtos atravessados de um lado para o outro desrespeitam a lei, os países vizinhos precisam impor regras de conduta.

Ainda nessa perspectiva, atualmente, existe o que se chama de “diferença no preço” e que sempre motiva e aquece o comércio em regiões fronteiriças. A comunicadora social Karla Maria Müller descreve a respeito:

As flutuações monetárias, que ora beneficiam os moradores de um lado da fronteira, ora os do outro, tornam o espaço propício ao comércio de produtos fabricados nos países envolvidos, estimulando também a comercialização de mercadorias provenientes de outras partes do mundo [...] (MÜLLER, 2002, p. 220).

*A petiça me matou – cavajú carapê che jucá* é o título do capítulo onze. Novamente Ibanhes atribui o acontecimento de algo à intervenção religiosa. Dessa feita ele cai de um cavalo, sofre um acidente grave. Graças à invocação de sua mãe a Nossa Senhora de Perpétuo Socorro ele recobra a consciência e “volta à vida” (IBANHES, 2010).

Os capítulos doze e treze, respectivamente *Meu amigo arteiro – Che irû acãhatã* e *No oco do ingá – Ingamáta cuárepa* são reservados pelo autor para contar algumas brincadeiras que ele fazia com seus colegas no lado brasileiro.

*Afogados afobados*<sup>51</sup> é nome do capítulo subsequente. Ibanhes utiliza metaforicamente o rio Apa para descrever o temperamento do povo fronteiriço. Ele “dá pistas” sobre o imaginário fronteiriço:

O rio, a cada curva, mudava a fisionomia; ora quieto, calmo, como um sábio ancião; ora borbulhante nas pedras brilhantes como uma criança irrequieta, para depois mergulhar faceiro em poços profundos, tal qual o reboiço inquieto das mocinhas namoradeiras. Ora quase estagnado na quietude dos remansos, como os arrieros quietos e perigosos, portadores da morte. O temperamento dos dois povos vizinhos e ribeirinhos era retratado pelo percurso do rio; era a própria alma indômita daquela gente retovada (IBANHES, 2010, p. 65-66).

Essa citação é importante para a compreensão das relações entre os dois povos. Ela sinaliza para complexidade que perpassa as características absorvidas pelos fronteiriços, aqueles que compartilham o mesmo “chão” às margens do Apa. Tal peculiaridade oferece elementos interessantes a serem problematizados.

Quando o autor escreve que “o temperamento dos dois povos vizinhos e ribeirinhos era retratado pelo percurso do rio; era a própria alma indômita daquela gente retovada”, dá evidências de que a “cultura própria” fronteiriça não é bem resolvida. Ao mesmo tempo em que os dois povos convivem, eles possuem reservas; são suscetíveis como uma criança à

---

<sup>51</sup> Capítulo quatorze.

mudança de comportamento: “o rio, a cada curva, mudava a fisionomia; ora quieto, calmo, como um sábio ancião; ora borbulhante nas pedras brilhantes como uma criança irrequieta” (IBANHES, 2010, p. 65-66).

Essas observações são de caráter introspectivo. Apesar de não “saltarem aos olhos”, constituem tacitamente o próprio “ser” fronteiriço. É um padrão comportamental homogêneo, compartilhado pelos dois lados da fronteira.

O que ocasionou tal temperamento? Seria a constante incerteza geopolítica que permeia os ares limítrofes? A facilidade de trânsito entre as duas populações que possuem formalmente regras de conduta diferenciadas, mas quase nunca respeitadas? A falta de um denominador comum para explicar o como e o porquê determinada região se constituiu? A partir de quais direitos? Por meio da força?

A região fronteiriça é, geralmente, área conflituosa. Seus habitantes, de alguma forma, convivem ou não com a aceitação ou não de seus devidos lugares. Em alguns casos, transparece a insatisfação dessas pessoas por acharem que não têm seus direitos históricos devidamente atendidos e por isso criam uma situação de desconforto na fronteira. Por outro lado, muitas vezes, essa insatisfação esconde-se no íntimo dos indivíduos por vários motivos – o econômico, por exemplo. Como as regiões fronteiriças, principalmente as secas, são propícias ao comércio, o trato ríspido poderia, nesses casos, ocasionar algumas perdas financeiras, o que não seria bem vindo àqueles que têm ali sua fonte de renda.

Desse modo, ao mesmo tempo em que as populações de fronteira significam e ressignificam suas culturas, por meio de apropriações culturais, absorvem características que as homogeneízam, o que faz com que acabem se tornando parte, como bem escreveu Brígido Ibanhes, do “caldeirão étnico”<sup>52</sup> da fronteira.

Isso tudo, deve-se ressaltar, vem sendo construído durante os anos, através da história de ambos os povos. Anos de duro “aprendizado” que terminaram por forjar o entrelaçamento mútuo.

No capítulo quatorze, Ibanhes ainda compara as águas do Apa à alma do povo. É uma mensagem ambiental, em que ele faz questão de frisar que com a degradação do rio a população no seu entorno também morre.

*Mocinhos, índios e bandidos e Anágua engomada*<sup>53</sup> relatam algumas travessuras protagonizadas pelo escritor.

---

<sup>52</sup> Expressão utilizada pelo escritor ao referir-se à mistura étnica na região de fronteira. Cf. Ibanhes, 2007, p. 31.

<sup>53</sup> Capítulos quinze e dezesseis respectivamente.

O capítulo dezessete *A disputa no Baixadão* trata de uma confusão num baile em que o pai do autor se envolveu: uma briga por causa de uma mulher. Um fato interessante a ser abordado é o ausentar-se do lar pelo pai do escritor para ir “bailar” sozinho, comportamento muito comum naquela época. E ao que parece, pela escrita de Ibanhes, a família não acusava esse comportamento do “chefe” como algo errado. Após toda a confusão, a mãe ainda acudiu o marido e “lhe fez um torniquete enquanto os soldados o prendiam pelos ombros na cabeceira da cama” e Ibanhes ainda relatou: “ao cantar do galo, fui pedir a benção ao meu pai” (IBANHES, 2010, p. 80).

No capítulo dezoito, *Seminarista de terno curto*, Ibanhes conta o período de sua vida de estudante no seminário de Ponta Grossa-PR. Um fato que merece destaque é o acontecido após o término de seus estudos e lembrado como a volta ao “mundo feroz e cruel” (IBANHES, 2010, p. 83). Refere-se a duas situações violentas vistas pelo literato em um terminal do aeroporto: o esfaqueamento de uma pessoa e o espancamento de uma mulher pelo marido. O relato dessas ocorrências exprimem a dor de Ibanhes ao ter que entrar na rotina “mundana” novamente, o contrário à que vivenciou no seminário por vários anos.

No capítulo dezenove, *Feitiço mortal – Pajé poxy*, o literato menciona mais um caso de superstição: A história da tal *Francisca'i*, “uma macumbeira muito temida por todos e que havia morrido há pouco tempos atrás”. Um amigo de Ibanhes dizia que ela tentava levá-lo para junto dela. Pouco tempo depois dessa revelação seu amigo ficou louco e em seguida morreu. No enterro dele “o céu escureceu e os raios riscavam intermitentes por cima”. Ele finaliza o capítulo: “A bruxa esteve solta” (IBANHES, 2010, p. 89-91).

*A vida de reco no quartel*, nome do capítulo vinte, mostra como o escritor enfrentou a vida de militar no 10º Regimento do Exército da cidade de Bela Vista, ocasião em que ele encontrou, em determinado momento, o temido “Mata-sete” de “Nunca-te-vi”. No capítulo seguinte<sup>54</sup>, *A saidera*, ele relata sua baixa do quartel e o início de sua vida de trabalhador.

O mais longo de todos os capítulos é o vinte e dois: *A morte do matador – porojucahá omanô*. Nessa narrativa, o literato conta a história de seu envolvimento com a filha de um “matador de aluguel”, o qual, após ter conhecimento sobre o caso da filha, obriga Ibanhes a se casar com ela. Com medo de se tornar uma vítima de *porojucahá*, Ibanhes se casa. Contudo, como não eram felizes, o casamento termina; após algum tempo o “matador” morre.

---

<sup>54</sup> Capítulo vinte e um.

Por meio dessa história, é possível compreender reflexos da imagem estigmatizada criada em torno do espaço que constitui hoje o estado de Mato Grosso do Sul, conforme mencionado anteriormente. Nesse capítulo, o escritor relata como passou na própria pele por uma situação típica da violência da fronteira. Segundo Ibanhes, a função divisora que rio Apa tem sobre Brasil e Paraguai também pode explicar o surgimento de figuras violentas como as do “matador” de sua história:

o rio era algo mais, que descobri com o tempo. Era a fronteira entre dois países, isto é, onde terminavam as leis de um e começavam as do outro; portanto, o rio era um aparente divisor de imunidade. Quem cometia crime de um lado, passava para o outro e se considerava a salvo. Aparentemente, pois era aí que entrava a figura silenciosa e eficaz do matador fronteiro (IBANHES, 2010, p. 115).

Apesar de ser uma região onde os países limítrofes se esforçam por sempre oferecer segurança à sua população, ela nunca deixa de carregar certa tensão. O literato escreve que esse espaço “estrategicamente é uma área a ser protegida pelos militares [...]. O exército nessa região sempre foi muito presente, trazendo uma aparente sensação de segurança, apesar do aparato bélico e da própria fronteira insinuar confronto armado” (IBANHES, 2010, p. 112-113).

O “cruzar a fronteira” como uma ação que protege o contraventor tem, segundo Batista Corrêa, suas raízes históricas após a guerra do Paraguai. O aparecimento, ou até mesmo, a permanência de bandidos nessa região se daria assim:

Após o término do conflito com o Paraguai, permaneceu na região mato-grossense um clima de instabilidade e violência. Isso vale dizer que, no instante de reocupação e reconstrução das áreas fronteiriças, as leis de um modo geral passaram a ser sistematicamente violadas, ou simplesmente ignoradas, dando continuidade ao *clima de guerra* e a impunidade na região. Apareceram assim, os primeiros focos de banditismo na região [...] (CORRÊA, 1995, p. 29).

Atualmente, as legislações dos países vizinhos impedem que situações como essas aconteçam de forma natural, quase institucionalizada, como se dava antes; entretanto, histórias como as vivenciadas e/ou relatadas por Ibanhes em sua obra, ainda permeiam o imaginário da população fronteira sulmatogrossense.

Nesse capítulo é possível ver a literatura utilizada como ferramenta interdisciplinar, corroborando efetivamente com a disciplina histórica. A apreensão de um pouco desse imaginário fronteiro só é possível por aqueles que viveram em determinado lugar e que, na ânsia de externar determinadas particularidades, utilizam-se da narrativa literária.

*O mata-sete, a fera de Nunca-te-vi*<sup>55</sup>, é um capítulo muito interessante, uma vez que narra histórias de personagem bastante conhecido na região de Bela Vista.

Segundo Ibanhes, Mata-sete era o apelido de “nuncativiano” Floriano Ferreira, causador do mais impressionante acontecimento da história de Nunca-te-vi: o assassinato de sete pessoas em uma única briga num “bolicho” no ano de 1965. Segundo o relato de Ibanhes, todas as vítimas foram mortas a facadas (IBANHES, 2010) e existe na cidade de Bela Vista os autos do processo desse caso.

Ao investigar a história do Mata-Sete, durante uma visita à região de Bela Vista<sup>56</sup>, descobriram-se algumas singularidades que caracterizam a vida fronteiriça. O distrito de Nunca-te-vi, por exemplo, pode ser considerado um pedaço do Paraguai dentro de território brasileiro. Apesar de seus moradores falarem a língua portuguesa – com um sotaque paraguaio muito forte – entre si conversam em língua guarani. Quem revelou essa informação foi um de seus habitantes, o senhor Cosme Damião Dávalos (de apelido Coio)<sup>57</sup>. A conversa com “Seu Coio” aconteceu em sua chácara – uma propriedade que, segundo ele, está em posse de sua família desde o ano de 1904<sup>58</sup>. Quando perguntado se era paraguaio, ele diz que não e que se denominava brasileiro.

Outra característica que sinaliza para os traços paraguaios de Nunca-te-vi é o rito dos *estacioneros*, que acontece durante a Semana Santa. Para exemplificar, convém recorrer a um trecho escrito por Ibanhes em *Chão do Apa*<sup>59</sup>:

Os *estacioneros*, todos homens, com seus lenços amarrados nas pontas e enfiados na cabeça, saem na *via crucis*, percorrendo à noite, casa por casa, onde as mulheres os esperam com o “calvário”, um arranjo na mesinha do Santo onde penduram comidas típicas paraguaias, como a chipa, a sopa e o caburé. Pelos “trilheiros” vão os *estacioneros*, descalços, rezando em voz alta, quase aos gritos. Os meninos carregam à frente estandartes feitos de paus, em cujas pontas se prendem velas acesas. Os estandartes são enfeitados com figuras feitas de taquarinha, como estrelas, cometas, avião, capelinha etc, todas cobertas com papel celofone colorido, que à luz de vela iluminam a mata como vaga-lumes multicoloridos (IBANHES, 2007, p. 158-159).

---

<sup>55</sup> Capítulo vinte e três.

<sup>56</sup> Viagem empreendida no dia 27/01/2012. Tem-se o registro fotográfico, bem como um caderno de campo produzido durante a visita a Nunca-te-vi.

<sup>57</sup> Caderno de campo.

<sup>58</sup> Caderno de campo.

<sup>59</sup> O trecho a ser citado teve seu tempo verbal alterado para uma melhor apreensão.

“Seu Coio”, acerca desse rito, faz algumas observações. Ele diz, por exemplo, que já foi um *estacionero* e que todas as rezas eram pronunciadas em língua guarani. Alerta que aos poucos o rito está se acabando, pois aqueles que ainda participam estão esquecendo as rezas em guarani e por não saberem ler nessa língua – assim como Coio – não conseguem mais aprendê-las<sup>60</sup>. Cosme Damião faz ainda uma revelação impressionante durante a conversa. Diz ser primo do Mata-sete. Confirma determinadas informações que aparecem no livro de Ibanhes. Conta também que o personagem controverso estaria vivo e morando na cidade de Campo Grande, MS<sup>61</sup>.

Esses fatos relacionados ao distrito de Nunca-te-vi servem para apontar que a separação entre dois povos fronteiriços, instituída pelo limite geográfico, é muito relativa. Assim, no estudo de regiões fronteiriças, deve-se considerar a amplitude que o tema pode alcançar.

O capítulo vinte e quatro, *O enterro de Solano Lopez – plata yvyguý*, sinaliza para uma lenda que surgiu após famosa história de que o General *Francisco Solano Lopez* enterrava seus tesouros para que o exército inimigo não os encontrasse.

Segundo Ibanhes, a população paraguaia acreditava nisso; inclusive alguns de seus amigos foram atrás dessa riqueza. O autor enfatiza que essa é uma das histórias mais incríveis da fronteira; escreve que esse feito não deve, contudo, ser atribuído a *Solano Lopez*, mas às comunidades indígenas guaranis que, em momento anterior à Guerra do Paraguai, faziam incursões nessas áreas, por meio de combates, e arrebatavam as riquezas de várias famílias. Seguidamente colocavam tais riquezas em potes de barros e as enterravam em “locais ermos” (IBANHES, 2010, p. 165).

O historiador Francisco Doratioto (2002), na obra *Maldita Guerra*, dedica muitas páginas acerca do destino do “tesouro” de Lopez; acerca da briga judicial da companheira<sup>62</sup> de Solano Lopez e seus descendentes com o governo paraguaio pelo direito de posse de bens, mas não menciona a história do enterro.

O capítulo vinte e cinco, o último de narrativas<sup>63</sup> da obra de Ibanhes, é nomeado *Enramada de estrelas*. Nele, o literato narra o falecimento de seus pais. Aquele mesmo

---

<sup>60</sup> Caderno de campo.

<sup>61</sup> Caderno de campo.

<sup>62</sup> Madame Lynch, de nome Elisa Lynch era irlandesa. Cf. DORATIOTO, 2002, p. 81-86.

<sup>63</sup> No capítulo vinte e seis o escritor traça um histórico sobre o idioma *guarani*. O vinte e sete é um guia para aprender a pronunciar o *guarani*. O próximo é um dicionário Português/Guarani com as principais palavras. No vinte e nove há uma pequena biografia de Ibanhes.

menino religioso que aparece no início da obra reaparece agora incorporado no senhor Ibanhes, mostrando seu amor e carinho pela terra onde nasceu. O texto encerra-se assim:

Agora olho para o céu, no escuro da noite, e vejo juntas duas novas luzes na enramada de estrelas que Deus *Ñandejára* colocou por cima da minha querida Bela Vista. Embalo a rede na ponta do galpão, pois é tudo que tenho agora. Meu coração virou um galpão onde repousam, junto com os contos e memórias da fronteira, meu pai Aniceto e minha mãe Affonsa, para sempre (IBANHES, 2010, p. 176).

Cumprido mencionar que a obra *Chão do Apa*, de maneira geral, é utilizada por Brígido Ibanhes como uma forma de deixar sua marca nesse mundo; como uma forma de se encontrar como pessoa e de resolver suas inquietações pessoais. A ideia sugerida por Ibanhes é a de que o leitor, ao manter contato com seus escritos, descubra quem é efetivamente a pessoa que existe por trás das letras.

Por meio desse capítulo foi possível um maior contato com o escritor, sua obra e o universo sobre o qual ele escreve. O fato de utilizar a língua guarani na titulação dos capítulos e de se posicionar muitas vezes ao lado paraguaio em discussões históricas, demonstra o quanto está viva nele a cultura paraguaia. Porém, seus textos são voltados aos leitores brasileiros de um modo geral. É para esse público que ele quer deixar suas queixas, lamentações e um pouco daquilo que, segundo sua ótica, ele acredita que as pessoas precisam conhecer sobre sua terra natal.

## CAPÍTULO 3

### Da fronteira do Brasil com o Paraguai pelos caminhos da literatura

Neste terceiro e último capítulo do trabalho, pretende-se desenvolver análises em torno das entrevistas realizadas com o escritor Brígido Ibanhes.

Há que sublinhar que, num primeiro momento, procurou-se, por meio das entrevistas, compreender o como se deu a formação do literato, quais foram os caminhos trilhados por ele até chegar ao atual momento: as influências, as motivações que o levaram a escrever, a escrita militante, a literatura regional e a fronteira, os registros históricos familiares.

Num segundo momento, verificou-se que as entrevistas poderiam servir como auxílio relevante para a discussão de determinados pontos da história do Mato Grosso do Sul. Ibanhes é um escritor regionalista. Seus textos, além de valorizarem a região, trazem também várias concepções e “leituras” acerca do estado, sobretudo, no que se refere à fronteira e suas peculiaridades, à colonização miscigenada, à questão da violência, dos latifúndios.

#### 3.1 As visões do escritor

O relato de uma pessoa acerca de suas memórias pode ser chamado de História Oral. Contudo, por mais que a “coleta” de memórias por meio de uma entrevista busque apenas as “individuais”, raramente isso acontece.

O sociólogo Michael Pollak (1992) faz questão de elucidar essa problemática. Ele escreve que, quando se registra as histórias de vida de alguém, o que fica registrado na verdade são suas memórias individuais. Entretanto, ele pontua – e para isso utiliza Maurice Halbwachs<sup>64</sup> – que isso precisa ser compreendido de outra maneira: a “memória dever ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Nesse sentido, o que é externo ao entrevistado, de uma ou de outra maneira, pode influenciá-lo: a época, a ideologia, o panorama político, os problemas coletivos, as

---

<sup>64</sup> Sociólogo francês. Conhecido principalmente por seus estudos acerca da memória coletiva.

catástrofes, o quadro econômico, as intenções do entrevistador, ou seja, são imensuráveis as possibilidades que incidem sobre o comportamento do entrevistado.

Nas entrevistas realizadas com o escritor Brígido Ibanhes, *a priori* se buscou compreender seu universo literário, porém muitas outras questões acabaram sendo registradas e apreendidas. O “olhar” atento do historiador deve estar em tudo aquilo que é falado por um entrevistado, mesmo que por um momento algo soe sem valor.

A atenção não deve estar somente sobre as situações transitórias. Pollak também chama a atenção para os “marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p. 201) acerca das memórias:

Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual [...] houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças (POLLAK, 1992, p. 201).

Com Ibanhes, um fato sempre evidente é o da semelhança entre sua fala e a sua obra. Ao ler seus textos ou ouvir sua fala essa peculiaridade é sempre muito sensível. A habilidade do historiador em conseguir explorar/problematizar uma situação *sui generis* como essa é o almejado. Esse tipo de comportamento do entrevistado não só é passível de análise, como deve ser estudado. Nesse caso, o que transparece é a vontade do escritor de que certos elementos de sua vida e de sua memória permaneçam com aquele que mantiver contato com ele, e da maneira que ele quer que sejam guardados.

O que acontece, portanto, é a criação de uma imagem por parte do escritor pela qual ele deseja ser reconhecido. Cada fragmento de sua memória, seja falado ou escrito, é engendrado para que o seu objetivo final seja alcançado. Se ele quer ser visto como um fronteiro, o conteúdo que ele reserva é justamente o que o caracterizará como tal. Se almeja ser um autor polêmico que busca, por intermédio de seus escritos, denunciar as mazelas da sociedade, assim também se apresentará. Há que se lembrar que as entrelinhas para esse tipo de situação “falamos” bastante.

Em entrevista realizada com ele, muitas situações interessantes são reveladas. As falas do literato são sempre recheadas de fatos reveladores acerca de sua vida, sempre com um requinte fantástico a tudo o que lhe ocorreu:

Nasci em 47, quando começou a revolução, é... naquela época tinha revolução no Paraguai, sabe, tinha revolução dos Colorados contra os Liberais, [...] e era revolução armada, né... e... no momento que minha mãe estava em trabalho de parto... tinha dois grupos na frente da casa, um numa ponta e o outro na outra ponta da rua, brigando, trocando bala, por caso de uma vaca, que estavam numa revolução, e toda a carne e toda rês era mantimento pra eles, né, então eles brigaram, e... a parteira e todos os familiares que estavam ali acompanhando o parto da minha mãe, fugiram, isso já me contaram, né, fugiram, né, de medo do tiroteio ali, né, e ficou minha mãe em trabalho de parto, quando acalmou a... uns 20 minutos acalmou, que o povo foi voltando outra vez para o quarto, a parteira voltou, eu já tinha nascido (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Um fato sempre destacado por Ibanhes é o relativo à violência – física ou psicológica. É um assunto que ganhou visibilidade em seus textos literários. O capítulo primeiro desse trabalho mostrou que, em quase todas suas obras, essa é uma discussão bem pontuada e que o acompanha por toda a vida. Como se fosse um estigma com o qual o escritor tivesse que conviver. Será que o fato de ele ter nascido durante uma revolução, em meio a uma “saraivada de balas”, era um sinal de como seria sua vida? O literato mesmo faz questão de responder a essa pergunta:

então, é, teve uma situação engraçada, aí a parteira diz que, cortou ali o umbigo, falou, levantou, né, pra rapidamente pra chorar porque não tinha chorado ainda, né, me levantou pelos pés ali, e a minha irmã que até então era a caçula né, voltou nos braços do meu pai, que ela era "pequeninha", ou seja, [...] e ela viu que meu pai ficou muito alegre, ficou muito é... satisfeito, porque ele queria um filho homem, aí nasceu um menino, porque eram duas irmãs, até então que tinham, duas mulheres, e nasceu um filho homem, e ela viu o sorriso do meu pai, né, todo alegre ali e ficou enciumada, e ela tava tentando comer uma goiaba verde, que não conseguia morder direito, e com aquela raiva dela ela pegou e jogou e me acertou na cabeça, com a goiaba verde, tava pertinho assim, né, aí diz que eu soltei o berreiro, aí eu chorei, de pequeninho chorei, acabei de nascer e já sofri o primeiro atentado eu sempre falo, que já sofri o primeiro atentado ali (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

Aqui há duas situações a considerar tendo em vista as citações mencionadas: na primeira citação é a influência do ambiente em que o escritor nasceu e viveu por vários anos o que, segundo auspícios de Pollak, faz com que fique evidente que as memórias do literato, por mais individuais que possam parecer, estão imbricadas a fatores externos.

Na segunda citação, observa-se, apesar de num primeiro momento soar como brincadeira, a identificação de um “mito-fundador”<sup>65</sup> escolhido por Ibanhes para ilustrar os percalços de sua vida. O escritor sempre enfatiza a crença na mão invisível do sobrenatural agindo sobre sua história, e esses “sinais” evidenciados por ele na entrevista respondem, ainda que particularmente, às perguntas em torno de sua existência.

Outra característica marcante às duas citações diz respeito ao que Michael Pollak (1992) nomeia de acontecimentos vividos por tabela. Quando Ibanhes diz “isso já me contaram, né” e “aí diz que eu soltei o berreiro” fica claro que foram fatos narrados a ele por outras pessoas. Nem seria preciso que o próprio entrevistado se manifestasse dessa forma, pois no relato essa informação encontra-se implícita. Mesmo assim o escritor fez questão de explicitar as informações.

O literato pode ter insistido nisso justamente para que se tenha certeza de que o fato narrado não é uma invenção absurda de sua cabeça, mas uma verdade oriunda de pessoas muito próximas a ele: seus familiares. Ele se apega então a tais fatos narrados pelos seus para justamente relacionar o seu “mito-fundador” à contemporaneidade de seus ascendentes e à forma como eles viviam: a história deles agora também é a sua história.

Sob essa perspectiva, há que se lembrar do relato acerca da visita do escritor Guimarães Rosa, mencionada anteriormente, em que Ibanhes atribui a esse momento especial a graça pelo seu dom da escrita. Em entrevista posterior, questionado sobre essa presença importante de Rosa, Ibanhes além de reafirmar o acontecimento, aprofunda-o ainda mais:

eu coloco ali que ele [Guimarães Rosa] esteve a duas quadras de casa é a pelo uma questão de demarcar é o lugar, né, porque ele ele faz um mistério ali, né. Ele faz um mistério porque ele ele na na no livro que eu li a respeito, ali ele fala assim, que ele entrou, ele entrou na canoa, aliás, antes dele atravessar o Apa, que ele deu uma olhada na casa do matador Silvino Jacques [...]. Daí ele chega na no rio Apa, tinham os canoeiros que passam as pessoas e ali o Crispim, né, ele pergunta: e aí, como que tá a revolução? O Crispim faz assim o “v” da vitória pra ele e tal, né. Eu o conheci na minha infância, até na minha adolescência eu conheci o Seu Crispim (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Ibanhes faz questão de mencionar que conheceu o canoeiro que ajudou Guimarães Rosa a cruzar o rio Apa. Outra questão está relacionada ao “v” da vitória” feito por Crispim.

---

<sup>65</sup> A utilização do “mito-fundador” é baseada num conceito bastante estudado pelo antropólogo Lévi-Strauss (já citado anteriormente nesse trabalho). Seguindo a mesma lógica proposta por ele, o uso desse conceito consiste em vasculhar o passado à procura de elementos relevantes que serão utilizados para guiar a trajetória de vida de alguém, ou como essa pessoa quer ser reconhecida – cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. (Mitológicas Vol. I). São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

A ideia aqui é que os fatos se complementem: havia a revolução no lado paraguaio, a mesma revolução que ocasionou o tiroteio em frente à casa de Ibanhes, ou seja, há um realce feito pelo literato demonstrando que o período da visita de Rosa historicamente coincide com o seu nascimento.

Outra narrativa acerca da passagem de Guimarães Rosa não foi mencionada por Brígido Ibanhes em suas obras, mas exclusivamente na entrevista ora analisada em que se pode visualizar a possível conversa entre sua mãe e o famoso escritor:

Mas, é pra mim, bom, qual o motivo que ele foi lá? Ele [Rosa] era um enviado do governo federal, ele foi uma pessoa, foi um diplomata, ele era um cara é, muito estruturado politicamente, era um grande intelectual, né, tornou-se um grande escritor. E ele também tinha umas coisas assim de... premonição, né. Porque ele sempre dizia que o dia que ele entrasse pra Academia Brasileira de Letras, que ele ia morrer. E se não me falha a memória, ele tomou posse num dia, dois dias depois ele morreu. Que sentido tem isto, né? Então eu vejo assim naquele caminhar dele ali, naquela área, né, e outra coisa, minha mãe sempre lembrava, agora isso é uma coisa que eu não quis colocar no livro, né. Que tinha um homem, ela falou, lembrava de um homem muito elegante, muito bem vestido, que andou naquela época ali no Paraguai, em Bela Vista. E, que ela tinha tido problemas com a máquina, que minha mãe costurava também, ela atendia o bolicho e costurava. Era uma máquina estrangeira, dessas de costura, né [...]. E que esse senhor chegou ali na venda, né, e viu que ela estava com dificuldade ali e perguntou pra ela que que era que tava, ela falou: a máquina tá com um problema aqui e tal, né. Ele falou: Dá licença um pouquinho senhora. Foi lá olhou, olhou, disse que num passe de mágica consertou a máquina de costura né. Bom, minha mãe estava grávida... né, eu estava pra nascer... normalmente uma mulher grávida, a gente sente não sei porque o, todo ser humano, todo homem ele tem uma predisposição de ajudar uma pessoa que está assim nesse estado, né. E é evidente que minha mãe nunca não perguntou o nome, agradeceu e tal, né, e ele também já saiu, foi, tava caminhando por ali, e ficou na lembrança daquela comunidade ali aquele homem elegante, bem vestido, né. Bom, minha mãe não perguntou o nome, só me relatou isto, né, e eu acabo descobrindo naquele mesmo período que o Guimarães Rosa andou por lá (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

A leitura do fragmento sinaliza para outros dois fatos: a crença de Ibanhes de que a presença de Guimarães Rosa o tenha predestinado, a ponto de o literato relatar uma situação que nunca havia trazido a público – por meio de suas obras, pelo menos; a semelhança entre os dois autores em relação ao componente sobrenatural. Isso parece sugerir a aproximação entre criador e criatura, no sentido de que, naquela passagem “mágica” de Guimarães Rosa, houvesse realmente uma transferência de talentos e atributos.

Em outro trecho, Ibanhes, além de ressaltar a marca da sobrenaturalidade como elemento comum entre ele e Rosa, elenca a questão fronteira como um outro que os une:

Então é... seria uma uma maneira, vamos dizer que Deus, na sua infinita misericórdia talvez, de poder é... mostrar um pouco, né pra Dona Afonsa, que é minha mãe, de repente, aquilo que eu poderia ser futuramente, quem sabe, né, também caminhar pelos pelos caminhos da literatura, né, como ele caminhou de uma [...] forma extraordinária, né, e ele ultrapassou a fronteira ali pra ir lá né, sempre tinha a questão da fronteira, ele era uma pessoa, um enviado do governo federal foi lá, né, e esta aproximação, né é ficou muito marcante (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Sendo assim, pode-se indagar sobre como a produção historiográfica acontece a partir das memórias de Brígido Ibanhes?

Para Fernandes & Leite (2011), não existem mais as “amarras científicas<sup>66</sup>” que impossibilitavam aos historiadores pesquisar em várias fontes. Portanto, a contribuição de outras áreas, além de fundamental, muda o aspecto do entendimento do que é “passado” ao chamar para a pesquisa “vozes” até então caladas:

é no trato com a memória, e remetemo-nos, a título de exemplo, às entrevistas de história oral, nas quais a memória do entrevistado é filtrada pelo contexto que ele a atualiza, que o historiador se depara com uma arqueologia de ideias. Daí haver uma “história do presente”<sup>67</sup>, que pode ser entendida como uma história cultural, ou melhor, história das práticas culturais, visto que leva em conta o papel ativo da linguagem na descrição/construção de uma realidade histórica (FERNANDES; LEITE, 2011, p. 168).

Nesse sentido, as diversas falas de Ibanhes permite pensar novas possibilidades acerca de uma história já escrita e definida na região onde ele se insere. Se em determinado momento, num plano histórico macro, ressoa que o estado do Mato Grosso do Sul é tido como o “celeiro do país” por sua alta produção agrícola, por outra ótica, no micro, ele também não deixa de ser terra de latifúndios, onde poucos têm um pedaço de terra para produzir.

---

<sup>66</sup> Essencialmente a obrigação em se pesquisar nas fontes documentais oficiais. Aquelas que geralmente tinham a função de reverberar apenas os atos de personalidades políticas e militares, relegando ao esquecimento boa parte de grupos e comunidades fundamentais para a compreensão das práticas culturais no tempo.

<sup>67</sup> O conceito de História do Presente é, muitas vezes, aceito com reservas pelos historiadores. Muitos a entendem como uma “história imediata”, em contraposição à *histoire événementielle*, em razão de os eventos narrados ainda estarem em circulação nos jornais. No entanto, há vozes dissonantes, que na visão de Robert Frank, diretor do *Institute d’Histoire Du Temps Présent* criado em 1978, “a história do tempo presente não é a história imediata, pois ela não se interessa só pela espuma da actualidade, inscrevendo-se antes nas profundezas e na espessura do tempo histórico” (FRANK apud BEBIANO, 2003, p. 226).

Acontece, assim, uma reorientação histórica. Uma mudança de foco que instaura incertezas sobre o que era pronto e acabado e demonstra dinâmica ao se ouvir os segmentos que compõem a sociedade: fazendeiro e sem terra; rico e pobre; militar e civil; político e sindicato; homem e mulher; intelectual e leigo.

Essa seria uma forma de construir um estudo histórico tendo como opção vários tipos de alicerces: um para cada terreno científico.

### **3.2 Um histórico sobre fronteiras**

As falas de Ibanhes são sempre “recheadas” de informações sobre o tema “fronteira”. Considerando que o assunto abordado nesse capítulo será “fronteira”, convém um breve histórico para auxiliar na compreensão.

A fronteira sempre foi um assunto bastante estudado. Sempre existiram grupos de intelectuais – civis, políticos, militares – que se debruçaram sobre ele, que pesquisaram exaustivamente sobre as origens das fronteiras, sobre seu funcionamento para um Estado.

Os primeiros trabalhos sistemáticos e importantes sobre limites e fronteiras nacionais apareceram no período imediatamente posterior à Proclamação da República do Brasil. A pesquisadora Marcia Anita Sprandel, além de ter produzido um trabalho importante para o estudo das fronteiras, vai classificar os principais trabalhos desenvolvidos ao longo desses aproximados 120 anos em três grupos: didático-descritivos; teóricos; e oficiais (SPRANDEL, 2005). São três momentos diferentes que se modificam mediante sua importância no cenário nacional.

No primeiro grupo – o dos estudos didáticos-descritivos – estão quase 30 trabalhos sobre fronteiras que, na sua maioria foram, produzidos por militares. É nessa fase que são introduzidos no Brasil o pensamento dos intelectuais da geopolítica francesa e alemã, influência estrangeira que irá permear grande parte das produções (SPRANDEL, 2005).

Sprandel ainda menciona nesse primeiro grupo um trabalho de geografia datado 1911 e voltado para o público escolar cujo nome era “Limites do Brasil”:

Trata-se de um manual que lista os tratados e descreve a fronteira e seus marcos. O ensino de Geografia servia, nesse momento, como importante instrumento de fixação da imagem do Brasil como nação. Nesse livro pude identificar um discurso que é recorrente nos trabalhos coetâneos sobre o mesmo tema: a afirmação da existência de uma fronteira definitivamente

demarcada e a importância do Barão do Rio Branco como executor dessa tarefa (SPRANDEL, 2005, p. 157).

A autora destaca a importância do Barão do Rio Branco a partir de uma citação de Bueno:

Rio Branco deslocou, definitivamente, o eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington e ensaiou, com a amizade norte-americana, uma política de supremacia na área sul-americana, tendo em vista atingir os objetivos maiores de sua política: restauração do prestígio brasileiro, pleno exercício de sua soberania, defesa da agroexportação e, principalmente, a solução dos vários problemas limítrofes (BUENO, 1992, p. 162-163 apud SPRANDEL, 2005, p. 158).

Em meados dos anos 1930 ganham destaque os trabalhos sobre fronteiras produzidos por diplomatas. Os militares ficam à deriva, porém não sem produções importantes. Um trabalho a ser destacado é o do Diplomata Hildebrando Accioly que publicou *Limites do Brasil – fronteira com o Paraguai*.

Esse estudo tem grande importância por tratar da fronteira mais litigiosa de nossa história: a estabelecida com o Paraguai. Aponta para questões que se arrastam a partir da Guerra e que ganharam bastante atenção até por essa fronteira ser a última defendida por meio de tratados (SPRANDEL, 2005).

Na sequência aparece o segundo grupo – o das discussões teóricas. Nesse momento os escritos fronteiriços brasileiros são influenciados pelos pensadores estrangeiros, principalmente pelo alemão Friedrich Ratzel e pelo francês Camille Vallaux.

Ratzel, segundo Sprandel, teve “larga influência sobre os militares e diplomatas brasileiros, entre outras coisas, pela ênfase dada às fronteiras e às capitais como órgãos vitais dos grandes Estados”. Já Vallaux se concentra em discutir os valores duráveis da fronteira: evolução, distinção e classificação. Sprandel ainda traz uma lista de todos os outros pensadores estrangeiros que influenciaram os estudos nacionais, são eles: “Rudolf Kjellén, Karl Haushofer, Lord Curzon, Brunhes, Lucien Febvre, Falex, Ellen Semple, Malagrid, Vidal de la Blache, L. Gallois e Jacques Ancel” (SPRANDEL, 2005, p. 163-164).

Destaca-se nessa linha teórica um clássico nacional produzido por Fernando Antônio Raja Gabaglia: *As fronteiras do Brasil*. Essa obra faz a compilação de grande parte dos teóricos internacionais citados por Sprandel e desenvolve os conceitos de Estado, território, população e governo.

Uma citação do trabalho de Gabaglia sintetiza seu pensamento da seguinte forma:

Extremidades do território de um Estado que confinam com as de outro [...] são, portanto, zonas ou regiões [...] ao mesmo tempo [...] de interpenetração e [...] de separação. E se elas são bem vivas, entre populações numerosas e ativas [...] formam-se centros de contacto e focos de vida intensa. [...] Há [...] uma atividade política só comparável à das capitais e, por isso, a geografia ratzeliana considera como órgãos vitais dos grandes Estados: as capitais e as fronteiras (GABAGLIA, 1916, p. 7 apud SPRANDEL, 2005, p. 167).

Gabaglia também defende a classificação das fronteiras de Vallaux em relação às definições de geógrafos, políticos, juristas e sociólogos da época. Para isso ele examina cada uma das definições: fronteiras esboçadas, vivas e mortas (Sprandel, 2005). As fronteiras esboçadas desenham-se

sobre a carta do globo sem que o traçado coincida com a adaptação passiva do homem ao meio ou com a adaptação ativa das sociedades políticas – resultado de convenções diplomáticas ou atos de audácia; separam regiões desertas ou quase sem atividade política ou econômica importante (GABAGLIA, 1916, p. 11 apud SPRANDEL, 2005, p. 167).

Por sua vez, as fronteiras vivas “mostram a dupla adaptação, a passiva do homem ao meio e a ativa das sociedades políticas, realizadas pelos esforços históricos, sem contudo, esgotar as energias criadoras da atividade política”. As fronteiras mortas “seriam aquelas em que as energias do Estado arrefecem por longo período” (GABAGLIA, 1916, p. 12-12 apud SPRANDEL, 2005, p. 167).

Essas três classificações mostram várias as definições que uma fronteira pode apresentar, as muitas facetas desse conceito.

Na prática, a história do estudo das fronteiras trazida por Sprandel, foi o que fundamentou as ações do governo brasileiro ao gerenciar as questões fronteiriças no Estado nacional.

No estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, essas teorias auxiliaram políticas como a da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), e ajudaram tanto no desenvolvimento da economia quanto na proteção das fronteiras.

### 3.3 O que existe “por baixo” do rio

Em entrevista, o escritor Ibanhes revelou os motivos que o levaram a atribuir à obra *Chão do Apa* o seu título:

em todos os contos do Chão do Apa, e ali também existe uma simbologia, vamos dizer assim, com o próprio título. Porque... é, talvez, se alguém quisesse demarcar geograficamente essa região ali de Bela Vista escrevesse o título do livro: O rio Apa, né. Pra destacar limite. O rio Apa é o limite, né, entre um país chamado Brasil e um país chamado Paraguai, aí o rio Apa é o limite, né, ele tá delimitando ali, né. Mas eu pensei assim comigo, eu falei: Não, eu tenho que achar uma maneira de traduzir para as pessoas, pro leitor... que o que vem do Paraguai, o chão que vem do Paraguai, ela continua no Brasil, e aquele chão ele passa por baixo do Apa, por baixo da água e continua no Brasil. Que é um chão único, né. Por mais que queiram considerar o Apa um rio como um divisor [...], mas por baixo o que existe é continuado, o que existe perene ali, que não vai se deslocar é... não vai quebrar, vamos dizer assim, pra pra indentificar melhor a fronteira é o chão. Então o chão vem do Paraguai, passa por baixo do Apa e continua. Então ali me ocorreu realmente essa ideia, e falei: Não, vou escrever o Chão do Apa. [...] O chão, o chão para todos os lados, né. [...] Aí então a melhor, a melhor maneira de eu trabalhar isto, esta confusão na minha identidade foi declarar, pra mim mesmo, né, que [...] eu nasci num país próprio, num país específico chamado fronteira. (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Ao expor essa definição de fronteira, o literato significa – ou ressignifica –, à sua própria maneira, o lugar/região que durante muito tempo lhe foi peculiar.

Pode ser uma tentativa de mostrar que os dois lados fronteiriços, ainda que com suas diferenças históricas, na verdade não são/estão separados, mas unidos pela mesma terra. Que tanto um lado quanto o outro possui as mesmas características culturais: costumes, língua, culinária, festas. Compartilham dos benefícios das mesmas águas do Apa. Uma afronta aos tratados geopolíticos que fixam uma demarcação fronteiriça onde sua população não faz questão de enxergar.

Essa configuração fronteiriça proposta pelo literato está ligada a uma concepção cultural, e não menos subjetiva. São os efeitos do ambiente fronteiriço sobre as pessoas: as fronteiras emocionais, nostálgicas, inconcebíveis; fronteiras de liberdade, de aprisionamento, de lucros ou prejuízos financeiros; também há aquelas fronteiras da diversão, da novidade, do desconhecido, da infância, do pudor, da família. São muitas as possibilidades do tema: Ibanhes propôs uma.

O historiador Carlos Magno Mieres Amarilha, ao escrever sobre a fronteira entre Brasil e Paraguai, apresenta algumas definições que ajudam a pensar acerca do compartilhamento do mesmo chão entre os habitantes lindeiros:

A fronteira nunca é fixa, durável, determinada, absoluta, estável. A fronteira é sempre descerrada, descoberta – a fronteira é porosa, predisposta, propensa – a fronteira jamais é fechada, laqueada, única, homogênea, terminada, exclusiva. [...] A fronteira do Brasil com o Paraguai é vista como um corredor, ponto de passagem, de trajeto, de acesso, de convivência e de troca de experiências. O sul do estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente a região da *fronteira* com o Paraguai, mantém matizes culturais peculiares, específicas, próprias da região fronteira (AMARILHA, 2011, p. 261).

Segundo Amarilha, “até o final dos anos quarenta do século XX, muitas das vezes, para os moradores da fronteira não se sabia especificamente se estava no Brasil ou no Paraguai, já que a delimitação não era uma coisa fixa” (AMARILHA, 2011, p. 262).

Em outra citação, dessa vez do historiador Jerry Roberto Marin, essa compreensão vai remeter às consequências da Guerra do Paraguai: “após a guerra, um Brasil paraguaio, onde os brasileiros eram estrangeiros” (MARIN, 2000/2001, p. 153). Marin ainda destaca a dificuldade de se delimitar uma divisão fronteira cultural. Ela pode existir – existe –, mas não consegue determinar os povos, pois tem suas peculiaridades próprias:

O sul do estado de Mato Grosso era, desde a formação histórica, o lugar da heterogeneidade em todos os sentidos. No ir e vir da fronteira, as vozes, falas, cores, roupas, risos, cheiros, sons e rostos lembravam o Paraguai, a Bolívia, as regiões andinas, um pouco de cada região do Brasil e das populações indígenas locais. Os paraguaios eram maioria entre os imigrantes estrangeiros. A fronteira do Brasil com o Paraguai, seca ou fluvial, permitia vários pontos de passagem entre os dois países, principalmente entre Ponta Porã e Bela Vista (MARIN, 2000/2001, p. 154).

Ainda que essa expressão traduzida por Ibanhes não reverberasse pelos estudiosos, mesmo assim a importância de sua ótica continuaria. Mesmo que refletisse apenas a realidade de uma pequena comunidade, seus fundamentos auxiliariam na compreensão da fronteira de diversos lugares. Por isso a necessidade de “ouvir” as pessoas, pois sempre existe uma contribuição para o estudo da história em suas “falas”.

O escritor, ao valorizar esse “chão uno”, vai utilizar sempre as características vividas nessa região de fronteira como o “carro-chefe” de sua literatura. Daí também a importância de um termo sempre presente em suas entrevistas e textos: “um país chamado fronteira”. Essa

expressão apareceu pela primeira vez numa matéria sobre Brígido Ibanhes no *Blog* “Matula Cultural”<sup>68</sup>. Ele faz uso recorrente dela e a utiliza diversas vezes nas entrevistas realizadas para trabalho<sup>69</sup> aqui realizado.

Essa concepção do literato lhe dá respaldo justamente para que ele se intitule como um escritor fronteiriço, regionalista, que valoriza os elementos lindeiros em sua obra e que acredita que eles não recebem a devida atenção na literatura regional:

[...] eu percebi que existia um vazio na literatura regional quando se tratava da literatura de fronteira. Existia um vazio, porque até então as pessoas tinham uma... uma pequena... uma certa aversão ao *guarani*, sabe. Parece que o *guarani* era só língua de índio e de pessoas assim... de escala social mais baixa, mas mais na fronteira né. E isto eu percebi e eu falei: Não, mas isso tem grande valor né. É nossa raiz, tem que valorizar isso porque é nossa raiz. E quando eu me propus a escrever a primeira edição do *Silvino Jacques* foi justamente isto que chamou a atenção também, que eu uso muitos termos *guarani*, esse jeito de falar meio misturado, *jupará* que nos falamos né? [...] então eu percebendo esse vazio e ele sendo uma literatura regional, eu procurei colocá-lo na minha literatura ali, por isto que eu falo da fronteira do Brasil com o Paraguai pelos caminhos da literatura né, então eu uso muito o *guarani*, que é a maneira de falar da fronteira, o costume, essa mistura né (Entrevista Brígido Ibanhes, 2010).

A fala de Ibanhes permite que se traga à discussão um pouco sobre literatura regionalista, um tema bastante amplo, importante, que não será esgotado aqui.

Um trabalho interessante acerca desse debate regionalista é a dissertação desenvolvida pela pesquisadora Fabiana Francisco Tibério (2011) que estuda o escritor sergipano Francisco J. C. Dantas.

O foco de sua pesquisa está centrado em demonstrar que a literatura regionalista caminha no sentido contrário ao definido por alguns críticos literários como Antonio Candido, por exemplo, que afirmava que essa concepção era marginal, que o regionalismo: “existiu, existe e existirá enquanto houver condições como as do subdesenvolvimento, que forcem o escritor a focalizar como tema as culturas rústicas mais ou menos à margem da cultura urbana” (CANDIDO, 2002, p. 86 apud TIBÉRIO, 2011, p. 10). Esse sentido, segundo Tibério, foi profundamente discutido pela crítica literária Lígia Chiappini (1995) em um de seus ensaios:

O regionalismo é um fenômeno universal e o seu reaparecimento se deu em “decorrência só aparentemente paradoxal da chamada globalização”, uma

---

<sup>68</sup> O endereço do *Blog* está nas notas de rodapé supracitadas.

<sup>69</sup> “[...] eu posso me considerar um autêntico cidadão desse país chamado fronteira [...]” Entrevista Brígido Ibanhes, 2010.

vez que “ele sempre surgiu e se desenvolveu em conflito com a modernização, a industrialização e a urbanização. Ele é, portanto, um fenômeno moderno e, paradoxalmente, urbano” (CHIAPPINI, 1995, p. 155 apud TIBÉRIO, 2011, p. 11).

Além de demonstrar que a questão regionalista na literatura é um tema bastante estudado e que merece a atenção devida, principalmente por parte dos críticos, Tibério ainda menciona alguns fatores fundamentais para o entendimento do regionalismo.

Aos pesquisadores que pretendem estudá-lo, tenham cuidado, pois vão se defrontar com “as questões mais candentes da teoria, da crítica e da história literárias, uma vez que lidam com problemas como o do valor da obra, a relação entre a literatura e a sociedade e a problemática da literatura canônica versus não-canônica<sup>70</sup>” (TIBÉRIO, 2011, p. 11).

Ela chama ainda mais a atenção:

O pesquisador que se põe a trabalhar com o regionalismo precisa estar atento a fim de não reproduzir alguns julgamentos errôneos apregoados pela crítica, como o menosprezo com que esta olha para algumas obras do passado, taxadas como “impuras” graças ao seu teor documental. Quando analisados com o arsenal crítico atual, os romances regionalistas do século XIX podem parecer pitorescos, descritivistas, desprovidos de valor artístico. Entretanto, quando considerados dentro de uma conjuntura histórica, compreendemos que os problemas enfrentados por esses romances eram problemas de seu tempo (TIBÉRIO, 2011, p. 11).

Partindo desse pressuposto, independente de grande ou pequeno reconhecimento, uma obra que se propõe regionalista vai pontuar sobre aspectos que fogem de um modelo artístico de reconhecimento universal. Vai tratar de valores mais íntimos, desfocados, periféricos, que por essência não seguem como a uma manada os rótulos e valores preponderantes. Hoje, porém, com a introdução dos Estudos Culturais<sup>71</sup> na disciplina literária,

---

<sup>70</sup> As expressões “Canônica” e “Não-Canônica” poderiam ser substituídas respectivamente por “literatura maior” e “literatura menor” também. Ambas referem-se a uma forma de classificação das obras literárias, como se assim fosse possível realizar. Entretanto, o historiador Antonio Celso Ferreira ressalta que “o estabelecimento dos juízos estéticos [classificação] não cabe numa pesquisa histórica”. Para ele o fundamental é: “procurar compreender como tais avaliações são constituídas no interior das sociedades, de que maneira se formam e disseminam os gostos, como repercutem no coletivo e permanecem ou não historicamente. Afora tal propósito específico, perseguido também pela Sociologia, devem interessar à pesquisa histórica todos os tipos de textos literários, na medida em que sejam vias de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais: *literatura maior* ou *literatura menor*”, escritos clássicos, ou não, eruditos ou populares, bem-sucedidos no mercado ou ignorados, incensados ou amaldiçoados (FERREIRA, 2009, p. 71).

<sup>71</sup> A importância significativa sobre os *Estudos Culturais* foi a possibilidade da análise não somente da grande literatura, os clássicos, mas também das obras consideradas “à margem”. Conforme a crítica literária Delzi Alves Laranjeira “[...] o cânone privilegia um padrão eurocêntrico composto por uma maioria de escritores mortos, brancos e homens. Esse padrão, ao ser endossado e perpetuado, discrimina e alija a produção literária que opera fora dessas premissas” (LARANJEIRA, 2004). Nesse sentido, as obras regionalistas, de escritores pouco

a discussão tanto acerca da literatura regionalista quanto acerca de outras literaturas, anteriormente excluídas, ganham a atenção dos pesquisadores e críticos.

Fernandes & Leite elencam alguns gêneros que, assim como o regionalismo, passam a fazer parte das discussões centrais da história e da literatura:

biografias, autobiografias, diários, literatura epistolar, relatos de viagem, narrativas testemunhais e orais foram e continuam sendo alguns muito apreciados por pesquisadores de ambas as disciplinas nas últimas três décadas, principalmente na academia brasileira” (FERNANDES; LEITE, 2011, p. 167).

A pesquisadora Tibério, levando em conta a importância do regionalismo faz questão de clarear algumas nuances desse gênero. No início de seu texto, quando ela trata sobre as características que definem se uma obra pode ou não ser enquadrada como regionalista, ela cita o crítico literário Afrânio Coutinho:

Para ser regional uma obra de arte não somente tem que ser localizada numa região, senão também deve retirar sua substância real deste local. Essa substância decorre, primeiramente, do fundo natural – clima, topografia, fauna, flora, etc. – como elementos que afetam a vida humana na região; e em segundo lugar, das maneiras peculiares da sociedade humana estabelecida naquela região e que a fizeram distinta de qualquer outra. Este último é o sentido do regionalismo autêntico (COUTINHO, 1986, p. 229 apud TIBÉRIO, 2011, p. 18).

Segundo a concepção de Coutinho, Brígido Ibanhes desenvolve uma escrita regionalista. O comprometimento de suas obras em ressaltar os elementos sociais de sua região como a língua e o comportamento é uma constante.

É perceptível também a aproximação entre o discurso de Ibanhes e Dantas, o autor estudado por Tibério. As razões que os levam a escrever parecem ser as mesmas. A diferença geográfica não impede que se pense de forma semelhante quando o assunto concerne àquilo que é natural, peculiar, ou seja, regional:

Eu sou nordestino, de Sergipe, e estou comprometido com a minha terra, com os meus valores, com a minha gente [...]. Então é um compromisso que eu tenho de escrever sempre dentro dessa ambientação. Escrever sempre tendo como ambientação a minha terra e como personagens a minha gente (ARAÚJO, 1997, p. 10).

As semelhanças entre os dois literatos não se encerram. Fabiana Tibério em sua dissertação ainda ressalta que Dantas é também um profundo admirador dos trabalhos e da pessoa de Guimarães Rosa. No texto *A Lição Rosiana*, escrito por Dantas, visualiza-se o como ele considera e é influenciado por Rosa:

À revelia dos sabichões cosmopolitas que sempre tiveram como secundária a literatura ambientada nos pequenos lugarejos ou na zona rural, Rosa aplicou-se a escutar a sua gente e os seus bichos, a estudar a geografia sócio-linguística de sua infância, a desencavar a substância dos seus campos. Com as mãos peludas de bruxo, provou que ainda se pode fazer alta literatura sobre roceiros, campos e bichos, metamorfoseando essa matéria em pura transcendência (DANTAS, 2002, p. 391 apud TIBÉRIO, 2011, p. 44).

Tibério ainda menciona que Francisco Dantas “produz uma literatura voltada às raízes rurais, e da mesma forma busca escutar sua gente e as vozes de sua infância [...]” (TIBÉRIO, 2011, p. 44).

Nesse sentido, dois pontos importantes sobre a literatura regionalista podem ser destacados até aqui: a valorização do elemento rural com tudo aquilo que gravita em seu entorno; e o interesse em destacar as histórias de pessoas “comuns” contrapondo-se ao tradicional: as histórias das personalidades políticas e/ou oficiais.

Enfim, é evidente que Ibanhes, Dantas e Rosa, por meio de seus textos, procuraram dar atenção séria ao tema regionalista. As escrituras deles, apesar de retratarem as especificidades de suas regiões, na sua essência sempre foram similares, ou seja, almejaram as mesmas questões. Talvez a única diferença entre eles, e essa elencada por Fabiana Tibério, refere-se ao super-regionalismo, fase em que Guimarães Rosa é enquadrado devido à grande repercussão de seu trabalho literário, onde uma obra regionalista alcançaria a universalidade. Segundo Tibério:

A universalidade rosiana se concretiza pela forma única como o autor tratou os temas sertanejos, provando ser possível trabalhar literariamente as especificidades regionais sem cair no pitoresco, possibilidade que ele concretiza ao mostrar que as grandes questões que permeiam a condição humana não estão presentes apenas no homem instruído, urbano, mas habitam também a subjetividade do homem simples. Assim, o tratamento de temas universais, como o bem e mau, amor e ódio, vida e morte, deus e diabo, serão preocupações constantes do narrador-sertanejo-jagunço Riobaldo, em *Grande Sertão: Veredas* (TIBÉRIO, 2011, p. 45).

Ela ainda faz questão de destacar os motivos que levaram Rosa a conseguir esse status universalista por meio de sua escrita regional:

É evidente que a ficção rosiana não seria possível sem que houvesse uma íntima relação entre o autor e a realidade que se propôs a representar. As características sempre apontadas em sua escrita, como a reelaboração da linguagem, capaz de dar ares de erudição à fala do sertanejo, além da incorporação profunda dos valores rústicos e da cultura oral, só puderam ser captadas graças ao convívio do escritor no universo sertanejo (TIBÉRIO, 2011, p. 45).

Essa estreita afinidade entre escritor e seu ambiente é o que torna a leitura da obra mais autêntica. Para aqueles que fazem parte ou conhecem profundamente o espaço da narrativa é uma forma de se enxergarem como participantes das histórias que ali são relatadas, ou pelo menos de comparar, com conhecimento de causa, a realidade palpável com a literatura. Aos que nunca estiveram presentes nesse lugar – e esse talvez seja o grande objetivo buscado numa obra regionalista – o interesse está em despertar, chamar atenção para o modo de vida diferente presente neste tipo de obra. O escritor que melhor conseguir refletir essa ambientação obterá a chancela de difusor desse regionalismo.

Nesse sentido, Ibanhes caminha no sentido correto quando se coloca como porta-voz das questões pertinentes de sua região.

### **3.4 Meu Mato Grosso do Sul**

No ano de 2009, na Câmara Municipal de Dourados, aconteceu uma audiência pública para se discutir a literatura sul-mato-grossense<sup>72</sup>. O escritor Brígido Ibanhes foi um dos participantes e lá – além de refletir sobre os problemas relativos à sua área – tratou de uma questão comum a todos os sul-mato-grossenses: a do reconhecimento identitário. Em entrevista, ele expõe sua crítica acerca da identidade ainda no antigo Mato Grosso:

parece que uma mistura tão grande também de agentes culturais, de comunidades, alterou também a identidade, né. O antigo Mato Grosso, por exemplo, ela já era mais indiado, era realmente mais povoado por comunidades nativas, né. Depois veio essa mistura, principalmente com o sulista, né, antigamente se falava sulista, não falava gaúcho nem catarinense, eu lembro bem meu pai e meus tios falavam sulista, né, [...], do norte era nortista, né, esses eram os termos, depois vieram os trabalhadores nordestinos, né, virou aquela aquele caldeirão. É bom, é ótimo, só que

---

<sup>72</sup> Disponível em: < <http://www.camaradourados.ms.gov.br/noticias/camara/ler/camara-vai-discutir-a-literatura-sul-mato-grossense> >. Acesso em: 30 mai 2013.

também criou uma dificuldade de uma identidade é, tem que dar... é um processo mais longo, né, que essa região vai passar (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

O Mato Grosso – estado anterior à divisão – foi uma terra colonizada por muitos povos diferentes, fator esse que dificultou sua identidade. Essa questão foi tema de um trabalho do historiador Osvaldo Zorzato (2000). Segundo ele, quando os primeiros pensadores desejaram criar uma identidade para o Estado, a questão de como se diferenciar em um contexto marcado por grande quantidade de colonos tornou-se um problema:

a exemplo de São Paulo e outros estados do sul do país, no início do século XX, Mato Grosso propagava a existência de condições especiais com o intuito de atrair colonos e, sobretudo, investidores para o Estado. Portanto, ao mesmo tempo que era desejável, a possibilidade da chegada desses investidores era temida” (ZORZATO, 2000, p. 420).

Foi preciso, então, que esses ideólogos da identidade forjassem uma. A solução encontrada, segundo Osvaldo Zorzato, foi a seguinte: “somente a união dos naturais *da terra* poderia garantir-lhes a primazia do mando” (ZORZATO, 2000, p. 420). Nesse sentido, a característica identitária privilegiava aqueles que primeiro chegaram ao Estado. Zorzato ainda ressalta que entre eles foi necessária a valorização da “noção de pertencimento”, algo comum a todos eles:

essa noção de pertencimento é útil não só para escamotear as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais em torno de um mesmo projeto de constituição de uma identidade própria. Somente desta forma era possível fazer reconhecer a especificidade que julgavam ter e, ao mesmo tempo, usar desta identidade como escudo para manter práticas que lhes garantiam privilégios (ZORZATO, 2000, p. 421).

Partindo desse pressuposto, fica evidente que não foi o linguajar, os costumes, as comidas típicas o que diferenciou o antigo mato-grossense de povos de outras regiões do país, mas antes o estabelecimento de padrões subjetivos de identificação.

O historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz (2007) em seu trabalho *Notas sobre o divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul* traz salutar discussão entre pesquisadores acerca da questão identitária. Sobre a lógica utilizada para estabelecer os primeiros critérios de identificação mato-grossense, ele vai fazer uso da historiadora Lylia Galetti onde está assinalado: “a construção da ‘identidade mato-grossense’ foi essencialmente uma obra de intelectuais [...], vinculados às elites dirigentes locais” (GALETTI, 2000, p. 274

apud QUEIROZ, 2007, p. 141). Nesse sentido, a participação popular fica em segundo plano, o que demonstra novamente a subjetividade na imposição de critérios identitários.

Além dessas questões, o trabalho de Queiroz busca explicar como, onde e o porquê a semente do divisionismo nasceu. Conforme o autor, ela se localiza em fins do século XIX; contudo, é no início dos XX que os ideais separatistas começam a efervescer e a ganhar corpo: “durante pelo menos as quatro primeiras décadas do século XX, as aspirações divisionistas de setores da sociedade sulistas apareceram aos dirigentes mato-grossenses – isto é, os ‘nortistas’, ‘cuiabanos’ – como uma importante fonte de dores de cabeça” (QUEIROZ, 2007, p. 141).

Nesse ponto, fica evidente que dois centros irradiadores de poder começam a entrar em choque, o do norte, por meio de sua capital, Cuiabá; e do sul, por meio de Campo Grande que, no início do século XX, é contemplada com a passagem da estrada de ferro Noroeste do Brasil – NOB – a qual a cidade de Campo Grande ao interior de São Paulo. Com a chegada da Noroeste, Campo Grande passa a suplantar a cidade de Corumbá que até então tinha a condição de principal polo comercial do Estado (QUEIROZ, 2007).

O historiador Valmir Batista Corrêa também menciona em sua obra a importância que o estado de São Paulo passa ter para o sul de Mato Grosso, um dos fatores que ajudaram a acirrar as disputas separatistas: “As campanhas e lutas separatistas tomaram, então, um novo impulso a partir dos anos [19]30, tendo a cidade de Campo Grande com o pólo irradiador, à medida que vinha crescendo a influência do estado de São Paulo sobre essa região sul mato-grossense” (CORRÊA, 1995, p. 137).

Nesse sentido, no mesmo período, outra discussão acerca do divisionismo ganha conotação de guerra por meio da Revolução Constitucionalista de 1932<sup>73</sup>. Tal discussão faz referência a uma questão amplamente discutida entre historiadores e memorialistas: a da criação do “Estado de Maracaju”. Em autobiografia intitulada *Memória: Janela da História*, o ex-governador do estado de Mato Grosso do Sul Wilson Barbosa Martins, narra esse episódio:

Em 1932, a Revolução Constitucionalista de São Paulo contra a ditadura de Getúlio Vargas queria destituí-lo do poder e procurava contar com o apoio de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Falharam o auxílio do Rio Grande e de Minas. De Mato Grosso, restou o apoio do sul, que se separou do norte, sob o comando de Vespasiano Barbosa Martins, feito

---

<sup>73</sup> A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um movimento armado liderado pelo estado de São Paulo contra o governo do então presidente Getúlio Vargas intencionando a promulgação de uma nova constituição para reger a política brasileira.

governador do estado de Maracaju pelo general Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar do estado (MARTINS, 2010, p. 83).

A criação do mencionado “Estado”, segundo Martins, é tratada como uma espécie de primeira divisão de Mato Grosso. A seguir uma fala do ex-governador em que ele explica os motivos pelos quais acreditava ser importante a divisão naquele estágio:

O governo de Cuiabá recebia os impostos do sul, mas não atendia as suas necessidades. Não tínhamos segurança, nem educação e nem saúde pública. As estradas eram feitas pelos particulares. O transporte da produção agrícola para os mercados consumidores era muito difícil, sobretudo no período das chuvas (MARTINS, 2010, p. 83).

Cabe ressaltar que o historiador Queiroz menciona esse momento não como uma divisão do estado, mas como um período em que existiram “dois governos, paralelos” (QUEIROZ, 2007, p. 145) cuja intenção real do governo instalado em Campo Grande com Vespasiano Barbosa Martins era outra. Ele faz questão de aprofundar esse raciocínio:

De fato, esse episódio tem sido alçado por vários autores à condição de uma “primeira divisão” do estado, chegando-se mesmo a afirmar que, durante esse período, teria formalmente existido no Sul o “Estado de Maracaju”. Trata-se, no entanto, de uma versão fantasiosa, o que já foi aliás demonstrado por Bittar. Essa autora considera muito mais plausível que as elites sulistas (majoritariamente campo-grandenses) tenham vislumbrado naquele episódio não necessariamente a ocasião da separação do Sul, mas “apenas” a oportunidade da mudança da capital: “É possível”, escreve ela, “que houvesse a intenção de, caso vitorioso o movimento paulista de 1932, a capital de Mato Grosso permanecesse em Campo Grande com o estado uno” (BITTAR, 1997, p. 173 apud QUEIROZ, 2007, p. 145).

Queiroz lembra também que todos os esforços empreendidos pelos intelectuais nortistas para criar a tão sonhada identidade mato-grossense nada mais era que uma tentativa de barrar o avanço dos ideais separatistas e estabelecer de vez Cuiabá como a capital do estado e como grande centro da união entre os mato-grossenses (QUEIROZ, 2007). Queiroz cita novamente Galetti para demonstrar o medo que os cuiabanos sentiam, caso a capital do Estado mudasse para outro lugar:

a mudança da capital do estado, de Cuiabá para Corumbá ou Campo Grande, “era, para muitos cuiabanos, uma ameaça real”: chamada de *burgo podre*, Cuiabá era “vista como decadente e atrasada no caminho do progresso e da civilização, não só por visitantes de outros estados mas inclusive por alguns cuiabanos e por muitos mato-grossenses do sul do estado” (GALETTI, 2000, p. 310 apud QUEIROZ, 2007, p. 142).

Há que sublinhar que Pedro Pedrossian – ex-governador de Mato Grosso e ex-governador de Mato Grosso do Sul – assume posicionamento contrário ao de Barbosa Martins; Pedrossian (2006), em seu livro de memórias *Pescador de Sonhos*, faz questão de frisar que combateu o divisionismo durante os anos que governou Mato Grosso uno, entre 1966 e 1971:

Naquela época, sempre de olhos no futuro, recusei o imediatismo do inconsequente discurso divisionista, que, na minha clara visão, nos alijaria das últimas grandes conquistas do século XX, que teria na maravilhosa e querida capital Cuiabá o grande suporte, cumprindo mais uma vez o seu papel histórico de polo de desenvolvimento regional. [...] Eu não tinha dúvidas que seccioná-la seria, naquela oportunidade, um retrocesso. [...] Eu lamentava a idéia daqueles dois territórios irmãos serem desmembrados, pela certeza de que, separados, significariam menos do que cada metade e somados valeriam mais que dois (PEDROSSIAN, 2006, p. 114-116).

Tanto a obra de Martins como a de Pedrossian foram escritas muito tempo após o contexto histórico vivenciado por ambos. São obras memorialistas e o afastamento temporal proporciona um recorte predestinado, com o rigor almejado por seus autores, com marcas e registros que eles querem que a obra tenha. Por mais que soem imparciais, não o são. A análise dessas obras demonstra também que não havia unanimidade no discurso divisionista, inclusive entre os políticos sulistas que governaram o estado<sup>74</sup>.

Com a divisão do estado de Mato Grosso no ano de 1977, passam a existir dois estados cujas identidades foram criadas a partir de uma mesma matriz. O novo estado adota o mesmo nome, acrescido da expressão “do sul” para efeito de distinção. Apesar de um tanto simplista, o nome representava a maneira como os primeiros divisionistas sulistas se identificavam em suas manifestações oficiais em prol da divisão do Estado:

Surge então, em fins de 1932, a *Liga Sul-mato-grossense*, [...], que lança três documentos principais: um *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, datado de outubro de 1933; um *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembléia Constituinte*, datado de janeiro de 1934 [...]; e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, aparentemente de março de 1934, acompanhada de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas (QUEIROZ, 2007, p. 145).

---

<sup>74</sup> Wilson Barbosa Martins governou o Estado de Mato Grosso do Sul por duas vezes: de 1983 a 1986 e de 1995 a 1999. Já o mandato de Pedro Pedrossian no governo do Estado de Mato Grosso situa-se durante os anos de 1966 e 1971 e no Estado de Mato Grosso do Sul de 1980 a 1982 e 1991 a 1995. Ambos eram oriundos da região sul do antigo Mato Grosso: Martins nasceu em Campo Grande e Pedrossian em Miranda.

Desse modo, a constituição do novo nome acabou apontando para a consequência natural de uma realidade que esses divisionistas viviam, ou seja, para o como se enxergavam de fato. Queiroz (2007) menciona que as manifestações desses divisionistas ainda esboçaram as primeiras noções de uma nova identidade, criadas a partir da negação daquela elaborada anteriormente pelos nortistas.

Após delinear um pouco sobre a questão identitária, ainda resta o problema em torno do nome “Mato Grosso do Sul”. Isso foi elemento da fala de Ibanhes na referida audiência pública que tratava da literatura sul-mato-grossense. Em entrevista ele disse:

Que aqui em Mato Grosso do Sul, a gente vive dizendo que a Globo, o pessoal, às vezes as celebridades confundem o estado, vamos dizer o estado, né. Então nós estávamos conversando sobre isto, né, estava refletindo sobre isto também porque tava é no momento aquela discussão: Troca, vamos trocar o nome do estado ou não, né<sup>75</sup>. Aí eu fiz até uma brincadeira, soltei um artigo assim "O estado do Mato Fino", né. Porque não tem mais cabimento, hoje, falar Mato Grosso, a não ser que, é homenagem a história, homenagem porque antigamente o paulista, o bandeirante, via no nessa região, nesse sertão, como eles falavam, no sertão, né, o mato grosso, porque realmente era um mato denso, era um mato grosso, né. Mas hoje depois que essa frente agrícola avançou e passou por aqui não tem mais, né, então eu fiz essa brincadeira, o estado do Mato Fino, né (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Esse relato, mesmo parecendo corriqueiro tanto na realidade mato grossense quanto na sul-matogrossense, evidencia pontos sensíveis para o estudo identitário. A confusão com o nome do estado de Mato Grosso do Sul é algo candente e tem seu germe aparentemente no momento da divisão do estado de Mato Grosso. À semelhança de uma máxima sociológica no seio da sociedade brasileira de que existe a tal “lei que pega” e “lei que não pega”, Mato Grosso do Sul poderia ser enquadrado como um “nome que não pega”? Mesmo que para muitos esse problema soe insignificante, existem questões profundas ligadas à sua gênese.

O trabalho de Queiroz, em sua introdução, corrobora com o ponto de vista de Ibanhes: “os debates públicos dos últimos anos, no Mato Grosso do Sul, indicam que a suposta questão da ‘identidade sul-matogrossense’ continua em pauta, em meio a propostas de

---

<sup>75</sup> Talvez a angústia mais latente a toda população do Mato Grosso do Sul seja aquela em que as pessoas alheias ao Estado se referem a ele como Mato Grosso. Não são apenas os turistas que cometem esse equívoco, mas uma infinidade de políticos, revistas, programas de TV e personalidades artísticas. Essa confusão com a troca de nome do Estado chegou a ser discutida até por um governo estadual visando à criação de um novo nome.

mudança do nome do Estado e avaliações sobre os resultados da divisão” (QUEIROZ, 2007, p. 138).

A suposta brincadeira de Ibanhes na entrevista em que ele sugere o nome “Mato Fino” para o Estado, na verdade é uma alegoria sobre pontos profundamente mais sérios.

O processo de ocupação/colonização pelo qual o atual Mato Grosso do Sul passou, bem como as políticas federais que foram instituídas para o desenvolvimento agrário, acarretaram um gradual processo de transformação do “mato grosso” em “mato fino”.

As primeiras ações governamentais efetivas se iniciaram durante o governo do então presidente Getúlio Vargas. A historiadora Maria Aparecida Ferreira Carli pontua: “o período que se segue à chamada ‘Revolução de 30’ trouxe, como se sabe, importantes mudanças na política e na economia brasileiras, as quais iriam repercutir bastante em Mato Grosso, especialmente em sua parte sul. Isso vai ocorrer principalmente após a implantação do Estado Novo, em 1937” (CARLI, 2008, p. 55).

É evidente que anterior a esse período chegaram diferentes povos nessa região, mas não de forma maciça como o que ocorreu com a colonização/ocupação incentivada institucionalmente pelo governo nacional. Sendo assim, por meio do Estado Novo:

No campo econômico, foi estimulada a industrialização, bem como incentivada a expansão agrícola por meio de projetos de colonização, tendo como objetivo expandir, desenvolver e ocupar áreas de fronteira, aí incluída a região correspondente ao extremo sul do antigo estado de Mato Grosso. Trata-se da política conhecida como *Marcha para Oeste*, anunciada por Vargas no início de 1938 [...] (CARLI, 2008, p. 56).

Essa política não consistiu apenas em “expandir, desenvolver e ocupar” as faixas de fronteira, mas em aumentar também a produção para o abastecimento das grandes cidades que estavam com seus complexos industriais em constante ebulição devido ao grande fluxo populacional que se dirigia para esses centros atrás de trabalho urbano. Conforme Queiroz, “o desenvolvimento industrial desatou um círculo virtuoso, do ponto de vista da acumulação capitalista: a industrialização, ao induzir a urbanização, provocou um aumento da demanda por alimentos e a conseqüente expansão da agricultura comercial [...]” (QUEIROZ, 2008, p 57). O mesmo autor vai se utilizar do geógrafo Leo Waibel para mostrar as regiões onde a produção agrícola acontecia com maior prioridade:

os estímulos do pólo industrial do sudeste, sob a forma da demanda por gêneros alimentícios e matérias-primas, se fizeram sentir sobre uma vasta área, correspondente a “um semicírculo de 500 até 1.000 quilômetros de

raio”, em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (WAIBEL, 1979, p. 297 apud QUEIROZ, 2007, p. 57).

Uma das medidas tomadas pelo governo varguista para a ocupação da região visava o enfraquecimento da Companhia Mate Laranjeira, instalada no estado desde o século XIX. A referida companhia, segundo Queiroz, tinha “fortes vínculos com a economia argentina” (QUEIROZ, 2007, p. 58). Isso foi fundamental para que a extensa faixa de fronteira fosse habitada pela população brasileira. Algumas outras ações foram executadas para que a presença estrangeira na região minguasse. Conforme Queiroz:

essa política se desdobrou num esforço de “nacionalização” das extensas fronteiras sul-mato-grossenses com a Bolívia e sobretudo com o Paraguai. No caso da fronteira boliviana, foram nacionalizados alguns gigantes latifúndios até então pertencentes a companhias estrangeiras. No tocante às fronteiras com o Paraguai, sobretudo no extremo sul do SMT<sup>76</sup>, as preocupações dos dirigentes pareciam mais agudas, haja vista a grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes – de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani (QUEIROZ, 2008, p. 58).

Nesse período, notadamente em 1943, criou-se a CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados – “locada em áreas até então adjudicadas à Companhia Mate Laranjeira, deveria contribuir para a ocupação dos chamados ‘espaços vazios’ do Oeste brasileiro” (QUEIROZ, 2008, p. 58).

A expressão “espaços vazios” é um tanto quanto equivocada para explicar o processo de ocupação/colonização no antigo sul de Mato Grosso. Além das várias etnias indígenas que já ocupavam a região havia muitos anos, também existiam os primeiros colonizadores que desde o século XVIII, aumentavam gradativamente suas presenças e conseqüentemente o apossamento das terras (QUEIROZ, 2008). Queiroz pontua um pouco sobre isso<sup>77</sup>:

É sabido que as vastas extensões do SMT, embora esparsamente habitadas, não se encontravam propriamente “vazias”: a posse latifundiária, por exemplo, estava presente em quase toda parte, e nos terrenos devolutos da zona ervateira viviam numerosas comunidades indígenas. Do mesmo modo se sabe que, em face das tensões então existentes em diversas áreas rurais brasileiras, a política de colonização do Estado Novo apresentava também contornos de uma “contra-reforma agrária” – o que se nota claramente pelo

---

<sup>76</sup> SMT é uma abreviação utilizada por Queiroz que significa “antigo sul de Mato Grosso”. Cf. QUEIROZ (2008).

<sup>77</sup> Queiroz (2008), ao abordar o assunto, faz referência aos autores Antonio Jacó Brand, Alcir Lenharo e Benícia Couto de Oliveira.

fato de que à CAND foram encaminhados, sobretudo, camponeses pobres do Nordeste (QUEIROZ, 2008, p. 58).

Registre-se que grande parte da obra *Silvino Jacques* narra a questão latifundiária na região que hoje recebe o nome de Mato Grosso do Sul. Segundo ele isso seria o cerne das muitas mazelas da sociedade sul-mato-grossense:

Então, nessa busca, nessa reflexão sobre essa, muda o nome ou não muda [o nome do Mato Grosso do Sul], e eu sempre tive a questão da visão da fronteira. Nessa audiência pública eu levei e falei sobre isto, eu li um texto ali que eu havia elaborado, né, justamente pra levantar esse debate... pra as pessoas perceberem, porque muitas vezes as pessoas acham que é... Mato Grosso do Sul é só um território é... geográfico, demarcado pelas fronteiras, mas mas não é só isso, isso é só um, isso é o conceito básico, né, pra estudar em geografia alguma coisa, mas culturalmente, socialmente, né, em tudo em todas as coisas nós aqui estamos limitados a fronteiras, né. Então nós vivemos em fronteiras culturais, né, que nós estamos tentando ultrapassar essa fronteira né, talvez... fronteiras sociais, uma uma sempre houve uma elite, né, ruralista, dona do poder né, que desde os tempos de pós da guerra [do Paraguai] quando vieram os primeiros colonizadores, vamos dizer assim, que eu não julgo colonizadores, né, que as vezes a colonização foi ruim, né, esse tipo de desmatar tudo de repente também foi muito ruim também, então, que tipo de colonização é essa? Parece mais uma depredação, né. Então ali... é criou-se uma elite ruralista né que sempre se manteve no poder (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

Para Ibanhes, o projeto varguista para essa região não acabou com uma prática estabelecida anteriormente. Os latifúndios, segundo ele, já estavam arregimentados bem antes. Em suas obras, o literato traz novamente essa problemática: “a pecuária foi vocação natural dos imigrantes que ali aportaram. Os descampados se constituíram no *habitat* do gado vacum, uma das primeiras espécies bovinas ali a se reproduzir. Lutas sangrentas pela terra definiram a formação dos latifúndios” (IBANHES, 2010, p. 113). Ibanhes acredita que o Mato Grosso do Sul é terra de “gente retovada”, e que seus primeiros colonizadores constituíram suas grandes áreas de um modo nada “franciscano”, ou seja, por meio da violência. Conforme já foi destacado neste trabalho, a obras de Valmir Batista Corrêa<sup>78</sup> também tratam da mesma situação.

Nesse sentido, cabe lembrar que, quando a política institucional de colonização na referida região acontece, ela vai inserir novos grupos de pessoas em uma realidade cuja constituição de propriedades e a dinâmica de vida ocorriam há mais de 100 anos: “a pecuária

---

<sup>78</sup> CORRÊA, Valmir Batista. *História e Violência em Mato Grosso: 1817-1840*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000 e CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1995.

mato-grossense – dos fins do século XIX aos começos do XX –, apresentou uma tendência à concentração de terras, mesmo em sua fase inicial de abertura das fazendas, quando havia muita terra disponível” (CORRÊA, 1995, p. 153).

A historiadora Carli lembra que os esforços do varguismo para integrar a região definitivamente ao resto do país previam a resolução da questão fundiária. Era somente o estado do Mato Grosso quem administrava as questões de terra, e sem muitas preocupações em mexer com a atual situação de domínio do latifúndio. Portanto, as atenções que o governo do presidente Vargas dispensou ao Estado

se constituíram em mecanismos, naquele momento, para desarticular parte do poder de mando das oligarquias políticas do antigo estado do Mato Grosso e implementar a colonização e povoamento desta região [...] cujo projeto, ou pelo menos seu discurso, visava melhorar as condições do homem do campo, no sentido de diminuir a condição de pobreza e o êxodo rural, fixando o homem à terra num regime de pequena propriedade” (CARLI, 2008, p. 193).

Paralelamente a isso, o Estado Novo também tentou acabar com a “luta sangrenta pela terra” retirando as armas de fogo das mãos de coronéis<sup>79</sup> e bandidos: “o golpe radical contra os *coronéis* mato-grossenses, e especialmente no sul do estado, foi o desarmamento imposto a toda a população a partir de 1937” (CORRÊA, 1995, p. 143).

A intenção do Governo Federal de estabelecer também o regime das pequenas propriedades a médio e longo prazo não prosperou. Segundo Carli, as pessoas vinham para essa região “por acreditar na possibilidade de além da terra, que o governo ampliasse seus serviços e agisse de acordo com seu discurso, no sentido de fornecer o que necessário fosse para o desenvolvimento da agricultura” para alcançar a prosperidade (CARLI, 2008, p. 195).

A autora conclui seu pensamento demonstrando que as ações de contrapartida que o poder público local deveria ter para o atendimento e fixação do colono à terra ficaram somente no discurso. As consequências foram o deslocamento das famílias de colonos para outros lugares e a anexação, aos poucos, dos pequenos lotes aos grandes, o que gerou novamente o ciclo dos grandes latifúndios (CARLI, 2008).

Em relação a isso, destaque-se que o escritor Ibanhes não imputa a culpa pela situação latifundiária às elites, mas valoriza aqueles que permaneceram na terra se virando à sua maneira. Em entrevista ele explica:

---

<sup>79</sup> Alcinha dada geralmente a um fazendeiro e/ou proprietário de terra que conquistava e mantinha suas posses de maneira violenta. Possuíam muito respeito, chegando a influenciar excessivamente a política local.

Então é... no antigo Mato Grosso existia essa elite que dominava o poder né... o poder político principalmente né... e o poder econômico... e existia aí, não existia assim favelas, não existia bolsões de pobreza extrema, essas coisas aqui nunca existiu. Todos tinham, ao menos onde eu fui criado, lá foi a primeira experiência do Brasil ali em Bela Vista... eu não lembro de pessoa que tivesse sido abandonado assim à mingua né, morrer de fome essas coisas... é, todos tinham uma serventia, todos tinham seu, sua... existia um termo que falava... é, uma maneira de se virar... existia um termo que usavam né, fazia suas changas, como a expressão, também seu serviços que faziam né e todos sobreviviam, viviam com uma certa dignidade, então não dá pra culpar também é o... esta elite né, que tinha jogado o povo na miséria. Não, não houve assim né, mas existia uma diferença muito grande né, aquela aquele povo que não era rico mas era pobre mas não ao extremo né e... uma distância muito grande também da elite, os... do principalmente do latifúndio. O latifúndio sempre foi o dono do poder né, no antigo Mato Grosso e ainda continua hoje né (Entrevista Brígido Ibanhes, 2011).

As palavras de alguém, seja escritor ou não, são importantes para a história. Elas reverberam uma realidade, uma visão de mundo que, se confrontadas com o real vivido, estreitam-se ou trazem uma nova concepção, se não verdadeira, pelo menos possibilita levantar uma discussão válida. Como salientava Marc Bloch (2002), a história é feita centrada nos homens. São eles sujeitos históricos, responsáveis pelo caminhar da história.

E nesse bojo, as entrevistas com o escritor Brígido Ibanhes, assim como suas obras literárias são ferramentas fundamentais para a compreensão de como o homem pensa o seu mundo, seu *habitat*, e muitas vezes, para a compreensão de como ele quer que as pessoas vejam através de seus olhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho pretendeu analisar a obra literária *Chão do Apa*: contos e memórias da fronteira, do escritor sul-mato-grossense Brígido Ibanhes, por meio da discussão interdisciplinar entre História e Literatura. A ideia inicial foi a de perceber como os textos literários, utilizados como fonte, ajudam na construção do saber histórico.

No caso de Ibanhes, a busca se deu em compreender como o autor aborda em seu livro questões relativas à história do estado de Mato Grosso do Sul e a região da fronteira desse estado, visto que as raízes culturais do escritor estão na cidade de Bela Vista – região fronteira, divisa com o Paraguai.

Portanto, no primeiro capítulo, efetuou-se uma explanação a respeito de como as duas disciplinas – história e literatura – “conversam” entre si sem prejudicarem suas respectivas características epistemológicas. Autores como Hayden White, Roger Chartier, Roland Barthes, Sandra Jatahy Pesavento, Antonio Celso Ferreira e Luiz Costa Lima, estudiosos dessa questão, foram discutidos. Observou-se que suas concepções acerca do assunto procuram esclarecer o como o pesquisador deve proceder na elaboração e na produção do trabalho.

Acrescente-se que, para as análises, foi necessário conhecer a produção bibliográfica de Brígido Ibanhes e elaborar as sínteses dessas obras, o que tornou possível um aprofundamento do perfil literário do escritor. Entrevistas realizadas com Ibanhes também ajudaram na elaboração da problemática do trabalho.

A abordagem do segundo capítulo concentrou-se em *Chão do Apa* e em análise de parte de outro livro de Brígido Ibanhes – *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros* – a obra de maior repercussão do autor. Essa produção, além de narrar as histórias do bandoleiro Silvino Jacques, trata também de questões latentes sobre a formação latifundiária do Mato Grosso do Sul.

Foi apresentada também uma análise capítulo por capítulo da obra *Chão do Apa* na perspectiva de entender como o escritor expõe suas memórias aos seus leitores. Essas memórias de Ibanhes foram importantes para captar o seu universo literário e a forma como ele constrói, por meio delas, uma imagem acerca de si para os outros.

No capítulo terceiro, o foco foram as entrevistas com Ibanhes e as definições feitas por ele a respeito do estado de Mato Grosso do Sul. Grande parte foi dedicada a entender

afirmações feitas por ele nas entrevistas, fatos geralmente utilizados para dar explicação acerca de si mesmo: como se tornou escritor; a formação de sua família; o padrão de sua literatura; o ser fronteiriço. Nesse capítulo, discutiu-se também a literatura regionalista e efetuou-se histórico sobre fronteiras.

Deu-se singular atenção às questões identitárias do Mato Grosso do Sul, um caso que Ibanhes fez questão de tomar à frente em muitas discussões por ele propostas. A história da colonização do atual estado: a visão literária, a “oficial” e a proposta pelos intelectuais.

Em suma, o que se buscou, por meio do trabalho, foi explorar ao máximo as concepções que a literatura de Brígido Ibanhes proporciona para a História. Constatar como o escritor se vale de informações do real, do palpável, do vivido por ele, para então construir a sua percepção. Afinal, de que maneira ele quer que enxerguemos a história do Mato Grosso do Sul? Como uma terra de passado violento? Um lugar de fronteiras, apenas, sejam elas econômicas, sociais ou culturais? Um lugar onde somente os grandes proprietários rurais ditam as regras? Um lugar onde o Brasil e o Paraguai se fundem?

De um modo geral, as considerações possíveis de serem feitas refletem o novo modelo de estudo histórico vigente, cujos parâmetros foram aqui apresentados e delineados para que se dê valor ao homem/mulher como sujeitos históricos, como aqueles que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade. Como seres que ajudam a pensar o universo onde vivem.

Registre-se que há muito trabalho a ser realizado, principalmente no campo interdisciplinar entre história e literatura. O presente trabalho ousou demonstrar uma possível forma de como isso pode ser efetivado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O Objeto em Fuga*: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras* (Campo Grande), v. 10/17, p. 55-67, 2008.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. A fronteira seca entre o Brasil e o Paraguai: a constituição do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946). AMARILHA, Carlos Magno Mieres; SERAFIM, Luciano. *Vozes Guarany*: histórias de vidas sul-mato-grossenses. Dourados: Nicanor Coelho Ed., 2011.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO. Espinhento e Escaldado. *O Povo*. Fortaleza, suplemento Sábado, 19 de abril de 1997, p. 10. (Entrevista concedida por Francisco Dantas a Araujo).

ARISTÓTELES. *Arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BARTHES, Roland. *El susurro del lenguaje*: más allá de la palabra y la escritura. Barcelona: Paidós, 2009.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin, *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *Vários escritos*. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra*: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados, MS: Ed. da UFGD, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*: literatura e senso comum. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

CORRÊA, Lucia Salsa. *Corumbá*: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980.

CORRÊA, Valmir Batista. *Mato Grosso: 1817-1840 – e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976, p. 173.

\_\_\_\_\_. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889 - 1943)*. Campo Grande: UFMS, 1995.

\_\_\_\_\_. *História e violência em Mato Grosso: 1817-1840*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ENTREVISTA *Brígido Ibanhes*. (gravador digital). Prod. Mauricio Roberto Lemes Soares. Dourados. 2010. 80 min (aprox.).

\_\_\_\_\_. (gravador digital). Prod. Mauricio Roberto Lemes Soares. Dourados. 2011. 90 min (aprox.).

FERNANDES, Frederico; LEITE, Fernando Eudes. E as musas se riem: problemas sobre a metaficcionalização da História. In: TETTAMANZY, Ana Lúcia L.; ZALLA, Jocelito; D'AJELLO, Luís Fernando T. (orgs). *Sobre as poéticas do dizer: pesquisas e reflexões em oralidade*. São Paulo: Letra & Voz, 2011.

FERREIRA, Antonio Celso. História e Literatura: Fronteiras Móveis e Desafios Disciplinares. *Pós-história*. Assis, v. 4, p. 23-44, 1996.

\_\_\_\_\_. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi & DE LUCA, Tânia Regina (orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

IBANHES, Brígido. *Silvino Jacques: o último dos bandoleiros*. 5ª ed. Dourados: Dinâmica, 2007.

\_\_\_\_\_. *Chão do Apa: contos e memórias de fronteira*. Dourados: B. Ibanhes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Martí: sem a luz do teu olhar*. Dourados: B. Ibanhes, 2007.

\_\_\_\_\_. *A morada do arco-íris: em volta grande o maior tesouro das Américas*. 2ª ed. Dourados: Dinâmica, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ética na política: entre o sonho e a realidade*. Dourados: B. Ibanhes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Kyvy Mirim: a lenda do pé de Tarumã e do Pombero*. Curitiba, 1997.

\_\_\_\_\_. *Che Ru: o pequeno brasiguai*. 1989.

LARANJEIRA, Delzi A. A literatura deslocada: o cânone e os Estudos Culturais, Estudos Literários / Estudos Culturais. In: *Actas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada* (Universidade de Évora, Maio 2001), Associação Portuguesa de Literatura Comparada / Universidade de Évora, CD-ROM, 2004, vol. II.

- LE GOFF, Jacques. *Historia e Memória*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2003.
- LEITE, Sidney Nunes. *Bela Vista: uma viagem ao passado*. 3ª ed. Campo Grande: Associação dos novos escritores do MS, 2007.
- LEMAIRE, Ria. O Mundo feito texto. In: DE DECCA, Edgar Salvadori; LEMAIER, Ria. *Pelas Margens: outros caminhos da História e da Literatura*. Campinas, Porto Alegre: Ed. da Unicamp, Ed. da UFRGS, 2000.
- LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, Fronteiras Culturais e Globalização. In: MARTINS, Maria Helena (org). *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. (Mitológicas Vol. I). São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARIN, Jérri Roberto. *Fronteiras: Revista de História*. Dourados, nº 7/9, p. 151-182, 2000/2001.
- MARTINS, Wilson Barbosa. *Memória: janela da história*. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.
- MÜLLER, Karla Maria. Práticas comunicacionais em espaços de fronteira: os casos do Brasil-Argentina e Brasil-Uruguaí. In: MARTINS, Maria Helena (org). *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- PEDROSSIAN, Pedro. *O pescador de sonhos*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006.
- PEREIRA, Armando Arruda. *Heroes Abandonados! Peregrinação aos lugares históricos do sul do Mato Grosso*. São Paulo: Seção de obras d' "O Estado de São Paulo, 1925.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org). *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina (orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3. 1989.
- \_\_\_\_\_. Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10. 1992.
- PRIETO, Saturnino Sánchez. *Y qué es la historia? Reflexiones epistemológicas para profesores de Secundaria*. Madri: Siglo XXI de Espanha Editores, 1995.

QUEIROZ, Paulo R. C. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra P. (org.). *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. – Dourados: Ed. da UFGD, 2008.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. *Raído – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD* Dourados, v. 1, p. 137-163, 2007.

\_\_\_\_\_. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In LAMOSO, Lisandra P. *Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. da UFGD, 2008.

ROSA, João Guimarães. *Ave, Palavra*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1970.

SCHLEE, Aldyr Garcia. Integração cultural regional. In: MARTINS, Maria Helena (org). *Fronteiras Culturais: Brasil-Uruguaí-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

SPRANDEL, M. Anita. Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras & limites no Brasil. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de.; BAINES, Stephen G. *Nacionalidade e Etnicidade em fronteiras*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2005.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *A retirada da Laguna – episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ediouro.

TIBÉRIO, Fabiana Francisco. *Linguagem, Estruturação Literária e Cosmvisão em Francisco J. C. Dantas*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras – Estudos Literários) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Ed. EDUSP, 2001.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000.

## Referências eletrônicas

*MATÉRIA deu o que falar: Vestígio Inca no oeste catarinense*. Disponível em: <[http://www.tudosobrexanxere.com.br/index.php/desc\\_blogs/materia\\_deu\\_o\\_que\\_falar\\_vestigio\\_inca\\_no\\_oeste\\_catarinense/](http://www.tudosobrexanxere.com.br/index.php/desc_blogs/materia_deu_o_que_falar_vestigio_inca_no_oeste_catarinense/)>. Acesso em: 11 abr. 2012.

*BELA VISTA, Mato Grosso do Sul – MS: Histórico*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/belavista.pdf>> Acesso em 09 fev. 2012.

ENTREVISTA Brígido Ibanhes. *Matula Cultural*. Disponível em: <<http://matulacultural.wordpress.com/2010/06/05/entrevista-brigido-ibanhes-%E2%80%A2-um-pais-chamado-fronteira>>. Acesso em: 20 out. 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS. Disponível em: <<http://www.camaradourados.ms.gov.br/noticias/camara/ler/camara-vai-discutir-a-literatura-sul-mato-grossense>>. Acesso em: 30 mai. 2013.